

Renato Caporali Cordeiro

A BARBÁRIE DO VALOR

um ensaio sobre a forma não-equivalente do valor de troca

Dissertação apresentada ao Departamento  
de Filosofia da Universidade Federal de  
Minas Gerais, como requisito parcial  
para obtenção do grau de Mestre  
em Filosofia

Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte

- 1983 -

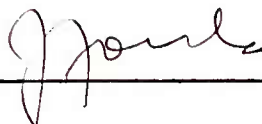
A BARBÁRIE DO VALOR

um ensaio sobre a forma não-equivalente do valor de troca

Renato Caporali Cordeiro

Dissertação defendida e aprovada pela banca examinadora  
composta pelos senhores:

  
\_\_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_

Orientador: Prof. Luís Carvalho Bicalho

Departamento de Filosofia  
Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte, 30 de novembro de 1983

## AGRADECIMENTOS

Aos professores do Mestrado e em especial ao Prof. Walter Evangelista, que soube incitar a vontade de escrever.

Especialmente, à compreensão e colaboração dos Professores Luís Carvalho Bicalho e João Antônio de Paula. A João Antônio pela paciente e interessada orientação. Ao Prof. Bicalho por todo estímulo e pela subscrição formal da orientação face a exigências institucionais.

Ao Instituto Cultural Newton Paiva pela reprodução dos primeiros exemplares.

A João Antônio, minha mãe e Aidê,  
que, de formas diferentes,  
fizeram muito para que  
este trabalho fosse feito  
em paz e com prazer.

"Brigam Espanha e Hollanda  
pelos direitos do mar..."  
(Leila Diniz)

"Mas, donde provêm todos os entes,  
aí se corrompem também,  
por força da Necessidade,  
pois devem expiar reciprocamente  
a culpa da sua injustiça,  
segundo a ordem do Tempo."  
(fragmento 1, de Anaximandro)

## SUMÁRIO

<u>Introdução</u> .....	1
<u>A forma do Valor</u>	
1 - A forma do valor de troca.....	10
2 - A fisiocracia: ser social, produção de excedente, e equivalência.....	15
3 - A forma relativa do valor: capacidade de comandar trabalho social.....	19
4 - A necessidade do valor: o valor de uso....	23
5 - Do valor de uso à ecologia.....	38
<u>A forma do equivalente</u>	
1 - A expressão do valor: equivalência em substância e magnitude.....	45
2 - A equivalência capitalista: do valor ao preço de produção.....	51
3 - A chave da equivalência do valor: concorrência.....	58
4 - O equilíbrio das forças antagônicas.....	60
5 - A concorrência na "crítica da economia política".....	69
<u>A Dialética do Valor</u>	
1 - A contradição do valor de troca.....	80
2 - As formas de rompimento da equivalência...	84
3 - A equivalência da <u>necessidade política</u> : a necessidade política de não-equivalência.....	90
4 - A teoria marxista do valor: equivalência dos capitais e exploração do trabalho.....	97
5 - Capital: fetiche da equivalência.....	104
<u>O debate do Valor</u>	
1 - A lei do Valor como lei das relações de troca.	117
2 - A "crise da representação".....	125
3 - A ilusão de Hilferding e a fuga de Rubin.....	130

4 - A "acumulação socialista primitiva": forma de não-equivalência.....	134
5 - Da "crise da representação" ao fantasma de Bailey.....	140
6 - Da lei do Valor à lei do Capital: um projeto.....	148

A civilização do Valor

1 - A forma do equivalente: metodologia ou ontologia?.....	157
2 - Aristóteles e o "segredo" do valor de troca.....	163
3 - A tríplice exigência ontológica.....	169
4 - A ontologia marxista: o "desenvolvimento" do ser social.....	172
5 - A Revolução marxista: supressão da equivalência bi-polar.....	184
6 - "Para o ser do <u>nomos</u> não há <u>locus</u> ontológico".....	189

<u>Referências Bibliográficas</u> .....	197
-----------------------------------------	-----

## Introdução

É possível que Aristóteles tenha sido, na tradição ocidental, o primeiro a formular o problema do Valor de forma cientificamente clara: o que faz com que diferentes produtos, diferentes valores de uso, se permutem sob determinadas proporções ? Há uma evidência empírica de que no mercado cinco camas se trocam por uma casa, igualdade essa que aparece sob a forma de igualdade de preços. O dinheiro representa apenas a forma de sua igualdade aparente. Mas, afinal, o que faz com que se troquem nesta e não em outra proporção ?

O problema do Valor, a razão e a lógica do valor que os produtos adquirem no mercado, tem aparecido desde o momento em que Aristóteles registra-o no *Ética a Nicômaco*. Seu aparecimento é, no entanto, ocasional, pontualmente espalhado na História. Do mesmo problema, várias soluções, várias respostas. Ernest Mandel descobriu um certo Lu Chih, chinês do século oitavo, que não apenas também formulou corretamente, ele respondeu-o "corretamente", no entender de Mandel. É interessante observar, porém, que muitas outras respostas foram oferecidas. Aristóteles responde que a razão de troca se baseia na necessidade, definindo o seu conceito de necessidade como aquilo que fundamenta a existência da sociedade. Alguns séculos mais tarde, na esteira da tradição aristotélica, São Tomás de Aquino não chegou a perguntar se haveria uma razão interna à relação do Valor: preferiu legislar, definindo ele mesmo o que deve ser o valor de troca - o justo-preço que per



mita ao homem que produziu a mercadoria viver como sempre viveu, como viveu seu pai, e como será seu filho. Assim como Aristóteles, Tomás de Aquino estabelece na necessidade o valor: a necessidade de reproduzir o ser social.

Mas quando o mercado destrói (na verdade corrói) a lei de São Tomás, a questão do Valor vê modificada sua problemática. Já não existe uma lei externa, uma lei baseada em disposições divinas, uma lei sagrada que organize o mercado. O mercado existe, os valores aparecem - trata-se agora de conhecer sua lei. Haverá que decifrá-la.

A Economia Política emerge em meio às tentativas de conhecer a lei das leis do mercado, suas formas de movimento. As mercadorias agora se tornavam forças poderosas que agitavam e redirecionavam a vida dos homens. Homens punham homens para trabalhar para criar mais mercadorias. O mercado girava tudo isso de forma estonteante, vertiginosamente, fazendo surgir a riqueza. A princípio lhes parecia apenas moverem-se das sombras, surgindo de regiões desconhecidas, onde certamente sempre estiveram. O comércio desempenhava esse maravilhoso poder de encontrar as riquezas - e o ouro era o foco de luz que as trazia à baila. Mas aos poucos a atenção percebe que o comércio apenas faz mover aquilo que o trabalho cria - a riqueza nasce onde se trabalha bem e muito.

Este o solo da Economia Política. A teoria do Valor, ou as teorias do Valor, compõem o quadro por onde percorre a problemática dos primeiros grandes clássicos. Antes deles, se reduzia a uma questão ainda não plenamente formulada, embora frequentemente implícita. Desde logo, cinde-se em duas grandes correntes; a que pensa o valor de troca a partir do seu custo, portanto, do trabalho que se gasta para fazê-la, e a que busca a origem do valor na utilidade que o comprador lhe confere. Assim, o valor só aparece no ato da troca. As correntes "subjetivas" e "materialistas" tornam-se praticamente o espectro universal da problemática do Valor - valor-utilidade, ou valor-trabalho, foram as respostas mais factíveis.

Ocupamo-nos da teoria do Valor-Trabalho. Ela tem em Marx, sem qualquer dúvida, o maior pensador, o mais sistemático, que tentou com maior rigor analítico superar todas as suas dificuldades dando-lhe uma feição ampla - um leque aberto. Sua obra maior, O Capital, publicada parcialmente em 1867, tenta dissecar as leis de movimento do Capital, que é a forma desenvolvida do Valor. As formas de distribuição e da acumulação, as contradições fundamentais do sistema capitalista, suas leis de movimento, se estruturam a partir da forma do Valor.

Mas a importância da teoria do Valor não se restringe ao modo capitalista de produção. Sistemáticamente o debate que a construção das sociedades socialistas provocam tem de se referir à questão do Valor, para pensar mesmo a própria diferença entre os sistemas, ou até a dificuldade dela. Em Cuba, ou na URSS revolucionária, o debate ganhou contornos por vezes dramáticos.

O debate provocado em torno da teoria do Valor é tão amplo que uma leitura sistemática comporta uma obra de grande porte. Naturalmente não tencionamos realizar um trabalho desse tipo. Procuramos, pelo contrário, nos localizar sobre um ponto específico da teoria. A amplitude e a posição chave desse singular ponto, porém, levou-nos a reflexões aparentemente "distantes". O lugar fundamental de onde fazíamos nossas perguntas é que nos remeteu a questões que apenas aparentemente são pouco sintonizadas com o objeto preciso de nossa reflexão. Mas o principal desvio a que essa problemática nos encaminhou foi o de dirigirmo-nos da teoria (ou seja, da resposta) à questão do Valor, da Lei ao problema, que ao longo da História produziu diferentes respostas. Por outro lado, todas as reflexões que tomam o problema do Valor e suas diferentes respostas tem por objetivo esclarecer a questão da resposta de Marx, sua teoria do valor-trabalho.

Este ensaio adquiriu, no contexto destas questões, um caráter pouco sistemático, por vezes quase dispersivo, para o que solicitamos compreensão.

Se fôssemos usar um diagrama para representar o arcabouço da teoria marxista do Valor, desenharíamos um triângulo, com a base voltada para cima, com o vértice suportando a estrutura. Os ângulos da base, agora voltados para cima, indicam as duas formas fundamentais da mercadoria: a forma do equivalente e o fetichismo. Sob essa forma dúplice a mercadoria percorrerá sua extensa viagem. Mas o primeiro grande passo para essa viagem é o que define o terceiro ângulo, pilar que erige a relação social de nosso tempo: a exploração, definida na forma da mais-valia. Equivalente, fetichista e exploradora, a mercadoria construída por Marx. É evidente que esse triângulo não é estático. Sua estrutura é dinâmica, principalmente pela ação de duas de suas formas: a exploração e o fetiche. Elas fazem com que toda a estrutura do capital se mova, e mais do que isso, turvam a visão desse movimento. É da indefinição da forma desse triângulo, ou seu caráter essencialmente escaleno, que decorrem todas as dificuldades da teoria do Valor. Nos esforçaremos para esclarecer algumas delas.

Já se escreveu muito sobre o debate da existência e relação dessas formas, e ainda se escreverá. De uma certa forma, a abordagem sobre a teoria do Valor circunscreveu todos os seus ângulos, de forma que não nos atrevemos a sugerir que acrescentamos novos problemas. No entanto, se se observar as tendências gerais do debate, poder-se-á perceber que o debate incidiu sobre dois pontos dessa forma geral do Valor: a questão do fetichismo da mercadoria e o problema da exploração.

A exploração do trabalho, definida através da teoria da mais-valia, tem sido o alvo geral do debate sobre a teoria do Valor. Objeto de ataque sistemático do que se poderia chamar "economia burguesa" e de defesa empedernida dos marxistas (e de muitos não-marxistas). Como se trata da tese teórica fundamental do marxismo, e como é a mais sensível politicamente, é bem natural que assim tenha sido. Na verdade, é em torno da explicação da origem do lucro e do excedente que se decidiu sobre a aceitação ou recusa do caráter científico da reflexão "econômica" - com o que tiveram que se excluir mutuamente desse domínio a teoria marxista e a neo-clássica, uma

vez que apresentaram teses opostas e excludentes.

O segundo tema de debate já revolve-se principalmente em águas marxistas, tendo como alvo o problema do fetichismo da mercadoria. Aparecendo no quarto ítem do metrificado capítulo primeiro de O Capital, apesar de exposto com perfeita clareza, aparece definido de forma pouco comum. "Fantasmagórica", "véu", a mercadoria ali se torna um ser estranho. Além disso, sua súbita fuga das páginas restantes de O Capital deixa o fetichismo como em suspense, uma construção ao menos inacabada.

No seio das variadas correntes que reivindicaram do marxismo neste último século, teria sido mesmo natural que se tornasse alvo de polêmica. Para alguns o fetichismo apareceu como uma instigante abertura, o viés sociológico da teoria do Valor, fundamento científico de uma reflexão filosófica sobre a alienação na sociedade capitalista. A outros, menos dados à imprecisão do conceito ou avessos ao escasso respaldo científico dos "feitiços", surge como uma verruga na obra de Marx, talvez uma espécie de devaneio filosófico - uma fuga hegeliana.

Estes os principais filões da variada literatura que a teoria marxista do Valor produziu nestes últimos cem anos. No entanto, pode-se apontar uma questão interessante. Exatamente a principal estrutura analítica do Valor, a forma do equivalente, não tem sido questionada sistematicamente, seja pela crítica externa (que se pode chamar "burguesa"); seja no interior do marxismo. Entre os textos a que tivemos acesso, apenas recentemente um trabalho do Professor João Carlos Brum Torres, publicado sob o título de Valor e Forma do Valor, ele ge como tema - mesmo que imprecisamente - o questionamento à forma equivalente como base da teoria do Valor, enquanto um capítulo da tese de livre-docência da Professora Maria da Conceição Tavares penetra plenamente este problema, tendo se constituído no principal núcleo subsidiário da nossa reflexão. De fato, na forma sistemática como aconteceu com a exploração e o fetichismo, a armação em equivalência da teoria do valor-trabalho ainda não se tornou palco de um debate significativo. Enquanto a exploração do trabalho foi alvo da ira burguesa e

o fetichismo enfrentava tormentas ou aparecia como o caminho luminoso, a forma do equivalente passava despercebida.

Com efeito, se se estende a vista um pouco além do campo marxista, observando o território da economia clássica ou mesmo a problemática neo-clássica, pode-se constatar que o estudo das "ciências econômicas" está assentado sobre a equivalência nas trocas. Trocas equivalentes em trabalho na trilha da economia clássica, ou equivalentes em utilidade, na sutileza intimista das teorias do valor-utilidade.

x

Uma razão simples nos conduziu à reflexão específica sobre a forma do equivalente. O processo histórico de monopolização e de centralização do sistema capitalista - evidência empírica inquestionável - leva ao rompimento das condições que possibilitariam a existência efetiva da equivalência geral nas trocas capitalistas. À primeira vista essa reflexão deveria nos encaminhar para o estudo das formas e desdobramentos do rompimento da equivalência, abordando as modificações que se processa no movimento do capital, à semelhança de algumas páginas escritas pelo importante Eugenio Preobrajensky, em A Nova Economica. No entanto, no momento em que nos deparamos com o fato de que o rompimento da equivalência é efetivamente o resultado histórico da existência do capital, e de que a própria existência do capital se baseia sobre uma relação social não-equivalente (a exploração do trabalho), começamos a nos perguntar sobre o seu significado teórico e filosófico. Decidimos dar relevância teórica a esse processo histórico, seu resultado e sua base. Nesse momento começamos a perceber que a problemática se alterava, que frequentemente a forma de abordagem se invertia. Questões interessantes emergiam. Poderíamos afinal dizer que o movimento descrito por esse deslocamento se explicita na modificação do subtítulo da tese: de "um ensaio sobre o rompimento da forma equivalente do Valor" a "um ensaio sobre a forma não-equivalente do Valor".

A diferença pode parecer nula, mas não é. Na verda

de, ela remete a questões de amplitude considerável, como o significado da forma do equivalente do Valor no contexto da teoria marxista da economia e da sociedade, o que, por sua vez, nos remeteu à concepção ontológica que parece emergir na formulação da teoria do Valor. Veremos que a forma do equivalente desempenha um papel significativo na concepção marxista de desenvolvimento histórico da humanidade. Mais ainda, o fetichismo ganha nova dimensão na abordagem do problema da não-equivalência. A troca entre trabalho e capital aparece expressa de forma herética em termos conceituais. Enfim, trata-se de uma problemática delicada, perigosa.

Muitas objeções podem ser feitas ao seu tratamento por um jovem mestrando. Algumas delas nos chega a incomodar. Mas não havia uma outra alternativa íntegra; era mesmo uma certa paixão que nos impelia. O texto, sem dúvida, apresentará indicações de despreparo diante da relevância e dos desdobramentos do problema. Procuramos não menosprezar essa relevância e limitar o alcance da reflexão; por outro lado, firmou-se em convicção que algumas boas idéias havia nos ocorrido.

Percorrido o trajeto, parece agora mais claro que o risco do erro e da pretensão não pode se sobrepor à inquietude do estudante. É dela que se cria. Apenas tempo e estudo poderão preencher os espaços de uma leitura incompleta. Exercemos nossa liberdade, esperando apenas que não tenha sido tola, absurda, ou simplesmente vulgar. Acreditando no contrário, o resultado nos agrada.

x

O ensaio se estrutura em cinco momentos de reflexão, apontando todos para o ponto central.

No primeiro capítulo trabalhamos sobre a constituição do conceito e da teoria do valor-trabalho. Observando elementos da literatura clássica anotamos a sua constituição na economia clássica. Não se trata de uma exegese rigorosa, que captasse o caminho dos conceitos e das idéias, mas de levantar os elementos mais importantes para o enquadramento da pro

blemática geral do Valor.

No segundo capítulo, apontamos para o núcleo do problema: a forma equivalente do Valor, tanto em Marx como também na economia clássica, objetivando à sua identificação formal, bem como a determinação concreta, social, de sua existência. Esse processo leva ao estudo do problema da concorrência na economia capitalista. Neste capítulo fazemo-lo apenas pelo estudo de Marx e dos clássicos.

No terceiro momento, levantamos os elementos para a retomada da discussão da "concorrência" capitalista. Para isso é necessário retomar as contradições iminentes à forma do Valor, ou seja, à economia de mercado. Dessas contradições pode-se compreender o agenciamento social que gera o mercado, e que lhe dá seu caráter. Chega-se à conclusão de que a negação da equivalência é o próprio fundamento do sistema mercantil, é o seu motor, ao lado da luta de classes, se quiser. Mais ainda, pode-se perceber que é apenas através da busca da não-equivalência que a equivalência pode ser obtida. Ao final do capítulo chegamos à conclusão de que na sociedade capitalista a não-equivalência toma a forma de equivalência, e que isso é possibilitado pelo fenômeno do fetichismo da mercadoria. Nesse sentido, o fetichismo é que permite o deslocamento espacial dos vértices do triângulo do Valor tornando-o escaleno sob a aparência de equilátero. Por essa razão, por revelar que o Valor se move num jogo em que a essência se oculta e se nega na busca de sua afirmação, intitulamo-lo Dialética do Valor.

No quarto capítulo, através dos principais elementos produzidos no debate da teoria marxista do Valor, procuramos identificar as principais problemáticas principalmente em função de sua posição frente à questão da equivalência e da não-equivalência do Valor. O capitalismo moderno, monopolista, imperialista, estatal, é o pano de fundo de toda a reflexão. Esse capítulo completa o terceiro no levantamento da idéia de que o Valor se constitui histórica e essencialmente em forma de não-equivalência. Ao mesmo tempo, procuramos fornecer elementos para a compreensão de que essa conclusão não é antagônica à estrutura geral da teoria de Marx - que, na verdade, é

parte do quadro geral da teoria. A compreensão de todo o fenômeno capitalista passa pela apreensão da teoria do Valor de Marx. Essa é uma questão difícil, e, evidentemente, ainda aberta. Mas é patente o fracasso de importantes teóricos que procuram destruir os conceitos marxistas, acabando por ficar sem conceito e sem teoria.

Por fim, procuramos levantar o significado filosófico da forma do equivalente. Veremos que a equivalência desempenha um papel ontológico. Neste momento se torna necessário formular uma certa concepção do ser social em Marx, chegando mesmo a tocar sua filosofia de revolução. Trata-se do momento mais delicado, posto que aquele que pode ser manipulado com intuitos reacionários. De início o capítulo falha por pressupor aquilo que caberia também discutir, isto é, que a teoria de Marx tem uma dimensão ontológica, uma vez que importantes filósofos marxistas negam essa possibilidade. Mas, além de acreditarmos ter colhido elementos significativos que apontam nessa direção, na verdade não encontramos outra forma de nos referirmos a essa dimensão da teoria do Valor, expressa a partir de suas idéias fundamentais: trabalho como substância do Valor e valor como essência dos preços.

Polemizar essa questão comportaria um trabalho que supera o que poderíamos alcançar. Desejamos apenas que aqueles que discordam dessa tese se sintam motivados a provar o contrário - o que talvez seja sempre possível. Melhor é o debate.

x x x



## A forma do Valor

### 1 - A forma do valor de troca.

A forma do Valor aparece necessária à ordem social da República de Platão. Necessária à montagem de uma certa ordem social, ordem ontológica que ele deseja criar. Evidentemente que não se trata de qualquer realidade absoluta, única forma possível de sociabilidade. Não é um problema, ou uma pergunta. Apenas, de fato, uma necessidade, que deve ser atendida para que outras também o sejam.

Sócrates dialoga com Gláucon, para construir a idéia da sua República, aquela que tem como meta a Justiça verdadeira. Este é o seu problema, seu objeto; a polis, lugar-reunião dos homens, onde floresce a própria questão da Justiça.

Mas, porque nasce a cidade, pergunta Sócrates ?

*"Óra, uma cidade tem sua origem, segundo creio, no fato de que cada um de nós não é auto-suficiente, mas sim necessitado de muita coisa." (1)*

Na cidade agrupam-se os homens para satisfazerem suas necessidades. Da própria variedade dessas necessidades, os homens relacionam-se. Diante da dificuldade em que cada um supra-se de tudo que precisa, torna-se então conveniente que os homens dividam-nas entre si: "um homem toma outro para uma necessidade, e outro ainda para outra, e como precisam de muita coisa, reúnem numa habitação companheiros e ajudantes. A essa associação pusemos o nome de cidade. Não é assim ?"

Sócrates problematiza essa necessidade fundamental,

geradora da polis, o atendimento das necessidades humanas:

*"Uma pessoa fará melhor em trabalhar sozinho em muitos ofícios, ou quando a executar um só?"*

Ao que Gláucon lhe responde prontamente: "Quando for um só a executar um."

*"Por conseguinte, o resultado é mais, rico, mais belo e mais fácil, quando cada pessoa fizer uma só coisa, de acordo com a sua natureza e na ocasião própria, deixando em paz as outras."*

Se essa forma de sociabilidade faz com que os homens desempenhem de forma mais rica e mais bela o atendimento das necessidades mútuas, ela é conveniente à sociedade. Atendidas essas necessidades poderão emergir mais claramente o problema da Justiça entre os homens. Mas antes que isso se dê, é preciso construir o quadro dessa sociedade. O que requer essa forma de sociedade ? Responde Sócrates:

*"Daí resultará para nós um mercado e a moeda, sinal dos resultados das trocas comerciais."*

Essa sociedade em que os homens especializam-se no atendimento das necessidades mútuas, e trocam entre si as necessidades, implica numa forma particular de relacionamento, que Platão toma como inevitável; o mercado é a forma possível dos homens dividirem entre si o trabalho social e trocarem-no. Platão precisa assim o ambiente da forma do Valor, a natureza particular de sua existência social: a divisão social do trabalho.

Mas, como tal, a forma do Valor não é um problema. Ela é apenas um passo, tomado como necessário à resolução do problema da polis e da Justiça. A forma do Valor aqui é dado, forma naturalmente realizada, não constitui problemática. Estanca aí, pois, a reflexão econômica de Platão.

x

O primeiro capítulo do Wealth of Nations, de Adam Smith, retoma a exata forma da cidade que Sócrates imagina. Sua problemática não é exatamente a Justiça, mas algo que se si-

tua antes dela: a riqueza. A "riqueza" agora é o objeto, e Smith, que também é filósofo, deixa a Justiça como um problema posterior. Aliás, Smith escreveu sobre algo próximo à questão da Justiça, o Teoria dos Sentimentos Morais, publicado antes do Riqueza das Nações. No entanto, a época ouvia menos à questão da Justiça do que à questão da Riqueza. A abundância era o grande problema e o Teoria dos Sentimentos Morais ficou esquecido.

O problema de Adam Smith é encontrar a forma de existência social que dá à sociedade humana maior riqueza. Como forma de riqueza, nasce junto o problema do Valor. Trocas, produção, distribuição. A Economia Política nasce ao compreender que a riqueza circula sob a forma dos valores. Smith irá estudar agora as "leis do mercado", a lei das "trocas comerciais", problema que Sócrates toma como dado. Mas tanto o grego quanto o escocês sabem dizer o ambiente social em que isso se dá: a divisão social do trabalho. A primeira afirmação de Smith é:

*"O crescente desenvolvimento da produtividade do trabalho e o aumento do engenho, destreza e discernimento ao qual está ligado, parece ter sido provocado pela divisão do trabalho."*(2)

Mas, logo a seguir, distanciam-se Sócrates e Smith. Este transforma em problema o que para o outro era mera premissa. A economia política transforma em problema o que a filosofia grega tomava como forma natural, expressão de uma essência. Ainda constitui exigência ontológica a forma do Valor, mas trata-se agora de ler sua lei, decifrá-la. Mas a constituição da problemática clássica na economia política não partiu de Smith.

O filósofo escocês introduz um elemento de maturidade na pesquisa da Economia Política. Depura e busca depurar a intensa discussão que a reflexão econômica havia produzido nos dois ou três séculos anteriores. Essa reflexão havia emergido de forma difusa, do renscentismo ao período clássico, gradativa. (3)

(3)

Até meados do século XVIII, o problema das relações de troca (e portanto do Valor) ainda não havia sido colocado

pela reflexão econômica como objeto. A significação das relações de troca, expressas sob a forma do Valor, não era tomada como questão relevante para o processo de formação da riqueza. A produção de riquezas não passa ainda pela produção de valores. A problemática da riqueza é anterior à do Valor. A interrogação sobre as causas e as formas da produção de riqueza era uma problemática ainda ausente da reflexão econômica. Não há teoria de preços. Há teoria de ganhos.

O comércio era o fato novo, gerador desse movimento que se desencadeia por estradas e mares. Ligado ao ato de buscar e levar, frequentemente por grandes distâncias, a riqueza aparecia nas mãos daqueles homens, os comerciantes. Parecia como se essas riquezas houvessem sempre existido, e, num instante comesçassem a mover-se, das sombras da distância ao palco dos olhos. A circulação, o movimento das riquezas, torna-se a questão fundamental. Os comerciantes, senhores desse estranho poder de encontrar as mercadorias e conhecer seus preços - de tal forma que são os que mais se aproximam dos deuses (4) - sabem perfeitamente o que tira as riquezas das sombras: é o ouro, esse estranho poder. O comércio necessita do ouro como o homem do sangue. O ouro era ao mesmo tempo sua razão de ser e sua medida; seu peso e sua substância. Se havia abundância de ouro o comércio caminhava - caminhavam os comerciantes. Se o ouro faltava, o comércio e os comerciantes se deprimiam. O ouro era a medida de tudo.

Contudo, o valor do ouro variava, flutuava como as caravelas. Intenso debate se produz. Alguns já dizem que flutuava justamente com as caravelas, e o ouro dos seus porões. Mas discordavam, outros. Deriva o valor da moeda de sua massa, seu conteúdo, seu lastro, ou deriva ele do poder que a faz circular como moeda, a efígie do Soberano, o semblante do Rei? Mais ainda, fosse a massa do ouro a fonte do valor da moeda, era necessário saber a razão do valor desse lastro.

O debate sobre a substância do valor da moeda, porém, cedeu gradativamente à celeuma mercantilista, onde a problemática da riqueza ganhava contornos políticos mais claros. A riqueza, embora ainda se confundisse entre valor e produto,

entre moeda e mercadorias, já era pensada como fruto de uma certa forma de ação, econômica e política. Não discutiremos as alterações de problemática na constituição do chamado pensamento mercantilista. Extrapola nosso objetivo, e, por outro lado, evita que cometamos mais uma das generosas vulgaridades para com esse importante momento do pensamento econômico.

William Petty, vivendo no limiar do século XVIII, anunciou, em algumas reflexões, a reviravolta na problemática do pensamento econômico superando a forma mercantilista e contornando o terreno da Economia Política. Encontrando a riqueza no terreno do trabalho, na relação do homem com a natureza, Petty penetra claramente o espaço da questão do Valor, a forma básica da riqueza, mercadoria. Sobre o Valor, diz ele:

*"Se uma pessoa para levar a Londres uma onça de prata extraída do Peru precisar do mesmo tempo que empregaria para produzir um bushell de trigo, então uma mercadoria é o preço natural da outra."* (5)

Aqui, Petty já elabora algumas das principais estruturas da teoria do Valor. Em primeiro lugar distingue o preço de mercado, submetido às vicissitudes de seu ambiente, do preço natural, o seu preço "real", que orienta, dá a base, essência, do preço de mercado. Valor. E, principalmente, liga esse valor ao tempo de trabalho dispendido na produção. Para Marx esse é o contorno científico da forma do Valor. Mas, além de uma resposta, essa formulação significa uma alteração de problemática, uma ruptura no solo do saber - episteme. Assim o descreve Foucault:

*"Já não se trata, pois, de conhecer o mecanismo segundo o qual as riquezas podem representar-se entre si (e mediante essa riqueza universalmente representativa que é o metal precioso), mas de saber porque é que os objetos de desejo e da necessidade não de ser representados, como se estabelece o valor de uma coisa e porque é que se pode afirmar que ela 'vale tanto ou tanto.'" (6)*

Esta a questão do Valor; a pergunta sobre a razão e a determinação da forma do valor. Atravessando o terreno das trocas, do ato da compra e da venda, superando sua super

ficialidade interativa, arguindo o sub-solo da sua existência-produção. Para além do tecido, a constituição do corpo.

2 - A fisiocracia: ser social, produção de excedente e equivalência.

O reconhecimento que a Economia Política presta à produção teórica daqueles autores de origem predominantemente francesa, os fisiocratas, deriva da conjunção de duas concepções ontológicas: a representação da sociedade humana como um organismo, corpo social, e a concepção de que, como corpo, comporta um crescimento. No corpo social o olhar médico descobre órgãos e segundo esses órgãos, funções. Sabe que na sociedade dos homens esses órgãos são classes sociais, e que a forma social de seu fluxo vital é uma produção de bens. A produção é metabolizada, circula, distribui-se a cada parte, retornando na medida necessária à retomada do fluxo. A segunda idéia impede que o círculo se feche: esse sistema é expansivo. Ele comporta e visa o crescimento. Os fisiocratas, corretamente também, sabem que na sociedade humana essa riqueza deriva da produção de um excedente, isto é, a produção superior ao consumo, num dado período de tempo.

Coerentes com a razão iluminista, os fisiocratas tomam a sociedade humana como uma existência organizada sob leis, leis ontologicamente necessárias. Como essa sociedade não é caótica, essas leis devem ser racionais, lógicas, sem o que a existência se faria impossível. Donde deriva essa razão? O iluminismo produz muitas respostas. De qualquer forma acreditam todos que sendo conhecidas são passíveis de serem manipuladas pelos homens, em busca da maior eficiência. Nada é absoluto entre os clássicos. A idéia de "ordem natural", que sedimente o terreno da economia clássica e é especialmente importante para a fisiocracia, não paira incontornável, inalterável sobre existência social. Apesar de não terem formulado uma interpretação das alterações das formas históricas e de suas (r)evoluções, os clássicos sabem que a sociedade tem formas distintas, e que nenhuma forma social opera de forma única. Já não há uma lei exterior que conduzisse irremediavelmente a hu

manidade fosse qual fosse a ação dos homens.

Essa interpretação pôde muitas vezes emergir da vulgarização da "Mão Invisível", de Adam Smith. De fato, o conceito de "ordem natural" resulta na hipótese de que os processos de sociabilidade alcançam sua plenitude na forma capitalista da produção. Este é o limite da economia burguesa, e objeto privilegiado da crítica de Marx. (7) Mas não se deveria entender de forma excessivamente determinista essa concepção clássica, porque perde-se toda a riqueza da economia clássica. Para todos os clássicos, se existe uma forma ideal de existência social - e essa forma é o mercado - ela nunca é absoluta, determinista. Pelo contrário; essa sociedade tem seu corpo tecido entre classes sociais, e entre essas classes a política. A "ordem natural", para os fisiocratas, não é mais que a forma das exigências da relação do homem com a natureza, são suas leis. O homem pode ser tal ou qual, mas desse ato derivará sua riqueza ou sua miséria. Os fisiocratas fundamentaram toda sua convicção sobre a certeza de terem descoberto a natureza das leis da natureza, e constituíram todo um receituário prático, para o melhor ser dessas leis.

Mas o que efetivamente faz com que os fisiocratas se tornem os "pais da economia moderna" foi o casamento da concepção de crescimento da riqueza social, isto é, da produção de excedente econômico, com a de que esse excedente circula no seio de um sistema de trocas equivalentes. Esse é o ponto fundamental para Marx. Sem ele não há ciência. Tanto que no seu trabalho sobre as teorias científicas da Mais-Valia, complemento de O Capital onde realiza sua resenha sobre a história do pensamento econômico, Marx não inicia-o pelos fisiocratas, mas sim por um obscuro economista inglês: Sir James Steuart. Apesar dos fisiocratas serem os "pais" da economia moderna; existe uma outra classe de homens que têm de ser citados, para que a problemática da economia política seja compreendida inteiramente.

Iniciando o Teorias da Mais-Valia pela discussão de Sir James Steuart, Marx pretende esclarecer que existe uma maneira científica e outra não-científica de buscar a explica

ção para a origem do excedente e sua forma-lucro no sistema capitalista. A forma científica se enquadra num contexto de trocas equivalentes em valor. Essa concepção do lucro capitalista surge em contraposição à que foi veiculada durante os debates do mercantilismo, puramente "comercial": o lucro surge pelo ato de acrescentar valor no ato da venda ao valor de compra. Comprar barato, vender caro, é a forma de se obter lucro. Aqui, o lucro toma a forma da expropriação, e existe por obra de um artifício, o segredo do comerciante. Mas o que se ganha é também o que se perde - no comércio nada se cria, e o lucro portanto não é expressão de uma criação de riqueza.

Para Marx, Steuart detém o mérito de ter formulado "cientificamente" a forma não-científica de se explicar a origem do lucro. Pela seguinte razão: apesar de defender a tese de que o lucro nasce num ato de expropriação, Steuart considera necessário distinguir entre valor positivo e valor relativo. O valor positivo gera acréscimo de riqueza social, significa criação de produção. O valor relativo, que não se pode confundir com valor de troca, significa apenas transferência de riqueza. Não constitui riqueza, é uma expropriação que é possível pelo jogo do mercado. O lucro capitalista, para Steuart é expressão de um valor relativo. Assim, apesar de ter uma formulação não-científica para o lucro, formula cientificamente o problema da riqueza e do excedente.

*"Steuart é portanto a expressão racional do sistema mercantil."* (8)

No entanto, essa formulação não pode ser aceita. Por uma razão óbvia, diz Marx: "A totalidade da classe capitalista de um país não pode burlar-se a si mesma." (9)

A solução científica para a origem da mais-valia será a que a encontra ao nível da troca de produtos por seus valores, a troca de equivalentes, quando se poderá compreender a forma capitalista da produção de valor positivo, o excedente econômico.



A escola fisiocrática ainda não trabalha com um conceito de valor, ou pelo menos não o tem explícito. Quando se aproximam dele usam o conceito de custo. Apesar disso, ele aparece subentendido no quadro das relações de troca entre as diversas classes sociais, o Tableau Économique, que deu notoriedade ao Dr. Quesnay. (10)

O Tableau estrutura um quadro com a produção e circulação anual de um "reino". A classe produtiva, dos agricultores, fornece à sociedade um dado montante de produto, que a possibilitará alimentar-se e dispor de outras necessidades. A classe estéril, dos trabalhadores das manufaturas (de forma geral), consome durante o seu trabalho alimentos e matérias-primas, fornecidos pela classe produtiva. A classe estéril pagará esses produtos com a venda de toda sua produção, em parte para a própria classe produtiva, em parte para a classe dos proprietários. A classe produtiva, do que obtém do solo, troca pelos produtos que recebe da classe estéril, e dentro de si mesma. Mas, além disso, entrega uma outra parte excedente à classe dos proprietários. Essa produção assume a forma da Renda da Terra, nas relações de valor.

O sistema fisiocrático gira, assim, em torno da troca de equivalentes, com o excedente incluído nessas trocas. As classes produtiva e estéril trocam entre si valores equivalentes; ambas reproduzem anualmente apenas a sua própria subsistência. A classe dos proprietários recebe o excedente produzido pela graça da propriedade da terra, que os torna donos daquilo que a terra criou.

*"O comércio, de sua natureza, mais não faz que trocar, no conjunto, coisas de valor igual."* (11)

A legitimidade da apropriação pelos proprietários da terra decorre de que é a agricultura que, como atividade orgânica, depois de alimentar o trabalho da classe estéril e de repor o trabalho dos agricultores, produz um excedente físico. Mas é a própria ausência de um conceito de valor que impede à fisiocracia compreender o excedente para além de sua forma física, visível aos olhos e palpável às mãos. E como o agricultor vive como o manufator, não é de seu trabalho que emerge

essa riqueza visível:

*"Como em todos os outros casos, a retribuição do trabalho agrícola tende a ajustar-se a essa subsistência. No entanto, ele tem um privilégio, não econômico - no sistema das trocas -, mas físico na ordem de produção dos bens: é a terra, quando é trabalhada, que fornece uma quantidade de subsistência possível muito superior à que é necessária ao lavrador."*(12)

A agricultura é o único domínio em que o acréscimo de valor devido à produção não é equivalente às despesas do produtor. Corresponde ao que a terra, mãe, produz. Essa produção se transforma, no contexto do reino fisiocrático, em Renda da Terra, a remuneração pela propriedade da terra. (13)

3 - A forma relativa do Valor: capacidade de comandar trabalho social.

O Wealth of Nations de Adam Smith é certamente o trabalho que mais avança uma teoria da produção capitalista no século XVIII. Foi, no mínimo, o que deu mais clara importância à consideração do problema do Valor. Smith tenta, em diversos momentos definir um conceito do Valor e lhe encontrar a origem. Mas, assim como procurou definir esse conceito em momentos diferentes, fê-lo também de formas diferentes. Smith tinha a capacidade de conviver com teses ambíguas. Schumpeter, em sua História da Análise Econômica (14) cita como de Smith três teses distintas sobre o Valor. Uma teoria do valor-trabalho, precursora das de Ricardo e Marx; uma teoria do valor sobre o custo de produção; e uma teoria do valor desutilidade do trabalho, uma teoria do valor baseado no esforço dispendido.

Mas, além dessas teses existe uma outra definição de Valor dada por Smith, que Schumpeter não chega a considerar, com razão, como definidora da origem, as causas dos valores das mercadorias. Trata-se do conceito de labour command, ou labour commanded.

Leiamos um parágrafo do Riqueza das Nações onde aparecem três dessas formulações apontadas acima:

"Cada homem é considerado rico ou pobre de acordo com a sua possibilidade de adquirir os objetos que lhe são necessários e convenientes e de gozar os prazeres da vida humana. Depois de se ter implantado a divisão do trabalho, só uma pequena parte desses objetos pode ser obtida por cada homem através de seu próprio trabalho; a maior parte deles é produzida pelo trabalho de outras pessoas, o que nos leva a considerar um homem rico ou pobre conforme a quantidade de trabalho que ele pode ter à sua disposição ou que pode comprar. Logo, o valor de qualquer mercadoria, para a pessoa que a possui e que não tenciona usá-la ou consumi-la mas trocá-la por outras, é igual à quantidade de trabalho que lhe permite adquirir (a). Logo, o trabalho é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias (b).

O verdadeiro preço de qualquer coisa, aquilo que ela efetivamente custa ao homem que a pretende adquirir, é a luta e os incômodos (c) a que é obrigado para a adquirir." (15)

Esse trecho, que inicia o quinto capítulo do Riqueza das Nações, coloca par a par três formulações diferentes ' como definição do valor. Por último, define o valor como esforço dispendido (c). Em segundo lugar, define-o como trabalho dispendido (b), o que Smith certamente considera igual. E, em primeiro, diz que o valor é igual ao trabalho que a mercadoria pode comandar no mercado. Isto é, que a forma relativa' do valor de troca iguala qualquer mercadoria àquilo que ela ' pode adquirir. Vejamos mais de perto essas questões.

O primeiro ponto a assinalar é que Smith principiava a tratar a questão do Valor pela definição do lugar social específico de emergência da forma do valor: a sociedade em que o trabalho encontra-se dividido, especializado. À maneira de Platão, considera que a divisão do trabalho impõe a troca mercantil dos valores de uso. Nessa sociedade nenhum poder superior pode determinar aos produtores a proporção e a forma como trocarão seus produtos. O poder que determina essa relação é o valor, e o valor se define no próprio mercado. Assim, parece ' óbvio que a integração dos trabalhos e dos produtos não de se dar de tal forma que o indivíduo pode adquirir valores de uso

na medida em que possa comprar o trabalho dos outros. Adquirir trabalho alheio, essa a forma do Valor. Neste sentido não há a menor dúvida de que o valor de um produto é "igual à quantidade de trabalho que lhe permite adquirir".

Contudo, Smith ainda se encontra aqui no terreno da pura definição, portanto, da tautologia. Dizer que o valor é capacidade de comandar trabalho equivale a dizer que o valor é valor. Assim, quando se espera de Smith que faça a pergunta seguinte, isto é, que inquire sobre a origem e as determinações da capacidade de comandar trabalho, vêmo-lo como que encerra essa discussão, com uma afirmação que ele supõe perfeitamente vinculada à anterior: "Logo, o trabalho é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias."

Se Smith pretende afirmar que o trabalho (dos outros, comparável pelo valor de troca no mercado) oferece a magnitude do valor da mercadoria que se leva ao mercado, ele simplesmente repete a definição anterior, sem escapar à tautologia. Se, por outro lado, ele pretende dizer que o "trabalho" do produtor dá a medida do valor da mercadoria (em suma, se ele define o valor pelo trabalho dispendido), o leitor atento não deixará de perceber que há um salto deixado sem legitimidade. Que o valor de uma mercadoria tenha por referência os trabalhos de terceiros não implica de forma alguma que o "trabalho" dá a magnitude do Valor. Na verdade, Smith salta da discussão da forma do valor (capacidade de permutar trabalho social) para a da magnitude do valor (tempo de trabalho dispendido, ou o que for que se pretenda como fonte desse valor). Essa indecisão é fatal, impedindo-o de aproveitar tanto o que oferece a problemática da forma do valor como de definir com clareza científica a problemática da magnitude do valor.

Esse problema fica manifesto nas críticas que o debate sobre a história do pensamento econômico indicará sobre o conceito smithiano de labour command. Geralmente apreendido como uma tentativa de definição da magnitude do valor, esse conceito tem de ser abandonado, porque neste terreno o conceito se torna contraditório. Na sociedade capitalista, não se

pode explicar o valor das mercadorias através dele, por um fato muito simples, que até Smith deve ter compreendido, posto que abandona-o; o trabalho comandado na feitura de qualquer mercadoria não é igual à quantidade de trabalho social que ela poderá adquirir. É, na verdade, menor. Existe um "hiato" entre o volume de trabalho comandado e o volume que a produção poderá comandar - esse "hiato" contém o "segredo" do lucro. A tentativa de estender o conceito de labour command a uma teoria da magnitude do valor teria o efeito de inviabilizar uma teoria dos lucros. Como Smith não distingue o conceito de forma do de magnitude do Valor, aliás como toda economia clássica, a sua utilização se torna contraditória.

Por outro lado, a definição do Valor como capacidade de comandar trabalho é fundamental para a compreensão da forma do valor, seus segredos e sua dialética. Ele remete a uma referência externa; o valor se torna algo que só se define, em última análise, por uma referência ao outro. Evidentemente deixa incompreendida sua definição "interna", a definição em substância do Valor, e, por extensão, a compreensão da determinação de sua magnitude. No entanto, esse conceito sempre é necessário quando a forma relativa do valor não pode ser plenamente explicada por sua substância, sua essência. Marx só pode prescindir da idéia de labour command porque, em sua teoria do valor, os conceitos de forma, substância e magnitude acham-se imbricados, sintonizados: eles exprimem uma definição única - o tempo de trabalho socialmente necessário. A substância define a magnitude, e a magnitude apenas expressa a substância. A Marx, a definição do Valor como capacidade de comandar o trabalho dos outros é desnecessária porque o trabalho dos outros e seu valor é mera expressão do trabalho realizado na mercadoria.

Mas, se se rompe a conjunção forma e magnitude do Valor, o conceito de labour command torna-se necessário, para remeter ao outro que é o valor de troca. O valor relativo se torna referência imprescindível para a compreensão do valor próprio de cada mercadoria. Voltaremos a esse problema no terceiro capítulo.

4 - A necessidade do Valor: o valor de uso.

Os filósofos da economia política que mais enfatizaram a importância a questão do valor de uso foram por certo os fisiocratas, mesmo que tal mérito fosse a eles próprios incompreendido e sequer mencionado. Apesar de não trabalharem essa distinção entre valor de troca e valor de uso, que será tão importante para Marx, os fisiocratas assentam firmemente sua concepção da riqueza e da produção de excedente por sobre a sua forma material, concreta. Sua noção de que a terra, a natureza, é que produz o crescimento da riqueza baseia-se na concepção de que essa riqueza nasce da produção de bens de certa natureza específica.

Adam Smith também enfatiza esse aspecto da economia política quando aborda o problema do trabalho produtivo e improdutivo. Apresentando de início uma duplicidade na concepção de trabalho produtivo - trabalho que gera valor e trabalho que gera produto (16) - ao longo do capítulo caminha gradativamente em direção à tese do trabalho produtivo como o que gera produtos, bens. E, sendo assim, tanto mais produtivo quanto mais os produza mais duráveis. Os exemplos finais desse seu capítulo (que deve servir de base a uma teoria da acumulação de riquezas, tanto para o capitalismo quanto para outras formas sociais) procuram por em realce a importância de certos bens que de tão bons e duráveis passam de geração a geração, evitando que novos trabalhos sejam necessários. Mas, sobretudo, Smith procura também deixar claro que para o progresso da riqueza social não são indiferentes os trabalhos e os objetos produzidos. O valor de uso também é base da riqueza.

Mas a referência a Ricardo, nesse sobrevôo sobre os elementos fundamentais da teoria do valor-trabalho, nos permitirá avançar mais alguns passos na consideração do problema do valor de uso - questão absolutamente imprescindível para a compreensão do alcance da questão do Valor.

David Ricardo (17) viveu a experiência do capitalismo inglês uma geração após a de Smith. Pode-se dizer, com certeza, que o trabalho de Ricardo foi um prosseguimento do de seu mestre, tentando avançar na coerência científica da teo-

ria geral do capitalismo. E deve-se reconhecer que o fez de maneira notável. Ricardo ainda é dos pensadores mais importantes para a Economia Política. Mas o que efetivamente interessa a nós é que essa diferença no momento histórico de Smith e Ricardo assume aspectos absolutamente determinantes na direção geral de ambas as teorias.

O Riqueza das Nações foi editado antes dos momentos decisivos da revolução industrial. Embora a genialidade de Smith supere frequentemente as próprias circunstâncias históricas, ele chega a expressar que a natureza e suas forças são mais produtivas do que a manufatura - onde ele via a redenção econômica do homem. Ricardo viveu a maturidade da primeira revolução industrial na Inglaterra. Viu a força do vapor fazer coisas antes inimagináveis. Mas a diferença crucial é que essa maturidade já se debatia em grave crise econômica. Esses poucos decênios separam o otimismo smithiano do pessimismo ricardiano. A preocupação de Smith era apenas demonstrar que o sistema capitalista, posto sobre suas próprias pernas (e ele define bem quais), desencadearia um processo praticamente infinito de criação de riquezas. Já Ricardo pressente um horizonte sombrio na perspectiva histórica do sistema capitalista. Também pensa ele que o capitalismo pode sempre fazer o melhor. Mas sabe que as possibilidades desse sistema não são capazes de lhe destruir um limite básico, ineliminável. Esse limite é a natureza.

x

A teoria da renda diferencial e a tese da estagnação do sistema capitalista emergem como preocupação fundamental nos dois trabalhos mais significativos da obra de Ricardo. O Ensaio sobre a influência do preço do cereal sobre os lucros do capital, escrito em 1815, e o Princípios de Economia Política, editado pela primeira vez em 1817 (18), estabelecem os contornos teóricos e históricos da Economia Política de seu tempo.

Ricardo observava que o sistema capitalista é essen

cialmente expansivo, uma vez que o próprio lucro decorre do aumento da capacidade de produção, mas pensa também que essa tendência esbarra na oferta limitada de terras agriculturáveis. O limite físico da oferta agrícola debilitaria a capacidade de crescimento da indústria.

O grande problema teórico é que esta tese, aqui exposta nos seus contornos gerais, deve se expressar no sistema capitalista sob uma forma particular, a forma do Valor. Na sociedade capitalista toda a circulação social da produção, a distribuição, se faz sob a forma de uma relação de valores, preços relativos, sendo que essas relações definem a forma de existência global do sistema.

Tal como os fisiocratas, Ricardo sabe que a acumulação de riquezas depende da produção de um excedente. Como Smith, sabe que esse excedente deve ter uma destinação adequada para a eficiência do processo produtivo. E, como todos que escapam da "vulgaridade", pensa que essa alocação envolve uma relação fundamentalmente política, pois o processo de produção de riquezas se dá no seio de uma estrutura de classes distintas, com interesses distintos. Mas o movimento teórico decisivo que ainda faltava era a construção de uma teoria que pudes se explicar a variação dos valores relativos - faltava uma teoria do Valor.

Essa necessidade foi sentida por Ricardo somente de pois de ter escrito seu primeiro trabalho, o Ensaio. Nele, não utiliza uma teoria do Valor. No entanto, percebe de imediato que as variações da taxa de lucro - o que determina o movimento da acumulação capitalista - dependem da definição do Valor. Esta definição aparece no umbral do Principles, procurando resolver de imediato as grandes celeumas que atravessaram a Economia Política durante o século XVIII:

*"Possuindo utilidade, as mercadorias derivam seu valor de troca de duas fontes: de sua escassez e da quantidade de trabalho necessária para obtê-las." (19)*

Essa formulação é perfeitamente sintonizada com a que oferecerá Marx. Em primeiro lugar define a forma de existência da mercadoria, aquilo que tem valor: o que é útil, ad-



quire no mercado valor de troca. Esse valor, por sua vez, não deriva dessa utilidade, que é apenas pressuposto desse valor, mas de dois fatores distintos: do trabalho que foi utilizado em sua produção e da necessidade que os homens sentem desse produto em relação à sua disponibilidade. O valor de troca acha-se, assim, duplamente determinado. Marx concorda plenamente com Ricardo, embora não trate a definição dessa dupla determinação da mesma forma - quanto à ordem de exposição. Marx apresenta essa tese em dois momentos distintos, que espelham diferentes etapas analíticas. Em primeiro lugar apresenta a determinação interna, substancial do Valor: o trabalho dispendido, no primeiro capítulo de O Capital. Permeado pela escassez, fá-lo apenas no Livro III, capítulo X, onde introduz a idéia de que a "procura" exerce influência sobre a determinação do valor de troca. Trata-se evidentemente de uma determinação "externa", não-essencial, e por essa razão não aparece desde o primeiro momento.

Logo a seguir, Ricardo apresenta a tese que integra forma e magnitude do Valor, exatamente o que não logrou fazer Adam Smith:

*"O valor de uma mercadoria, ou seja, a quantidade de qualquer outra pela qual pode ser trocada, depende da quantidade relativa de trabalho necessário para sua produção, e não da maior ou menor remuneração que é paga por esse trabalho."*

(20)

A capacidade de comandar trabalho (forma do Valor) depende do volume de trabalho dispendido na produção (magnitude do Valor), definindo, portanto a forma relativa do valor pelas condições de sua produção. Mesmo que não utilize o conceito preciso de tempo de trabalho, como o fará Marx, essa definição praticamente estrutura a teoria do Valor-Trabalho. Mas, além disso, Ricardo procura eliminar a possibilidade de uma teoria dos preços como soma de custos de produção, onde o valor é determinado pelo somatório de lucros, salários e rendas pagos na produção, deixando claro que essas remunerações apenas participam desse valor, podendo absorver uma parte maior ou menor dele. Dessa tese depende toda a teoria do Valor.

Assim definido o valor das mercadorias, já se pode estudar as variações desses valores e suas repercussões sobre a totalidade do sistema. O interesse de Ricardo é forjar instrumentos analíticos para observar a tendência geral dessas variações sobre a taxa de lucro e a renda da terra, as duas formas básicas de apropriação social do excedente econômico. Consciente de que a crise econômica capitalista procede de uma redução na taxa de lucro, trata-se de encontrar a causa geradora dessa redução.

A produção capitalista tem em sua base uma composição de custos, que são inelimináveis. Dentre esses custos, o mais importante é o custo do trabalho, em primeiro lugar porque é universal (toda produção capitalista o exige), mas também porque naquele estágio da acumulação, a baixa composição orgânica do capital (c/v) impõe uma utilização relativa de força de trabalho muito elevada. Nesse terreno Ricardo encontra a explicação da crise inglesa.

A Inglaterra naturalmente vivia uma disponibilidade de terras agriculturáveis limitada. Além de reduzidas em extensão, pouco férteis as disponíveis, as terras inglesas descendiam de um regime de propriedade poderoso socialmente. A estrutura política e institucional era detida firmemente pelos grandes proprietários, os lords. Controlando significativamente parte do regime legislativo, os landlords dispunham de instrumentos para defender o valor de sua "mercadoria", a propriedade da terra. A principal lei que atuava nesse contexto era o Cereal Acts, que impedia que qualquer cereal estrangeiro fosse vendido em território inglês abaixo do preço dos cereais ingleses. Com isso se garantia o domínio do mercado pelos cereais ingleses, que de outra forma tendiam a ser eliminados pela concorrência do trigo norte-americano.

O resultado final dessa medida era exatamente o encarecimento da reprodução da força de trabalho: a alimentação dos trabalhadores passa a exigir um valor relativo maior, o que a encarecerá no contexto geral das mercadorias. Assim, enquanto o nível real de vida dos trabalhadores permanece inalterado, os salários nominais tendem a se elevar. Como o lu-

cro mantém uma relação inversa com os salários - conforme vimos pouco atrás - eles tenderão a cair. O efeito da elevação do valor relativo do trigo acabará por repercutir na redução do lucro, paralelo ao aumento da Renda da Terra. A crise tem portanto duas causas distintas: porque os custos gerais da produção capitalista comprimem o lucro, e porque uma massa social do excedente se transfere às mãos dos proprietários da terra, que mantém uma tradição de consumo fausto e parco investimento. O sistema vê sua capacidade de crescimento declinar de forma geral.

x

Mas, há de se perguntar, por que essa descrição da teoria da estagnação capitalista de David Ricardo nos leva à consideração da questão do valor de uso para uma teoria do Valor ?

O debate sobre a relevância e as insuficiências das teses de Ricardo têm geralmente se situado no terreno da avaliação do quadro teórico, do instrumental analítico usado, das dificuldades do seu conceito de Valor, por um lado, e na avaliação dos limites históricos de suas apreensões. Nesse último sentido não se acusa um equívoco teórico, mas o engano de uma de suas hipóteses básicas. Essa última observação se deve principalmente a Marx, que no Teorias da Mais-Valia, aponta uma incapacidade, ou ingenuidade, na teoria de Ricardo: a suposição de que a produtividade agrícola tem limites. Ele não teria percebido que a ação do capital sobre a agricultura teria os mesmos efeitos que a ação do capital sobre a produtividade industrial, rompendo a tendência ao decréscimo da produtividade, mesmo que crescesse a distância da fronteira agrícola. A crítica de Marx aponta, pois, para um limite histórico na visão de Ricardo. Exatamente o que o afirma o Professor Luiz Gonzaga de Mello Beluzzo em sua tese de doutorado:

*"Vista a questão de outro ângulo, a hipótese que conduz sua (de Ricardo) investigação é a de que a agricultura é uma atividade "briginária", não só no sentido de que as demais são meros desdobramentos dela, como também porque o desenvol-*

vimento das outras indústrias aí encontrá seu limite insuperável. Desta forma, se, por um lado, em sua conexão externa, a construção ricardiana reflete, muito mais que a dos fisiocratas ou mesmo a de Adam Smith, a presença da economia capitalista já constituída, de outra parte, o processo de elaboração das próprias categorias de análise evidencia, nas profundezas, o peso da herança fisiocrática-smithiana." (21)

Esse parágrafo do Prof. Belluzzo expressa de forma perfeita o teor das críticas de Marx à teoria ricardiana da crise capitalista. Tem, para lhe dar sustentação, o fato de que a permanente revolução nos métodos de produção agrícola nos últimos 150 anos conseguiram manter a produtividade agrícola em elevação. Embora hoje já se levante sérios argumentos contra a eficiência da moderna agricultura capitalista e sua dependência da grande extensão territorial e da especialização da produção, da utilização de adubos químicos e defensivos, a mecanização poderia sempre oferecer perspectivas até mesmo otimistas. Mas, anterior a essa observação, de cunho empírico, existe uma outra, teórica, mais relevante.

A teoria da crise de Ricardo tem um mérito talvez inigualado entre os grandes economistas políticos pós-fisiocratas; o de insistir que a produção capitalista, regida sob a forma do Valor, opera uma relação íntima, também determinante, com a natureza, o ambiente onde ela se desenvolve. A teoria da crise de Ricardo se baseia sobre o pressuposto fundamental para a teoria do Valor de que, apesar do valor de troca ter as suas próprias leis ele, como tal, se move, se concretiza sob a forma dos valores de uso. A forma do Valor envolve uma relação que se define também fora de seu próprio domínio, isto é, o domínio do valor de troca. A forma abstrata do Valor, sua forma pura, conceitual, se encontra assim permeada pelo seu outro, as formas e limites da concreticidade dos valores de uso. A natureza pode alterar o curso da existência do Valor, essa a mensagem importante de Ricardo.

A "agricultura" não apenas é "atividade originária" ela o é junto com todas as atividades que se desempenham jun-

to ao ambiente natural. A natureza é a fonte geral dos valores de uso. O capital vive de transformá-la em valores de troca. Qualquer limite natural na oferta desses valores de uso pode alterar o curso da realização da produção mercantil.

A colocação de Ricardo não é apenas uma "herança fisiocrático-smithiana". De fato ela o é. Mas não nos parece que tem o peso de um equívoco ou de uma "limitação" histórica. Ela revela a tradição da economia política não-vulgar de tratar os problemas econômicos em suas relações políticas, mas também em suas determinações ontológicas, as determinações que extrapolam a existência particular da forma do Valor, mesmo que apareçam sob a determinação dessa forma, colocando o sistema capitalista em contato íntimo com a natureza. A Economia Política tem sempre de realizar essa dialética entre suas leis particulares (as relativas à forma do Valor) e as leis "gerais", que dizem respeito às diversas estruturas sociais. Cada estrutura vive de forma diferente essas "leis gerais". Mas a essência do movimento se define com uma relação natural. Chamamos essas necessidades universais às diversas estruturas sociais de determinações ontológicas, porque dizem respeito, se definem como uma existência do ser social.

x

Não deixaria de ser curioso que essa observação que vimos fazendo na direção de um elogio a Ricardo já tivesse sido feita por Marx em crítica a Ricardo. Nos rascunhos de O Capital, os Grundrisse, se queixa Marx não de excesso de tratamento da questão do valor de uso em Ricardo, mas da ausência de uma colocação que explicita o seu verdadeiro estatuto teórico. Diz ele que para Ricardo a economia política "no se ocupa más que del valor de cambio y sólo esotéricamente se refiere ao valor de uso". (22) No entanto, reconhece Marx, Ricardo "extrae precisamente del valor de uso las determinaciones más esenciales del valor de cambio, de la relación de este con aquél: por ejemplo, la renta de la tierra, el salario mínimo, la diferencia entre el capital fijo y el circulante, a

lo cual justamente él asigna la influencia más decisiva sobre la determinación de los precios..." (23) Aliás, parte do que acabamos de demonstrar.

Assim, apesar de Ricardo encontrar ao nível dos valores de uso determinações que configuram a própria distribuição social da produção e o futuro do sistema capitalista, ele não chega a formular claramente uma orientação metodológica para a compreensão do seu lugar teórico. O que Marx censura em Ricardo é a falta, não a relevância da questão do valor de uso na Economia Política.

Por outro lado, o tratamento teórico da questão do valor de uso não foi desenvolvida mais extensamente pelo próprio Marx, suas observações teóricas são poucas como veremos adiante. Posteriormente, uma série de autores marxistas se referirão negativamente ao papel do valor de uso na Economia Política, ou apenas deixam-no sem tratamento. Neste último caso podemos citar Isaac Rubin (24). No primeiro, Hilferding ou Paul Sweezy (25), que chegam a afirmar que para Marx o valor de uso se encontra fora do círculo de observações da Economia Política. Num certo sentido, sua afirmação visa combater os teóricos neo-clássicos, mas os termos de sua afirmação chegam a configurar uma postura teórica comum. O fundamento para sua afirmação se encontra numa passagem do Contribuição à Crítica da Economia Política, onde Marx escreve:

*"Ser valor de uso parece ser pressuposição necessária para a mercadoria, mas não reciprocamente, pois ser mercadoria parece ser determinação indiferente para o valor de uso. O valor de uso em sua indiferença à determinação econômica, isto é, o valor de uso em si mesmo, fica além do campo de investigação da economia política. Apenas entra em seu círculo quando é determinação formal." (26)*

Os desenvolvimentos posteriores do trabalho de Marx relegam o problema do valor de uso a um plano secundário, sendo privilegiado o movimento geral, do valor de troca, o movimento do "capital". Marx não se preocupa em analisar o problema do valor de uso, mas do valor. Só recorre à questão da materialidade da produção em casos especiais. Isso pode ter su-

gerido aos autores marxistas que o valor de uso, enquanto determinação formal, trata-se de exceção. Mas qualquer teoria do sistema capitalista que prescindia de uma teoria da relação entre valor de uso e de troca terá sua acuidade restringida, tendendo a se tornar excessivamente abstrata, bloqueada no deslocamento ao concreto.

Essa é uma carência básica da economia política marxista, mas não é só dela; o discurso neoclássico não perde muito de sua vulgaridade apenas por fundamentar seu quadro teórico sobre o "valor-utilidade". A questão do valor de uso entre os neoclássicos também é totalmente desprovida de concreticidade, como se pode observar na idéia do capital-gelatina, fundamental para sua teoria da distribuição. Os próprios conceitos diferenciais, o "marginal", impõe o abandono da problemática concreta, tecnológica - para não falar da política. Na verdade, os neo-clássicos podem ser considerados os que menos se interessaram pela natureza concreta da produção capitalista - e isso convinha também ao interesse apologético.

Roman Rosdolsky, no seu cuidadoso estudo sobre a gênese de O Capital, tenta recuperar esse tema, decidindo dar-lhe relevância teórica. Seu trabalho consistirá em levantar exatamente os casos da produção capitalista em que o valor de uso constitui determinação formal. Classifica em cinco formas fundamentais os momentos em que o valor de uso é determinação formal para a economia política. (27)

Seguimos o estudo de Rosdolsky.

x

1) No momento em que discute a natureza da moeda, nos Grundrisse, Marx conclui que seu particular valor de uso - ser equivalente geral - depende do uso que se requer de uma moeda (qualidades abstratas) e das formas específicas (qualidades concretas) que possibilitaram que o metal se convertesse em equivalente geral. Sua natureza objetiva nasce da necessidade que ela desempenha.

Ao mesmo tempo Marx afirma claramente que não se deve pensar que a forma que tais relações adquirem num dado con

texto histórico são inelutáveis. Sobre a forma-metal do equivalente geral, ele diz:

*"Por lo menos en el estado del qual hasta ahora podemos hablar, tales requisitos son satisfechos en grado máximo por los metales preciosos."* (28)

Isto significa que os metais apenas atendem à função que se lhes exige como valores de uso. Mas, além disso, de maneira análoga pode indicar que essa forma de atendimento pode se alterar, desde que se alterem as condições concretas que se exige com relação ao equivalente geral.

Essa colocação pode ser contraposta e se ajusta à observação feita por dois autores diferentes sobre o processo histórico de abandono do metal-moeda. Galbraith, no A Era da Incerteza (29), afirma que os Governos dos Estados envolvidos na primeira conflagração mundial foram obrigados a abandonar a moeda-metal, bem como o lastro para a moeda-papel, em virtude das necessidades de pagamentos elevados do período de guerra, frente a uma disponibilidade escassa de metais. Com o circuito financeiro em pane, todos os Estados travando fortemente suas reservas em ouro e prata, os Governos de países envolvidos no conflito não tiveram alternativa senão a pura e simples emissão monetária sem lastro.

Uma leitura semelhante, porém mais crítica, é a que faz Lauro Campos no A Crise da Ideologia Keynesiana (30) sobre a ação estatal orientada por esse tipo de política. O Prof. Lauro afirma que a luta do economista inglês contra o padrão-ouro se enquadra no contexto de sua política geral de controle do desempenho econômico - constatação, aliás, comum. O que Lauro Campos observa de peculiar é que essa ação estatal significa uma transferência sistemática de recursos para os grande grupos econômicos. A inflação crônica na economia mundial é o resultado e o meio de tal política. Essa transferência só é possível através da manipulação da emissão monetária.

Ambos os textos afirmam algo análogo: o descolamento histórico da moeda de sua substância preciosa, seu lastro, ser viu a uma necessidade, exatamente como Marx coloca o problema teoricamente. Essa necessidade não é senão a de romper a forma equivalente do valor, promovida mais satisfatoriamente pelos



metais preciosos. No caso do período de guerra, a emissão foi provocada pela inexistência de recursos para o atendimento das necessidades estatais. Tornou-se necessário "criar" estes recursos. Como recursos reais não se criam pela simples decisão estatal, não resta senão quebrar a forma equivalente geral, jogando sobre a sociedade, de forma diferenciada, o ônus, na inflação futura. No caso da política keynesiana, essa quebra atende às necessidades e interesses (sobretudo) dos grandes grupos monopolistas, beneficiários dos financiamentos estatais com recursos inflacionários.

Os metais desempenharam seu papel enquanto a forma concorrencial prevalece. Coincide, significativamente, com a forma monopolista o rompimento da equivalência promovida e de certa forma mantida pela própria natureza dos valores de uso que desempenham a função de equivalente geral.

2) A segunda forma de determinação formal pelo valor de uso é decisiva. Quando discute a troca entre capital e trabalho, Marx a distingue qualitativamente do universo das trocas mercantis, as trocas que operam na "superfície" da sociedade capitalista: o comércio. Nesta situação torna-se indiferente se se troca trigo por pano, ou por aço, etc. No âmbito do comércio, por exemplo, é indiferente se a compra ou venda for efetuada por um miserável ou por um milionário. O volume e o conteúdo desse intercâmbio não interessa à sua determinação formal (isto é, à compreensão de sua realidade enquanto ato econômico).

Mas, quando se depara com a troca entre o capital e o trabalho, a troca entre trabalho e salário, o conteúdo e mesmo o volume da troca se tornam os elementos determinantes para a compreensão do processo econômico.

*"El valor de uso de la mercancía adquirida por el capitalista (fuerza de trabajo) constituye precisamente la premisa del proceso de reproducción capitalista e de la relación capitalista misma." (31)*

Sendo o processo do capital o processo de produção de mais-valia, a troca entre os valores de uso capital e trabalho

determina a forma e o conteúdo da produção de mais-valia. Assim como a moeda, a mercadoria força de trabalho é absolutamente particular; seu valor de uso é específico e irreduzível ao de outras mercadorias.

Mas, mais do que essa simples observação, deve-se retirar uma orientação metodológica: toda vez que uma mercadoria tiver sua especificidade determinante sobre seu papel e função no conjunto do sistema, o valor de uso torna-se determinação formal. Uma investigação empírica encontraria uma gradação variadíssima de determinações diferentes pelos valores de uso, determinações essas que poderão sempre afetar o valor de troca, e, por extensão, a equivalência das mercadorias.

O valor de uso pode afetar a equivalência geral por sua própria natureza. É a partir da sua diferença formal que pode partir a diferença formal na determinação do valor de troca. A diferença concreta, material, dos valores de uso é obstáculo à identificação abstrata, isto é, em valor de troca. O tungstênio não é "equivalente" ao shampoó, assim como a cocaína não é "equivalente" ao pão. A dialética do valor se instaura na sociedade capitalista expressando a tendência à "equivalenciamento" dos produtos, enquanto os valores de uso em sua irreduzível materialidade resistem, segundo os interesses sociais, à equivalência.

3) Sendo o valor de uso determinante na produção da mais-valia, a forma concreta de todos os agregados gerais de valor - o valor da força de trabalho, o lucro, a renda da terra, o juro, etc. - deverão desempenhar papel específico, determinado pela natureza objetiva de sua forma material. A mais-valia pode ser apreendida como uma determinada massa de valor; mas sua forma como valores de uso não é de forma alguma indiferente, o que apontamos páginas atrás, ao lermos Smith e os fisiocratas, quando discutíamos aspectos das formulações clássicas sobre a geração e a acumulação de excedente. Se a mais-valia toma a forma de produtos de consumo suntuário ou bens de capital, se circula em automóveis ou como tratores, se se torna bombas atômicas ou coletores solares, é o próprio destino da sociedade que está inscrito na forma e conteúdo desses valores de uso.

4) Rosdolsky recupera o valor de uso também no conceito de necessidade social. No terceiro livro, volume 4, Marx já reconhece que o valor de troca, até então considerado determinado exclusivamente pelo tempo de trabalho socialmente necessário, é como que atravessado por um fator também determinante: a necessidade social a que ele atende. Toda mercadoria é valor de uso e como tal ele é diferente, cobrindo diferentes necessidades. Apesar de Marx não se preocupar excessivamente com a questão da necessidade social, Rubin reconhece que sem sua abordagem a teoria do Valor se torna uma teoria da oferta de produção. Cruzada com a necessidade social (ou a "demanda") essa teoria da oferta se completa como teoria do movimento geral do capital.

Marx não dispensa maior tratamento à questão da "demanda", bem como os marxistas em geral, porque para ele a necessidade social pode alterar o valor de determinado produto só até que o movimento dos capitais compensem essa interferência, seja com a evasão do ramo que teve seu valor reduzido pela redução da demanda social, seja o movimento contrário. Dessa forma, as influências da "necessidade social", onde o valor de uso é determinação formal, são temporárias, circunstanciais, compensadas tendencialmente pela concorrência intercapitalista. No estado de equilíbrio a questão volta a se reduzir à produção, onde o tempo de trabalho é que constitui a determinação formal do valor de troca.

No entanto, fica claro que o problema da demanda pode ser relegado apenas quando a oferta de cada ramo de produção for elástica, em prazos razoáveis, onde não haja "barreiras à entrada", onde não haja obstáculos de qualquer tipo à movimentação do capital. Se for claro que essa hipótese é excessivamente restritiva, pouco factível, a Economia Política tem de retornar à questão dos bens que a sociedade capitalista produz e da importância diferenciada da natureza concreta desses bens.

De passagem vale comentar que o papel da propaganda, a publicidade nos capitalismo avançados desse século se enquadra muito mais nesse contexto - da necessidade de elevar a necessidade social dos produtos - do que no de absorver exceden-

te, na linha que lhe deu relevância Paul Sweezy e Baran (32) .

5) Porém, onde mais claramente o valor de uso se tor na determinação formal é no processo de reprodução ampliada do capital, discutida no livro II de O Capital.

No livro primeiro, Marx simplificara seu modelo considerando que o capitalista leva ao mercado seu produto, vende-o por seu valor e que, para retomar a produção, encontra na esfera da circulação os meios materiais para reiniciar o processo. Neste momento de O Capital a única condição necessária é a de encontrar força de trabalho que mova tais meios materiais sempre disponíveis.

Mas, quando se trata de estudar a reprodução global do capital o problema não se reduz apenas ao processo de produção de "valor", mas também da substituição dos meios materiais que constituem o capital. Torna-se problema justamente o que antes era hipótese: que o capitalista encontra sempre os meios materiais para retomar a produção.

A reprodução do capital, conquanto se realiza sob a forma do valor, se processa também como substituição de matérias-primas, máquinas, equipamentos, alimentos, habitações , etc.. Essa reprodução se processa sob um cruzamento geral de necessidades. Para que a evolução da acumulação se mantenha equilibrada, a produção de valores de uso deve ser mantida (ampliamente) em proporções capazes de satisfazer as necessidades do sistema como um todo e de cada uma de suas partes.

Nesse processo, a disponibilidade dos valores de uso torna-se a condição de possibilidade da reprodução ampliada. Qualquer impedimento material altera as condições de reprodução em valor. É neste contexto que se situa a explicação de Ricardo para a crise inglesa do início do século passado.

Mas, para nosso objetivo mais geral, a relevância do papel concreto de qualquer valor de uso é de que ele pode alterar as condições de equivalência nas trocas. Não sendo equivalentes como valores de uso, os valores de troca têm sua identidade em trabalho dificultada. Sua diferença concreta torna problemática sua igualdade abstrata. A não-equivalência do valor de uso é o ponto de partida para a não-equivalência do valor '

de troca.

5 - Do valor de uso à ecologia.

Há ainda uma observação importante que devemos fazer, a título de conclusão, sobre o papel do valor de uso na teoria do Valor.

Essa natureza da relação capitalista, processada sob o jugo dos valores de uso, torna a natureza material fundamental à reprodução global dessa forma social. Qualquer escasseamento, relativo ou absoluto, nas fontes materiais fundamentais alterará, podendo até mesmo impedir, o curso normal da acumulação capitalista.

Podemos afirmar com certeza que a teoria da crise capitalista pela limitação da produção agrícola, tese de Ricardo, constitui apenas um caso dentre os vários capazes de bloquear a acumulação de capital. Sempre que houver escasseamento de qualquer produto básico à reprodução ampliada, redundando em elevação relativa do seu valor de troca, a distribuição normal da mais-valia se romperá, e, mais que isso, poderá impedir o curso concreto da produção de valores de uso, arrastando atrás de si a produção de Valor. A natureza pode sempre se tornar o limite do capital.

Essa reflexão se liga evidentemente ao papel da "crise do petróleo" no contexto da crise mundial. O escasseamento de uma matéria-prima básica desempenha o papel de "chocar" o processo capitalista geral, alterando o quadro da distribuição da mais-valia em escala planetária. Contudo, o sentido da "crise do petróleo" pode ser ampliado, tomando-a como um anúncio (nem tanto prematuro) de uma crise muito mais grave, derivada do escasseamento relativo (isto é, em relação à dimensão do parque industrial mundial) generalizado de matérias-primas. Este o teor do anúncio do Informe do Clube de Roma, fazendo tais previsões para um prazo não muito superior à centena de anos.

Neste contexto se torna plenamente factível a análise da crise capitalista realizada por André Gorz no Ecologie et Liberté (33), tomando a crise atual não como uma crise por

incapacidade de gerar demanda (o que é atestado pelo fracasso das políticas de estabilização de inspiração keynesiana), mas por uma crise de incapacidade do sistema em sustentar a produção capitalista mundial a valores correntes diante do escasseamento relativo de recursos, aliada às causas clássicas de desvalorização do capital (34). Quando até o ar e a água se tornam escassos e têm de ser reciclados pela produção capitalista, quando a chuva se torna ácida e causa perdas agrícolas, o sistema dispense um volume crescente de trabalho para obter o mesmo volume de produção. O resultado não pode ser senão uma redução na produção disponível para o consumo final e um encarecimento relativo dos investimentos. A taxa geral de lucro declina.

Rosdolsky realiza um levantamento correto e convincente do papel do valor de uso na economia marxista - papel este, aliás, inigualado em qualquer outra corrente da moderna teoria econômica. No entanto, pode-se observar que permanece uma carência semelhante às que fizeram Marx não se interessar muito pelo limite que a natureza poderia constituir ao fluxo do capital. Ora, pode-se observar que Rosdolsky coloca o valor de uso como determinação formal sistemática; no detalhe, os momentos em que isso acontece são todos os momentos da reprodução capitalista. Se as tendências gerais do sistema podem sempre ser descritas na sua generalidade abstrata, na efetividade histórica o papel do valor de uso constitui inevitavelmente determinação formal.

O valor de uso não é determinação marginal à Economia Política. Faz parte de seu corpo, mesmo que seu caráter variável, circunstancial e historicamente datado impeça uma "teoria geral" do papel dos valores de uso. Mas é no seu terreno que se desenrola a efetividade empírica do sistema. A Economia Política deve partir do estudo dos valores de uso. Esse estudo é o conduto que leva as teses abstratas do valor às determinações inelimináveis, determinações ontológicas, completando a preocupação metodológica de Marx de ligar as leis particulares da história às leis "gerais".

Sendo assim, o problema ecológico, que constitui o estudo das relações do homem com o meio ambiente - por extensão

da produção econômica e social - já tarda muito em fazer parte vital do organismo da Economia Política. A ecologia completa a abordagem da economia em relação à reprodução material do sistema capitalista; apesar da ecologia extrapolar a forma do valor, nesta circunstância histórica ela é subsumida pelas leis do Valor e se determina ela mesma no contexto da Economia Política. A Economia Política deve colocá-la em seu recinto. A forma do Valor é que permite, atualmente, apreender a questão ecológica, a questão da relação natureza/sociedade.

Hoje, quando já se pergunta sobre bases sólidas da possibilidade da manutenção de um processo mundial de industrialização equivalente ao alcançado pelos países mais industrializados, se torna critério para identificar as perspectivas vulgares da "Ciência Econômica" a recusa de que a Ecologia é momento da Economia Política.

x x x

Notas

- 1) Platão. A República. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª edição. Livro II, p. 72. Demais citações retiradas às páginas 72, 74, 76, pela ordem de aparecimento.
- 2) Smith, Adam. Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações. In: Coleção Pensadores. SP, Abril Cultural, 1979, 2ª edição, p. 7.
- 3) Foucault, Michel. As Palavras e as Coisas. SP, Livraria Martins Fontes Editora, cap. 6.
- 4) Id., *ibid.*, p. 230. O texto merece citação: "Mas como tal 'saber só é dado por fragmentos e na fulguração atenta da divinatio, da mesma maneira, no tocante às relações particulares e parciais das coisas e do metal, do desejo e dos preços, o conhecimento divino, ou o que se poderia adquirir de qualquer observatório bastante elevado, não é dado ao homem. Salvo por instantes e como que por sorte aos espíritos que sabem espiar: quer dizer, aos comerciantes."
- 5) Citado por Marx, Teorias da Mais-Valia, RJ, Civilização Brasileira, 1978, p. 343.
- 6) Foucault. As Palavras e as Coisas; *op. cit.*, p. 253.
- 7) Marx. O Capital. RJ, Civilização Brasileira, Livro I, vol. 1, cap. 1, p. 90, onde se lê em nota de pé-de-página: "A quem considere esse modo de produção forma natural da produção social escapará, necessariamente, o que é específico da forma do valor e, em consequência, da forma mercadoria e dos seus desenvolvimentos posteriores, a forma dinheiro, a forma capital, etc.."
- 8) Marx. Teorias da Mais-Valia; *op. cit.*, p. 17.
- 9) Marx. O Capital; *op. cit.*, Livro I, p. 183.



- 10) Descrições do Tableau Économique de Quesnay podem ser encontradas no Teorias da Mais-Valia, no Smith, Ricardo, Marx de Claudio Napoleoni, Graal Editora, RJ, 1978, e na tese ' de Rolf Kuntz, Capitalismo e Natureza, SP, Brasiliense, 1982.
- 11) Foucault; op. cit., p. 257.
- 12) Id., *ibid.*, p. 259.
- 13) Para uma avaliação da importância histórica e teórica da fisiocracia ver o trabalho de Rolf Kuntz, citado acima.
- 14) Schumpeter, Joseph. História da Análise Econômica. Fundo de Cultura, RJ, 1964, vol. II, cap. 6, p. 263.
- 15) Smith, op. cit., p. 27, cap. V.
- 16) Smith, op. cit., Livro II, cap. 3, p. 209. Ver no Teorias da Mais-Valia o debate que Marx trava sobre a duplicidade do conceito de trabalho produtivo em Smith.
- 17) Adam Smith viveu de 1723 a 1790; Ricardo de 1772 a 1823.
- 18) O Princípios de Economia Política e Tributação foi editado pela Abril Cultural, completo, em 1982. O Ensaio sobre a influência do preço do cereal sobre os lucros do capital, escrito em 1815, apareceu no livro de Napoleoni, citado acima.
- 19) Ricardo, David. Princípios de Economia Política e Tributação, SP, Abril Cultural, 1982, p. 43.
- 20) Id., *ibid.*, p. 43.
- 21) Belluzzo, L.G.M. Valor e Capitalismo, SP, Brasiliense, 1980, p. 38.

- 22) Marx, Karl. Elementos Fundamentais para la Crítica de la crítica de la Economía Política. México, Siglo XXI, 4º edição, 1978, p. 540.
- 23) Id., ibid., p. 540.
- 24) Rubin, Isaac. Ensayo sobre la Teoría Marxista del Valor. Cuaderno de PyP, nº 53, México, 1979, 3º edição.
- 25) Hilferding, Rudolf. A Crítica de Bohm-Bawerk a Marx. Sweezy, Paul. Teoria do Desenvolvimento Capitalista. Ambos citados por Rosdolsky, Roman. Genesis y Estructura de El Capital de Marx. México, Siglo XXI, 1979, 2º edição, p.102.
- 26) Marx. Para a Crítica da Economia Política. In: Coleção Pensadores, SP, Abril Cultural, 1978, 2º edição, p. 136.
- 27) Rosdolsky, op. cit., parte 1, cap. 3.
- 28) Marx, Grundrisse, op. cit., p. 90.
- 29) Galbraith, John Kenneth. A Era da Incerteza. Pioneira Editora, 1980, 3º edição, cap. 6.
- 30) Campos, Lauro. A Crise da Ideologia Keynesiana. RJ, Editora Campus, 1980.
- 31) Rosdolsky, op. cit., p. 113.
- 32) Sweezy e Baran. Capitalismo Monopolista. RJ, Zahar, 1974, 2º edição, cap. 5.
- 33) Gorz, André. Écologie et Politique. Paris, Éditions du Seuil, 1978.
- 34) Se observarmos a discussão sobre a tendência decrescente da taxa de lucro, que tanta atenção dignificou neste século, poderemos perceber que um dos pontos cruciais sobre o qual se interrogou sobre a validade da lei, foi o de que a tendên-

cia de crescimento relativo do valor do capital constante sobre o valor do capital variável - o que causa a queda da taxa de lucro - poderia sempre ser contrarrestada pelos aumentos de produtividade nos setores de bens de capital. Esse aumento de produtividade na produção do capital constante poderia até mesmo inverter a tendência, rebaixando o valor deste sobre o do capital variável. Por outro lado, pode-se perceber também com clareza que o limite dessa tendência é a própria natureza, a disponibilidade física do meio onde se processa a produção capitalista. A redução na oferta relativa de materiais necessários à reprodução do capital constante inevitavelmente inverte a tendência que barateia o valor do capital constante. Da mesma forma age o aumento dos gastos com a poluição. Uma abordagem concreta da real situação da produção capitalista mundial enfocando problemas como este - portanto, trazendo à cena a questão ecológica - poderia evitar que afirmações tais como "o capital é o limite do capital" ' continuem em sua pura esfera de receituário teleológico e fazer com que aterrizem na superfície turbulenta e arraigadamente material do Capital.

### A forma do equivalente

#### 1 - A expressão do valor: equivalência em substância e magnitude.

Na Economia Política clássica constitui-se a forma da unidade de seu próprio objeto, a mercadoria. Os clássicos deram-lhe sua forma geral. O valor de troca é o valor de uso que é produzido com o fito de ser vendido. Esse valor adquirido no mercado se determina pelo tempo dispendido na produção - ou, para ser mais fiel à imprecisa linguagem clássica, pela quantidade de trabalho. Contudo, os clássicos não haviam propriamente se dedicado à análise detalhada das particularidades do valor de troca, a mercadoria. Antes, vêm-no concretizar-se no seio de um sistema de trocas e de relações, em que os valores adquirem sua existência, transparente, expressão desse sistema geral.

Marx adota procedimento bastante diverso. Em primeiro lugar, cuida de isolar seu elemento básico, o valor de troca. Do seu estudo, de suas particularidades, poderá partir para o estudo do sistema de relações que envolvem estas unidades básicas. E, do estudo de suas propriedades, poderá compreender a natureza elementar das formas e das contradições do sistema baseado na produção dessa unidade.

No primeiro capítulo de O Capital esculpe ele sua pedra angular, a mercadoria. Estruturado sobre quatro itens, esse capítulo absolutamente fundamental tenta assentar a forma da mercadoria, sua estrutura e suas propriedades. Os dois

primeiros itens definem a forma de existência da mercadoria . Uma duplicidade elementar lhe constitui a natureza: valor de uso que se move como valor de troca. O valor de uso, de início, é pressuposto do valor de troca, sem definir seu conteúdo como valor de troca. Este valor não deriva do caráter concreto do valor de uso, mas, sim, daquilo que constitui sua substância, o trabalho dispendido em sua produção.

Essa colocação remete à consideração desse "trabalho" que define o valor de troca, O "trabalho" adquire expressão dupla. O "trabalho" que dá o caráter concreto da mercadoria - seu valor de uso; e o trabalho que dá seu caráter social, que define sua forma como mercadoria e não como objeto, Trabalho concreto, o primeiro; trabalho abstrato, o segundo. A dupla forma da mercadoria se expressa numa duplicidade correspondente do trabalho que a produz.

No terceiro item do capítulo aparece a forma geral da mercadoria, que surge precisamente da definição clássica do valor de troca e que marca o nascimento da Economia Política em sua feição científica. Se as mercadorias são expressão em valor do trabalho dispendido em sua produção, essa forma geral pode ser expressa precisamente a partir da relação de troca: a forma do equivalente.

O último item do primeiro capítulo define a forma social da relação que se move sobre a produção de mercadorias, o seu resultado social, o fetichismo da mercadoria. Abordagem inédita na Economia Política, o fetichismo expressa a existência canhestra da mercadoria, torna suas propriedades e suas leis oblíquas, misteriosas. Reduz a relação social que troca produtos do trabalho a uma relação de preços. O fetichismo é aquilo que esconde a natureza da mercadoria, que enevoa sua existência essencial, tornando sua leitura científica difícil: é como um feitiço.

x

Tendo já estudado os elementos fundamentais da relação entre valor de uso e valor de troca, tomemos como objeto essa forma tão universal à Economia Política: a equivalência.

Como a força para a física de Newton, como a célula para a biologia, Marx busca o conceito que apreenda a unidade da moderna sociedade capitalista. A forma de existência da célula conduzirá aos elementos básicos do organismo. Sem a compreensão da natureza da célula, não se poderá compreender o organismo.

*"A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em imensa acumulação de mercadorias."*(1)

Valor de uso, "do estômago ou da fantasia", a mercadoria é o objeto que transita socialmente sob um valor de troca. O grande problema da Economia Política, reconhece imediatamente Marx, é que o valor de troca, elemento fundamental, a través do qual a sociedade mercantil se move, se apresenta numa forma relativa, onde uma mercadoria expressa seu valor a través do valor de outra mercadoria. O valor de uso A recebe' por seu valor de troca expressão correspondente do valor de uso B. Todo valor de um objeto permanece relativizado nos valores de outras coisas. Sob a dimensão desse valor de troca, as coisas se permutam na sociedade capitalista. A relação fundamental da Economia Política, portanto, é:

$$\underline{x} \text{ mercadoria } \underline{A} = \underline{y} \text{ mercadoria } \underline{B}$$

Essa expressão relativa das coisas é concretizada ' nas relações de preços. Os preços expressam uma relação quantitativa de valores de uso. A questão fundamental da ciência' que estuda essas trocas será, portanto, o desvelamento da realidade interna, essencial a esta relação de preços. A partir' daí é que se compreenderá o seu significado para a sociedade. Essa a lei do Valor, exata formulação do fundamento científico da Economia Política. Marx passa agora a empreender . essa tarefa científica.

Até aqui nos detínhamos no umbral de O Capital. Agora, Marx assenta a base da Odisséia da mercadoria. A questão científica do valor, assim formulada, apenas abre o espaço da reflexão.

Sobretudo, é preciso não simplificar - por mais óbvia que possa parecer essa observação. O trabalho de Marx constitui uma obra complexa, e daí grande parte de sua potência, "

coisa que muitos de seus críticos até hoje insistem em ignorar. Mas também é preciso detectar seus elementos fundamentais na clareza com que eles existem; passa por aí a compreensão das questões que se levantam sobre ela.

x

Coisas diferentes só podem ter expressão quantitativa de sua relação se constituírem expressão de uma substância' comum. O valor de troca, portanto, deve ser expressão de uma ' realidade substancial, comum aos diferentes valores de uso, que torne-os comparáveis. Seguindo a instrução metodológica de Aristóteles, e à semelhança do processo teórico da química, que em seu tempo ensaiava suas grandes descobertas, Marx postula ' que realidades aparentes diferentes só podem ser comparadas se reduzidas a um elemento comum, sua substância.

Essa formulação dá a chave da construção teórica da lei do Valor. A substância comum, igual em todas as mercadorias, é o trabalho, já que toda mercadoria é fruto do trabalho. A relação de igualdade que as mercadorias estabelecem na forma ' de sua relação de valor expressa uma correspondente relação de trabalho. Os dois pólos da expressão de valor (x da mercadoria A e y da mercadoria B) constituem uma relação que define a natureza interna das mercadorias.

*"A forma relativa do valor e a forma do equivalente se pertencem uma à outra, se determinam, reciprocamente, inseparáveis, mas ao mesmo tempo, são extremos que mutuamente se excluem e se opõem, pólos da mesma expressão do valor." (3)  
(grifo nosso)*

A formulação de Marx é perfeitamente clara. A relação de valor que o mercado estabelece entre as mercadorias expressa a existência de uma equivalência substancial, a equivalência em trabalho. Unidade fundamental das mercadorias, o trabalho dá a personalidade dos valores de troca:

*"O linho reconhece no casaco, mesmo abotoado, a alma igual à sua através do valor." (3)*

Essa colocação deixa estruturadas duas faces da for-

ma do Valor. O valor enquanto forma define o contexto de sua existência histórica. O valor enquanto relação de magnitude revela sua natureza interna, sua essência, expressão quantitativa de sua magnitude em substância, o trabalho. A questão que mais nos interessa nesse momento é observar que Marx coloca de forma claramente imbricada substância e magnitude do valor: o elemento igual, e a expressão de seu valor. A magnitude do valor que aparece através da relação de troca em expressão monetária representa sua existência qualitativa essencial. Tudo o mais será demonstrar a lei dessa existência: a lei do Valor.

A elegância metodológica, aliada à lucidez do conceito, a "evidência" da importância do trabalho na mercadoria, sem dúvida, são os grandes trunfos da fundação da teoria marxista do Valor. O Capital se ergue sobre um raciocínio engenhoso, e sobretudo, coerente e factível.

Contudo, para deixar claro desde logo a problemática de nossa reflexão, deixa um flanco difícil de guarnecer. A questão é: a relação de troca entre os valores aparece no mercado sob a forma de uma relação entre preços. A comparação quantitativa entre mercadorias é tornada possível pela relação entre preços (que são grandezas matemáticas), sendo, portanto, dos preços que se poderia chegar ao valor. O procedimento de Marx consiste em reduzir uma expressão de magnitude relativa em comensurabilidade substancial, definindo ao mesmo tempo essa expressão em magnitude pela relação substancial. Contudo, o que "existe" no mercado são "preços", não "valores".

Essa é a dificuldade fundamental da teoria do Valor de Marx. Na verdade, constitui o ponto sobre o qual se apoiam todas as críticas que tacham-na metafísica, não-positiva. Poder-se-ia mesmo dizer que o debate que se travou contra a teoria se assenta totalmente sobre esse movimento lógico com que Marx funda o conceito de Valor.

Bohm-Bawerk deteve o mérito de ter sido o primeiro a cravar este mastro que até hoje orienta grande parte dos críticos cientificistas de Marx. Sua observação, feita no seu Karl Marx and the Close of his System, é de que esse movimento lógico constitui um raciocínio "puramente abstrato" para fundamentar uma teoria científica. Nessa fundamentação lógica resi-



diria todo o erro de uma "monumental" construção equivocada. Essa teoria - que revela um "pensador de primeira grandeza" - estaria assentada sobre uma base simplesmente falsa, de que o trabalho, por ser comum a todas as mercadorias, seja fonte do valor de troca. A teoria de Marx se torna, para quem aceita a observação de Bohm-Bawerk, um castelo de cartas. Nada mais.

Poder-se-ia de fato perguntar ao austríaco: será menos "abstrato" ou metafísico a noção de utilidade como fonte do valor? Mas não é bem esse o nosso problema, se o debate sobre a validade científica da teoria do Valor não estiver fundamentado apenas sobre a invalidação da outra. Aquela teoria a História já liquidou. O que interessa verdadeiramente neste momento é compreender a dificuldade que enfrenta a teoria marxista. Se, de fato, os preços têm sua essência no valor, se são determinados pelo valor, esse passo lógico de Marx - dado, aliás, para a construção do conceito de valor - tem de ser comprovado ao longo da teoria. Neste primeiro capítulo, é preciso reconhecer, constitui um raciocínio puramente abstrato, mesmo que, como diria Marx, recusá-lo significa revelar toda a incompreensão do método científico (verêmo-lo na Carta a Kugelmann).

Os partidários da teoria de Marx têm razão em argumentar que a crítica marginalista desconsidera todo o prosseguimento da demonstração da teoria, isto é, O Capital, em sua totalidade. Ao longo da obra, Marx procura realizar a fundamentação ontológica (isto é, da ordem do ser do Capital) para seu raciocínio lógico. Ele busca comprovar que o seu conceito tem respaldo no "real". No entanto, a dificuldade, que Bohm-Bawerk apenas teve lucidez de apontar, persistia, na verdade, desde David Ricardo.

Bailey apontara contra a teoria do valor de Ricardo' exatamente que a relatividade dos preços efetivos do mercado, e seu movimento oscilatório constante, refutam qualquer determinação universal, como o tempo de trabalho. Os preços movimentando-se incessantemente não passam recibo da vinculação entre substância e magnitude do valor. Pois, se o volume de trabalho é bastante estável em cada momento histórico, por que variam tanto os preços? Bailey, através desse argumento, nega a possibilidade de conhecimento de algo mais do que a evidência dos

preços relativos.(4)

2 - A equivalência capitalista: do valor ao preço de produção.

Vejamos mais de perto a procedência da crítica, examinando a argumentação de Marx no primeiro capítulo.

Seu raciocínio é o que segue. A comparação de duas coisas diferentes (os valores de uso) pressupõe uma igualdade substancial. A substância comum das mercadorias é o trabalho, o fato de que todas são realizadas por trabalho humano. A mercadoria é representação de trabalho humano abstrato. Desse raciocínio, Marx imediatamente conclui:

*"A equação 20 metros de linho = 1 casaco, ou 20 metros de linho valem 1 casaco, pressupõe que em 1 casaco há substância de valor em porção igual à que existe em 20 metros de linho, que as duas quantidades de mercadorias custam o mesmo trabalho ou igual tempo de trabalho."* (5) (grifo nosso)

Na verdade, Marx ainda não dispõe de elementos para afirmar que a igual substância de valor apreensível em qualquer relação de troca significa igual trabalho dispendido, igual tempo de trabalho. Aqui, ele pressupõe o que tem de provar.

Marx o fará, bem ou mal, ao longo de O Capital. A forma como ele o faz passa agora a ser nosso principal objeto de preocupação. Dirigiremos nossa reflexão na direção desse problema, e da sua conclusão colheremos elementos para avançar na reflexão sobre a teoria do Valor.

No Capítulo 1, Marx não explica a razão dessa vinculação entre trabalho humano e valor das mercadorias, na forma concreta da sociedade mercantil. A palavra-chave que realiza essa síntese havia sido deixada para depois, aparecendo apenas no terceiro livro. Para que possamos chegar a ela, será preciso acompanhar o movimento teórico que descreve a lógica de Marx na alteração da própria forma do equivalente do capítulo primeiro à sociedade capitalista desenvolvida. Como se sabe, o Capítulo 1 ainda discorre sobre uma economia mercantil simples, sendo as condições da economia capitalista desenvolvida intro-

duzidas paulatinamente.

Durante os tomos I e II, a transformação da sociedade mercantil simples havia sido feita sob hipóteses que garantiam a forma do equivalente mesmo que a produção de mercadorias tivesse se transformado da produção individual à produção capitalista. No entanto, Marx reconhece e postula que a sociedade capitalista se baseia numa produção que não utiliza apenas força de trabalho, mas também maquinaria, matérias-primas, instalações, que são dispêndio do capitalista. Mais ainda, é preciso notar que as proporções em que se dividem o capital investido (entre maquinaria, etc. e força de trabalho) variam. Capital constante e capital variável, são os conceitos que Marx usa para operar essa relação. A relação entre os dois conceitos ele define na composição orgânica do capital (c/v). Dessa forma, o que se tem que reconhecer, afirma Marx, é que na sociedade capitalista real as composições orgânicas variam profundamente entre os diferentes ramos de produção, e em menor grau dentro de cada ramo. A relação c/v varia; mais precisamente, e ela cresce com a evolução da acumulação capitalista - e seu aumento é a própria expressão da atividade capitalista.

Nos tomos I e II de O Capital, a análise havia caminhado sobre hipótese de que as composições orgânicas não variavam nos diversos ramos de produção. Assim se garantia a transição da economia mercantil simples à capitalista, sem quebra da equivalência geral no sistema de trocas. Mas, por que as diferentes composições orgânicas repõem o problema da equivalência?

O ponto de partida da teoria do Valor é a afirmação de que apenas o trabalho cria valor, enquanto o capital constante apenas transfere seu valor na medida do desgaste do maquinário, não constituindo fonte de valor novo. Assim, pode-se afirmar a origem da mais-valia apenas no trabalho humano, e devido à sua exploração. Na economia mercantil simples, onde cada produtor é proprietário dos instrumentos necessários à produção e onde o valor destes instrumentos é tão pequeno em relação ao trabalho dispendido (eles são simples e geralmente duráveis), pode-se considerar como constituinte do valor das mercadorias apenas o trabalho dispendido pelo produtor. Mas na sociedade capitalista o elevado grau de industrialização deixa

cada vez mais patente a intervenção e a importância em valor ' do capital constante. O capital é um valor que já foi produzido e tem de se transferir lucrativamente às mercadorias.

Mas a dificuldade não reside justamente aí. O grande problema é sustentar que apenas o trabalho é fonte da mais-valia, e portanto do lucro.

Em primeiro lugar, Marx expressa o valor na produção capitalista através da fórmula  $c+v+m$ , onde  $c$  expressa a transferência de valor do capital constante,  $v$  assinala o valor da força de trabalho e  $m$ , a mais-valia produzida por essa força de trabalho, considerada uma dada taxa de exploração do trabalho. Vejamos agora o núcleo do problema.

Supondo-se constante a taxa de exploração da força ' de trabalho, os capitais que apresentam diferentes relações entre  $c$  e  $v$  (proporcionadas fundamentalmente pelas diferentes estruturas técnicas, derivadas da tecnologia específica de cada ramo de produção) produzirão diferentes relações de  $m$ , mais-valia, em função da participação relativa do capital variável. Apresentamos um quadro usado por Marx no capítulo IX do volume ' 4, que expõe essa situação.

	Capitais	Taxa de mais-valia	Mais-valia	Valor do produto	Taxa de lucro
I.	80c + 20v	100%	20	120	20%
II.	70c + 30v	100%	30	130	30%
III.	60c + 40v	100%	40	140	40%
IV.	85c + 15v	100%	15	115	15%
V.	95c + 5v	100%	5	105	5%

Aqui pode-se observar que capitais com diferentes composições orgânicas apresentam taxas de lucros diversas. Mas não apenas isso salta aos olhos: os capitais que detêm menor proporção de trabalho acumulado, os setores menos capitalizados, obtêm taxas de lucro superiores aos setores que empregam maior volume de capital. Os setores mais desenvolvidos, mais modernos, e, por extensão mais produtivos, obtêm taxas de lucros inferiores. Sob a hipótese de que as mercadorias se vendem por seu valor, as taxas de lucro no sistema capitalista seriam múltiplas e inversamente proporcionais ao volume (em valor) do capital constante

em relação ao uso de capital variável. Esse o ponto a que chega a teoria do Valor: uma conclusão mais do que contundente - ela é absurda do ponto de vista do capital. Ela é irracional.

Bohm-Bawerk, que nesse momento se prepara para estabelecer a segunda de suas críticas formais, não precisou de usar toda sua argúcia para perceber que essa situação comporta uma contradição. Marx assinalou-o prontamente:

*"A validade do exposto depende da base em que se fundamentou até agora nosso estudo: a de que as mercadorias são vendidas pelo valor. Por outro lado, não há menor dúvida de que, na realidade, excluídas diferenças não essenciais, fortuitas e que se compensam, não existe diversidade nas taxas médias de lucro relativas aos diferentes ramos industriais, nem poderia existir, sem por abaixo todo o sistema de produção capitalista. Parece portanto que a teoria do valor é neste ponto incompatível com o movimento real (...) da produção."(6)*

Marx enfrenta aqui o momento mais delicado de toda a construção lógica de O Capital. A lei do Valor, que lhe havia permitido estruturar todo o gigantesco modelo de reprodução capitalista, posta diante da realidade concreta, mostra-se não apenas inadequada, mas, de fato, antagônica à forma capitalista da sociedade. Enquanto o capital como atividade social se define pelo objetivo de acumular maior valor pela maior taxa de lucro através da intensificação do uso de capital constante, a situação exposta apresentava um quadro literalmente inverso: quanto maior o volume de capital investido (relativamente ao capital variável) menor a taxa de lucro. Essa situação simplesmente não poderia existir "sem pôr abaixo todo o sistema de produção capitalista."

Mais ainda, as diferentes taxas de lucro significam exatamente a quebra da forma equivalente do valor. Capitais iguais em valor (100) produzem diferentes taxas de lucro, e diferentes valores.

Marx deve realizar uma manobra significativa. A teoria do Valor acabou por se incompatibilizar com o movimento real do sistema capitalista. A tese básica da teoria - que os preços são expressão em magnitude da substância do valor - deve

se transformar em outra, que explique como se opera essa negação do valor numa forma que seja expressão "transformada" desse valor.

O sentido dessa manobra dá a razão do título deste capítulo do volume 4; consiste exatamente fazer retornar a forma do equivalente à relação de preços.

x

A segunda parte do Livro III, volume 4, de O Capital apresenta a passagem que serviu de rota aos debates em torno da teoria marxista do Valor, em sua quase totalidade. Trata-se da conhecida "transformação dos valores em preços de produção". Aqui, Marx culmina o movimento teórico de abandono da forma simples da economia mercantil e sua transformação em produção capitalista.

No capítulo oitavo, que acabamos de estudar, ele formula os termos do problema. Admitindo diferentes composições orgânicas a produção da mais-valia se choca com a forma concreta da taxa de lucro. A forma lógica do valor se coloca em contradição com a forma real de sua referência concreta.

O capítulo nono se dispõe a solucionar essa contradição. O título desse capítulo revela a estratégia teórica: "formação da taxa geral de lucro (taxa média de lucro) e conversão dos valores em preços de produção". Depois de precisar o conceito de composição orgânica como dependente da relação técnica em capital e trabalho e dos preços da força de trabalho e dos capitais, retoma o exemplo do capítulo oitavo: cinco capitais iguais em valor e com diferentes composições orgânicas.

Constante a taxa de exploração da força de trabalho (que é dada pela nivelção do valor da força de trabalho), encontramos cinco ramos de produção que aplicam igual volume de capital (100) obtendo cinco valores finais diferentes. O trabalho de Marx será então estabelecer como o sistema capitalista redistribui esse valor produzido, através da redistribuição da mais-valia entre os ramos de produção.

A solução de Marx é precisamente esta: o processo capitalista não distribui a mais-valia segundo a sua produção em

cada ramo. A mais-valia produzida nos diferentes ramos constitui uma massa geral de mais-valia, que se distribuirá entre os ramos sob uma forma compatível com a teoria do valor. É exatamente essa redistribuição da mais-valia que o permite retomar a forma do equivalente na economia capitalista: a taxa de lucro torna os capitais correspondentes não em função de sua contribuição na produção de valor, mas na razão do capital investido.

A questão se torna agora, naturalmente, elucidar o processo de formação do lucro médio e a transformação dos valores em preços de produção. Se ela puder ser feita, Marx demonstra que o sistema capitalista continua se movendo na esfera da equivalência, e mais ainda, que os preços de produção se explicam a partir do valor, que são apenas "formas transmutadas" desse valor. Esse movimento teórico deve ter evidentemente uma forma lógica e uma referência empírica na ordem do "real". Começemos pelo movimento lógico.

Marx principia por definir preço de produção:

*"O preço de produção da mercadoria é portanto igual ao preço de custo (c+v) mais o lucro que percentualmente se lhe acrescenta correspondente à taxa geral de lucro, ou igual ao preço de custo mais o lucro médio." (7)*

O quadro que trabalhamos anteriormente fica assim transformado:

	Capitais	taxa de mais-valia	mais-valia	lucro médio	valor	preço de produção	(v.-p.p.)
I.	80c + 20v	100%	20	22	120	122	- 2
II.	70c + 30v	100%	30	22	130	122	8
III.	60c + 40v	100%	40	22	140	122	18
IV.	85c + 15v	100%	15	22	115	122	- 7
V.	95c + 5v	100%	<u>5</u>	22	105	122	<u>-17</u>
			100				0

Este quadro praticamente resume as principais formulações do capítulo, contendo indicações interessantes de se assinalar, posto que as usaremos adiante.

Em primeiro lugar, ele revela que os preços devem se

se desviar dos valores sob a produção capitalista, de tal forma que a relação dos valores com os preços passa a ser mediada. Os preços de produção se definem a partir da massa geral de mais-valia, dividida pelo capital social e somada à sua base em valor de capital constante e força de trabalho. As mercadorias não se trocam por seus valores.

Segundo, o quadro procura apontar que os desvios dos preços de produção em relação ao seu valor se compensam mutuamente, redistribuindo a mais-valia e somando zero. Isso significa que o movimento dos preços apenas pode realocar massas de valores produzidos, não tendo o poder de criar valor, de aumentar a massa de mais-valia disponível.

Em terceiro lugar, uma observação muito importante, que foi posta em realce por Isaac Rubin, no Ensaio, capítulo XVIII: o desvio dos preços em relação aos valores significa transferência social de valor e, como tal, significa ao mesmo tempo movimentação social de trabalho humano abstrato. Pode-se extrair a conclusão de que a relação de diferença entre preço e valor representa um fluxo social de trabalho abstrato, porque fluxo de valor. Por sua vez, é o movimento da taxa de lucro que determina estes fluxos de trabalho, aparecendo na forma do desvio de preços em relação aos valores.

Por fim, devemos anotar a questão que nesse contexto é mais relevante. Marx pensa a sociedade capitalista como uma tendência permanente ao equilíbrio, promovido pela relação dos preços de produção e coerente com a forma geral do valor - a forma do equivalente. Esse equilíbrio entre os diversos ramos da produção capitalista são dados pela taxa média de lucro, que conforma a equivalência capitalista. Agora, a equivalência não se dá mais entre os produtores na proporção de seu trabalho vivo, mas na proporção dos capitais dispendidos - esta a equivalência capitalista.

Justifica-se assim em parte o significado daquela afirmação de que a diversidade das taxas de lucro poria abaixo o sistema capitalista. Não pode haver desigualdade entre os capitais, posto que ruiria o equilíbrio entre os diversos ramos de produção, o que para Marx impede a reprodução ampliada do capital. Os capitais devem ser apenas parte de um capital soci



al global, o capital em geral, do qual todos os capitalistas ' recebem cotas correspondentes ao valor do seu capital investi-

*"Os capitalistas dos diferentes ramos, ao venderem as mercadorias, recobram os valores de capital consumidos pa-  
ra produzi-las, mas a mais-valia (ou lucro) que colhem não é  
gerada no próprio ramo com a respectiva produção de mercadorias e sim a que cabe a cada parte alíquota do capital glo-  
bal, numa repartição uniforme da mais-valia global produzida,  
em dado espaço de tempo, pelo capital global da sociedade em  
todos os ramos." (8) (grifo nosso)*

Novamente a forma do equivalente recobra sua necessi-  
dade universal e desempenha seu papel ontológico. Bem, isso ve-  
remos à frente. Antes, resta uma dificuldade fundamental,

### 3 - A chave da equivalência do Valor: concorrência.

Até aqui, Marx fez apenas demonstrar a possibilidade  
da passagem lógica dos valores em preços de produção. Em outro  
momento discutiremos as objeções formais ao procedimento utili-  
zado nesse momento de O Capital, que acabaram por conformar to-  
da uma problemática de debate do Valor. Agora o que nos deve '  
reter atenção é a ausência de demonstração de que a "realidade  
capitalista" produz mecanismos concretos que efetivam essa ten-  
dência que a transformação dos valores em preços apenas permi-  
te pensar. Resta provar e estudar o processo que leva a que o  
capital se remunere de forma média, configurando uma tendência'  
efetiva ao equilíbrio e à auto-regulação do Capital.

Ora, não se pode deixar de surpreender duplamente nes-  
se momento da discussão. Tanto pela escassez de tratamento que  
lhe dedica Marx, como pelo absoluto silêncio que a atenta crí-  
tica de inspiração liberal, desde Bohm-Bawerk, manifesta ante  
tal lacuna. Na verdade, aqui impera uma total comunhão com '  
Marx, mesmo no seu silêncio - e logo perceberemos porque.

A forma como Marx define a formação concreta da taxa  
média de lucro é simples e direta, nada rebuscada, como tantas'

vezes lhe é habitual. Diz ele, simplesmente:

*"Por isso, originalmente, diferem muito as taxas de lucro nos diferentes ramos de produção. (9) As taxas diferentes de lucros, por força da concorrência, igualam-se numa taxa geral de lucro, que é a média de todas elas."*(10) (grifo nosso)

A idéia fundamental subentendida, oculta, no primeiro capítulo que permite afirmar na identidade dos preços a equivalência em trabalho, fulcro da teoria do valor sob a forma do equivalente, que faz com que os produtos se troquem por seus valores numa economia mercantil simples e por seus preços de produção numa economia capitalista, aparece agora numa única palavra, quase mágica: concorrência. Sobre ela segue assentado o trabalho de Marx nos capítulos seguintes, colocando sempre a concorrência intercapitalista como o fenômeno da ordem do real que efetiva a taxa média de lucro, levando o sistema capitalista ao seu equilíbrio, e possibilitando a definição de suas tendências gerais, enquanto capital geral, global.

No Capítulo X, intitulado "Nivelamento pela concorrência da taxa geral de lucro, preços e valores de mercado" , onde se deveria encontrar uma discussão mais desenvolvida sobre o processo concorrencial, a abordagem é novamente apenas conclusiva. Ao início do capítulo, ele afirma:

*"A concorrência reparte o capital da sociedade entre os diferentes ramos de produção, de maneira tal que os preços de produção em cada ramo se constituem segundo o modelo dos preços de produção nos ramos de composição média (...)"* (11)

Ou que:

*"Para os capitais de composição média ou quase média, de maneira total ou aproximada coincide o preço de produção com o valor, e o lucro, com a mais-valia, por eles produzida. Sob a pressão da concorrência propendem a se equiparar com eles todos os outros capitais, qualquer que seja a composição."*(12)

Estas únicas observações sobre o processo concorrencial capitalista, contudo, permitem-no afirmar categoricamente:

*"Assim reina necessariamente a tendência que faz dos preços simples formas modificadas do valor, ou dos lucros meras*

porções de mais-valia, que se distribuem não na proporção da mais valia produzida em cada ramo particular, mas na proporção da quantidade de capital aplicado em cada ramo, de modo que a magnitudes iguais de capital, qualquer que seja a composição, correspondem cotas iguais (cotas alíquotas) da totalidade da mais-valia produzida por todo o capital da sociedade." (13)

#### 4 - O equilíbrio das forças antagônicas.

O "reino" da concorrência - substrato de toda a construção da teoria econômica, seja dos marginalistas, seja da Economia Política, com o que se compreende agora a indulgência' do exigente Bohm-Bawerk diante da escassez de informações do texto de Marx. A concorrência é tanto o que faz mover, como so bre tudo o que faz mover em equilíbrio. Apesar de ser praticamente o fenômeno que desenvolve o papel normativo da economia' capitalista, não é estudada com frequência, senão com raridade.

Marx tem no processo concorrencial o fulcro de sua ' teoria dos preços e do valor. Mas o conceito de valor é cons - truído sem a intervenção ou qualquer menção dele. Marx, na ver - dade, toma-no como pressuposto. E não apenas Marx! Toda a eco - nomia política clássica consiste no estudo das formas e possi - bilidades de uma economia mercantil movida pela concorrência . Os fisiocratas fundaram seu sistema sobre a concorrência capi - talista na agricultura, e por aí encontraram a "riqueza" (mes - mo que não tivessem tanta fé no poder absoluto do fenômeno con - correncial). Adam Smith celebrou-a na "Mão Invisível", essên - cia do equilíbrio mercantil, forma de sua natureza de progresso e equilíbrio.

A importância da idéia do movimento concorrencial é que com ela a sociedade propende a se movimentar produtivida - mente - pois todos querem ganhar mais. E que nesse movimento' a sociedade se equilibra, adquire uma feição racional em sua' estrutura produtiva. A noção de concorrência é o berço da Eco - nomia Política.

A pergunta é a seguinte: por que a concorrência mo - vimenta, e por que ela equilibra? Ambas questões podem parecer

bastante ingênuas e simples. De fato o são. Mas ao percorrê-las veremos uma série de questões importantes aparecerem, conturbando o cenário plácido da certeza clássica. Hoje, é importante abordar a questão da concorrência por duas razões. Pelo seu papel na ideologia burguesa; e pelo destino histórico que sua realidade comportou. Neste capítulo e no terceiro nos dedicaremos a inquirir sobre a questão da concorrência. Reconhecida a importância da plena concorrência capitalista na estrutura geral da teoria marxista do Valor, seu debate tem de passar pela abordagem da pertinência histórica da forma concorrencial. Desse debate poderá emergir uma visão diferente da questão do Valor.

Neste capítulo privilegiaremos a questão do equilíbrio. No terceiro, prestaremos especial atenção à questão do movimento provocado pela concorrência e sua relação com a forma do Valor, o que nos remeterá aos elementos da teoria marxista que ainda não foram estudados.

x

Começemos pelos clássicos.

Os fisiocratas não usam com frequência o conceito de concorrência, embora toda sua política de eficiência do sistema econômico repouse na ação do comércio e da produção livres, isento de monopólios e quaisquer outras regulamentações institucionais. Os fisiocratas já alertavam que o rompimento da forma concorrencial do mercado alterava a "ordem natural" da produção econômica. A melhor "ordem natural" é a ordem da concorrência na produção agrícola.

Com Adam Smith se esboça uma formulação geral dos termos da concorrência. Atomização dos produtores e dos consumidores. Nenhum controle do mercado, tanto pelo lado da oferta como pelo da demanda, como pelo Estado. Circulação social de informações. Liberdade de mudança de ramos de produção. Condições institucionais precisas: ausência de controle monopolístico e de restrições ou privilégios governamentais. Dessa forma não existe controle de preços. Não existindo qualquer forma de controle dos preços, eles tendem a ser expressão de sua necessidade interna, o preço natural - valor.

O mecanismo é simples. Os capitais se deslocam em busca dos ramos de produção onde vigoram condições vantajosas' (onde aparece lucro-extra) e abandonam os ramos onde o baixo ' valor do produto configura perdas ou lucro inferior ao médio . Essa movimentação incessante do capital privado transforma-o em movimento global de capital social, o capital em geral. Distribuem-se os recursos necessários, realocam-se as condições de produção, atendendo de forma normal àquilo que a sociedade necessita e demanda. O capital se remunera de forma tendencialmente equivalente nos setores de produção. As oscilações do lucro, para baixo ou para cima, se compensam expressando uma tendência histórica ao equilíbrio. O processo capitalista existe' da recorrência de atos singulares, e o equilíbrio emerge, sem que os indivíduos e as partes tenham controle dele.

Ricardo depositava também tanta certeza na efetividade do mercado concorrencial que apenas o cita. Na verdade, o liberalismo econômico e sua mágica competitiva era o único elemento que lhe oferecia esperança para o futuro do capitalismo. Ao lado da divisão do trabalho seria o que poderia contrarrestar os limites da produtividade agrícola. Mas, quando formula a teoria do valor-trabalho, Ricardo apenas diz que sua validade se circunscreve ao regime concorrencial (14).

Curiosamente, a par dessa importância o fenômeno concorrencial não se constituía em objeto específico de estudo. A obra de Adam Smith quedou definitiva: cientificamente provada. O silêncio teórico sobre a concorrência no berço da Economia Política leva Rolf Kuntz, no seu Capitalismo e Natureza, a observar que essa noção praticamente surge do discurso comum, o senso comum do comerciante, passando paulatinamente a constituir o foro de pressuposto estrutural da ciência econômica.

A importância e o lugar fundamental da concorrência' coloca a questão de sua ausência como problema na teoria da maior parte dos estudiosos da questão econômica. Se essa ausência for ideológica, qual a natureza da concepção filosófica que se apóia sobre a forma ideal desse movimento social?

Louis Dummont, que com o seu livro Homo Aequalis desencadeou importante movimento de reflexão filosófica na Europa (pelo menos no que concerne à reflexão sobre Marx), observa exatamente o contexto em que emerge essa forma de interpretação da sociedade, o iluminismo. Dummont postula que o iluminismo constitui a forma geral da reflexão filosófica superar as "filosofias do sagrado", isto é, sistemas filosóficos nos quais a idéia que uma sociedade faz de seu sentido e de sua forma encontra-se fora da própria sociedade (15). A sociedade pensa sua ordem não mais como uma disposição que deriva de algo exterior ao seu próprio ser, mas a partir de sua própria existência interna, orgânica. Sua racionalidade já não é "sagrada", já não existe a partir de Deus. Sua razão deve estar em seu próprio ser.

A Economia Política participa com uma parte significativa no esforço de encontrar a lógica social fundada nos próprios mecanismos. Sobretudo, a Economia Política pretende mostrar que no terreno dos negócios e das trocas essa ordem é racional, e, mais ainda, que é a melhor.

Como se sabe, a reflexão econômica ensaia seus primeiros passos a partir da crítica da determinação tomista, que definia institucionalmente o valor das coisas. Tomás de Aquino não encontra sua lei do Valor na própria sociedade das corporações medievais. Pelo contrário, ele busca retirar delas essa lei, trazendo de Deus a lei que ele considera necessária para essa sociedade. Nas esferas sagradas, as coisas do mundo encontram mais do que o seu sentido; elas encontram sua lógica e sua lei.

A descomunal presença da física newtoniana e a descoberta da circulação sanguínea constituem o solo sobre o qual a reflexão sobre a economia encontra sua analogia científica. A analogia do corpo permite pensar a sociedade econômica numa existência semelhante a um ser, que deve produzir para existir, distribuir para alimentar e acumular para crescer. Por terem realizado essa ponte os fisiocratas foram considerados os "pais" da Economia Política.

Mas é a lei da gravitação universal que fornece a idéia de um movimento equilibrado, um movimento de distribuição

equivalente dos impulsos econômicos. A idéia de um equilíbrio universal em movimento, dado pela atração e repulsão mútua dos corpos configurando uma existência lógica, permite a analogia com o mercado, lugar onde os homens produzem a sociedade econômica.

A noção que permite a ponte entre a sociedade de mercado e os princípios da física de Newton para o equilíbrio universal é evidentemente a Divisão do Trabalho, a especialização do produtor individual e sua constituição numa espécie de átomo produtivo, que interage no mercado com uma imensa massa de outros produtores. No Riqueza das Nações Smith deixa confuso, no primeiro capítulo, a divisão do trabalho que se processa no interior da atividade produtiva, com a divisão do trabalho que atomiza os produtores na sociedade. Não se trata da mesma coisa. Esta é a divisão social do trabalho, que vimos surgir como forma ideal de existência em sociedade já com Platão, enquanto a divisão do trabalho na fábrica corresponde ao que hoje se conhece como Organização Científica do Trabalho. Elas podem estar contíguas, mas guardam um espaço significativo: o espaço de seu estatuto social. São duas problemáticas diferentes. Taylor será o grande nome de uma, e a grande indústria será sua expressão histórica. A concorrência será o produto ideológico da outra.

A divisão social do trabalho abre espaço à percepção da sociedade como o todo que emerge na e pela interação de indivíduos não diretamente ligados, mas apenas vinculados pelo jogo dos preços. Smith, tal como Platão, percebe que essa forma de relação deixa os homens aptos a trabalharem melhor, conhecendo e aperfeiçoando seu próprio trabalho, e que, isolados em seu trabalho, os homens apenas poderão atuar na sociedade civil através de sua produção e do valor que ela adquire no mercado. Os produtores privados, tão grandes em número quanto maior for a extensão do mercado, encontram-se vendendo o fruto de seu trabalho ou seu próprio trabalho. Especializando-se na produção de determinado bem, os homens atenderão suas necessidades através do valor de seu produto. A riqueza do indivíduo encontra-se, assim, desligada da riqueza social, a riqueza da nação. Mas, como decorrência do interesse privado em produzir

mais para receber maior valor aparece o crescimento da riqueza social. O desejo de riqueza, a "busca do lucro", os levará à prática daquele trabalho que lhes dê maior riqueza. O mercado vê os homens se movimentarem, suas forças se deslocarem até se adaptarem às condições de um equilíbrio incessantemente provocado pelo desequilíbrio.

A Fábula das Abelhas de Mandeville é expressão maior dessa concepção corrente de mundo que a burguesia fazia circular. É o interesse privado, particular das pessoas e dos grupos que move-os, não qualquer sentimento coletivo. O ridículo papel do padre que tenta legislar sobre a colméia, seus desastrosos efeitos sobre a sua plena prosperidade, espelham o mal que as determinações econômicas da Igreja (ver capítulo terceiro) e de sua concepção de vida trazem sobre a vida social. A Fábula das Abelhas se torna o ponto de referência de toda essa reflexão iluminista, que pensa o progresso da sociedade sobre o interesse egoísta.

Louis Dummont coloca-a na própria base da constituição da "ideologia econômica": a ideologia da igualdade humana. Escrita no início do século XVIII, a cerca de cinquenta anos da publicação do Riqueza das Nações, a ideologia do vício privado que constitui virtude pública rapidamente se dissemina na cultura iluminista.

No entanto, logo transparece uma de suas exigências fundamentais para a eficácia e para a justiça do progresso que o "vício privado" pode gerar: a igualdade dos produtores. O mercado é a forma de racionalizar a existência social que se explica em si mesma, como um tecido social que nasce da ação dos homens, e que do seu "egoísmo" torna-se progressista. Sustenta do sobre a igualdade dos membros, torna-se racional.

x

A filosofia da História exposta por Immanuel Kant no Idéia de uma História Universal do ponto de vista Cosmopolita, de 1784, constitui o eixo sobre o qual gira a concepção kantiana da história e da humanidade (16) e revela claramente como essa concepção de mundo baseada no atomismo dos produtores or-



ganizados pelo mercado extrapola a ideologia econômica atingindo o estatuto de elemento estrutural da concepção filosófica clássica.

Como Mandeville e Smith, Kant pensa que os homens não procedem segundo a lógica dos interesses coletivos, existindo desde sempre como indivíduos racionais - mas a partir da lógica de seus interesses particulares. Os homens são egoístas, é o que pensam todos na emergência da sociedade capitalista. Kant sabe que o sentido geral da História humana deve ser encontrado na ação prática dos homens, que esse sentido existe como resultado dessa ação e não de qualquer ideal metafísico. Ora, se o móvel da ação dos homens individuais é seu próprio interesse "egoísta", como será possível que um sentido racional seja encontrado no processo histórico? Sigamos o caminho da resposta de Kant.

Ele não concorda com Rousseau, que diante desse quadro egoísta, antagonista, na sociedade contemporânea, extrai uma visão pessimista da História e da cultura social. Para Rousseau a sociedade corrompe. Todo o trabalho de Kant será demonstrar que o que a sociedade é não constitui corrupção do homem original, mas justamente a forma pela qual a humanidade se constitui como espécie e se desenvolve, por uma "astúcia" que torna a oposição sintonia universal. Para ele, a "natureza" mesma é o caminho no qual deverá ser encontrada a racionalidade da História. É a própria natureza, que Rousseau tanto dignificou, que deve produzir uma intenção racional universal que incorpore e supere os egoísmos particulares. A forma como Kant pensa que ela o faz é surpreendentemente simples, e, aliás, marcada pela simplicidade do raciocínio da Economia Política.

Para Kant o desenvolvimento da História passa por três etapas gerais: o processo de aculturação, o processo de civilização e o de moralização. Em cada uma das partes se concretiza o princípio teleológico de busca da civilização racional nos próprios mecanismos dos quais a natureza se serve. O processo de aculturação, primeira etapa da História, começa com a própria existência do homem, e pressupõe uma complexificação do puro instinto que domina o animal. Enquanto para o indivíduo esse processo constitui uma perda, uma vez que instaura o

temor do futuro, a incerteza, constitui a necessidade do trabalho, a certeza da dor e da morte, para a espécie humana é o primeiro passo. Esse dilema só tem solução para frente: "a natureza não permite mais retrocesso". A dor e as penalidades são a própria forma - exigente - de ação da natureza:

*"La naturaleza no parece haberse ocupado, en absoluto, para que viva bien, sino para que se eleve hasta el grado de hacerse digno, por su conducta, de la vida e del bienestar."*  
(17)

As "disposições naturais", das quais emergirão a "razão", não se desenvolvem nos homens individuais, mas na própria espécie. O indivíduo dilacerado pela incerteza e dificuldades desencadeadas pela aculturação é obrigado a se relacionar socialmente, o que o coloca enquanto espécie, espécie humana. Traumatizado pelo processo de aculturação, o homem tende à ambição, à cobiça, à ânsia de dominação, inclinando-se ao isolamento, ao conflito e à insociabilidade. Mas, por outro lado, o homem só desenvolve plenamente suas capacidades através da ação coletiva. A astúcia da natureza é provocar a ação coletiva justamente da ambição e da cobiça:

*"Agradecemos, pues, a la naturaleza por la incompatibilidad, la envidiosa vanagloria de la rivalidad, por el insaciable afán de posesión o poder! Sin eso todas las excelentes disposiciones de la humanidad estarían eternamente dormidas e carentes de desarrollo. El hombre quiere concordia; pero la naturaleza, que sabe mejor lo que es bueno para la especie, quiere discordia. El hombre quiere vivir cómodo y satisfecho; pero la naturaleza quiere que salga de su inercia e inactiva satisfacción para que se entregue al trabajo y a los penosos esfuerzos por encontrar los medios de librarse sagazmente de tal condición."* (18)

Postos como forças antagônicas, na busca do interesse puramente particular o homem relaciona suas capacidades enquanto espécie. Desencadeia, assim, o processo de civilização. Da busca privada dos interesses e das paixões a natureza deve encontrar um meio de civilizar; é sua dívida para com a realização, o telos, do homem como espécie. Ela deve conservar o an

tagonismo "imprescindível para o progresso" equacionado, atendendo às necessidades da razão, da ética e da moral. A Constituição Civil, mais elevada realização do homem como espécie, será o instrumento normativo capaz de edificar tal sociedade.

A Constituição Civil, porém, enfrenta uma dupla dificuldade. Deve abrir espaço para que o motor do indivíduo (a cobiça e o egoísmo) aflore provocando o jogo dos antagonismos com que o homem desperta sua capacidade como espécie. Mas, ao lado dessa captura individualista do mais e do melhor, os homens devem superar as barreiras do antagonismo e transformar esse encontro na edificação da justa lei e da liberdade com moral. Algum fenômeno, pois, deve conduzir a um grau razoável de equilíbrio e equivalência, para que os homens possam perceber na fresta da cobiça a igualdade, e para que o antagonismo não degenerar em ressentimento e conflito bélico. Uma certa força social deve fazer equivaler as forças privadas dos homens, sem acomodá-los e sem privá-los do auto-interesse. Em suma, um fenômeno que surja do próprio interesse, forçando os homens a superar a liberdade selvagem e a buscar o Direito. A citação de Newton e de Kepler no início do texto já adiantam a resposta: esse fenômeno é a concorrência, ou como Kant a nomeia: o antagonismo das forças.

*"El medio de que se sirve la naturaleza para alcanzar el desarrollo de todas las disposiciones consiste en el antagonismo de las mismas dentro de la sociedad, por cuanto éste llega a ser, finalmente, la causa de su orden regular."* (19)  
(o primeiro grifo é de Kant, o segundo nosso)

A insociabilidade é coagida a disciplinar-se, "por este artifício implosivo", e o instrumento de coação é exatamente o próprio antagonismo de homens que se equivalem como interesses privados. Quando nenhum se sobrepõe ao outro senão pela sua capacidade de trabalhar, a sociedade como um todo se move pela ação da cobiça e do interesse, mas se move em equilíbrio: sua "orden regular". Por essa astúcia da natureza a sociedade pode avançar em direção à sua realização como Moral, Aufklärung. Kant, que caminhara par a par com Smith, continua seu trajeto. A Economia Política deixou esse espaço à filosofia.

## 5 - A concorrência na "crítica da economia política"

A confiança na eficácia do fenômeno concorrencial é, na verdade, condição absoluta para a própria possibilidade de fé no sistema liberal, postura que evidentemente une tanto a Kant, como a Smith, Ricardo e tantos outros clássicos iluministas. Sem a existência plena desse antagonismo atomizado, dessa igualdade dos elementos antagônicos, a sociedade capitalista - como toda sociedade de mercado - não encontra a certeza de um equilíbrio, que torne racionais os impulsos de competição. A concorrência, sendo a forma racional do sistema capitalista é que permite a consideração da validade do regime político liberal, aquele sistema em que a busca do lucro e a própria cobiça são apenas progressistas. Sem a concorrência a luta da cobiça existe como selvagem antagonismo.

Rolf Kuntz, no Capitalismo e Natureza, justifica a preferência fisiocrática pelo governo monárquico constitucional, justamente por sobre a dúvida na eficácia plena do fenômeno concorrencial. Quando ela não exerce seu poder ajustador e moderador, o sistema econômico escapa da regulação racional, coincidente com a "ordem natural", sem defesa diante do assalto da ambição pela riqueza pessoal. A democracia pode sucumbir "pois a ignorância e os preconceitos dominantes na classe baixa, as paixões desenfreadas e os furores passageiros dos quais ela é suscetível expõem o Estado a tumultos, a revoltas e de - sastres horríveis." (20)

O mercado requer uma regulação externa por sua própria natureza, e porque não logra tornar equivalentes todos os interesses e todas as partes. Os monopólios e todos os "empreendimentos injustos dos interesses particulares" tendem a agir de forma a se privilegiar, perturbando a adequada distribuição da riqueza. Quesnay sabe que a forma do valor joga os interesses econômicos na defesa de sua parte. A produção agrícola, que por sua própria natureza é descentralizada, desmonopolizada, ao contrário das condições imperantes no urbano, tende a ser prejudicada no jogo pelo maior valor da produção. Nas Máximas Gerais do Governo Econômico de um Reino Agrícola, Quesnay está certo da necessidade de conter esses interesses particulares:

*"Os comerciantes, os empresários de manufaturas, as comunidades de artesãos, sempre ávidos de ganhos e muito industriais em expedientes, são inimigos da concorrência e sempre engenhosos em capturar privilégios exclusivos." (21)*

Para os fisiocratas a concorrência de fato move os capitais e faz aumentar a industriabilidade e a riqueza. Mas está longe de ter o poder de regular autonomamente o mercado. Por isso o Governo liberal e democrático tenderá a ser deficiente. A monarquia, centralizando a autoridade e obedecendo às leis da natureza poderá reger melhor esse sistema econômico. Onde a concorrência não for capaz de equilibrar o furor da cobiça privada, o Rei será Razão.

Não haveria dúvida, porém, que a otimista concepção de Smith triunfa amplamente sobre as dúvidas da aristocrática visão da fisiocracia francesa. A Economia Política passa a trabalhar desde então com a hipótese concorrencial sempre em validade no sistema, mesmo que seguisse advertindo da disfuncionalidade da quebra do equilíbrio no mercado.

Mas o que de fato intriga é o papel do fenômeno concorrencial no escopo da teoria de Marx, a "crítica" da economia clássica. Por que Marx analisa a existência do capital nos termos da mecânica concorrencial montada por Smith? Sendo evidente que as análises se distinguem amplamente, deve-se reconhecer que a forma geral do mercado é estudada nos mesmos termos da hipótese de Smith, bem como de Ricardo e todos os clássicos.

x

Para a compreensão do problema da concorrência no âmbito da economia marxista podemos adiantar dois elementos de reflexão. Em primeiro lugar, é preciso compreender a modificação na estrutura filosófica de apreensão do ser social da economia clássica à marxista. Em segundo lugar, localizar no contexto da estrutura teórica da análise do capital a forma de aparecimento da questão da concorrência, esclarecendo o momento em que seu estudo se torna uma mediação imprescindível. De outra forma: perceber se no momento em que Marx estuda a transformação dos valores em preços de produção a abordagem do problema-concorrência não estava colocada como mediação necessária, pelo que, de certa

forma, se justificaria sua ausência, ali.

Quanto à primeira questão, Marx comunga com a crítica de Hegel à base ontológica da filosofia clássica, tanto para os economistas, como para Kant, e até mesmo, noutra direção, a filosofia do Contrato Social de Rousseau. Todas essas perspectivas filosóficas têm em comum a maneira de pensarem a sociedade civil como uma universalidade resultante; para a filosofia clássica o ser social é tomado como totalidade, mas como uma totalidade que apenas resulta, que se agrega a partir das vontades individuais e dos movimentos das partes. A sociedade civil deriva, pois, dessa conjunção de interesses particulares, de ações dispersas, resultante da ação mútua no mercado (Kant/Smith) ou de uma decisão político-cultural (Rousseau).

Para Hegel essa concepção carece de uma base essencial que conforma a identidade da existência humana. O pensamento clássico flutua na superfície, a aparência do ser social, incapaz de compreender a natureza substancial que conforma aquela aparência de existência resultante. Hegel chama à concepção clássica de Saber do Entendimento (22); aquele que capta a necessidade externa na qual se apresentam as relações sociais, incapaz de penetrar sua necessidade interna, sua essência ontológica. Para ele, a evolução da Cultura humana não procede das relações que a sociedade civil trava, mas essas relações são a forma de manifestação da Cultura em seu movimento dialético.

O movimento teórico que essa crítica desencadeia é fundamental para o trabalho de Marx, porque dá unidade ontológica a uma visão do social como multiplicidade irreduzível, como oposição mútua, permitindo pensar a sociedade como um movimento substancial cuja lei é inscrita na sua própria essência, e não no movimento aparente e recorrente da sociedade civil. A concepção ontológica de Hegel é que abre o caminho para a construção da Ciência da História. Para Marx, a sociedade civil não existe no mercado; o mercado, antes, é a existência social e histórica do Capital.

Essa concepção ontológica hegeliana deixa em Marx marcas consideráveis, situando-se na própria base da teoria do Valor. A tentativa de encontrar uma substância do ser social é que conduz Marx à construção do conceito de trabalho humano u-

niversal e abstrato. A sociedade se universaliza no trabalho , o mundo das mercadorias é o mundo substancial do trabalho. Contra Bailey, Marx argumenta, deixando patente a concepção filosófica que sedimenta sua concepção do valor das mercadorias logo ao início de O Capital:

*"Ora, as propriedades de uma coisa não se originam de suas relações com outras, mas antes se patenteiam nessas relações."* (23)

Essa mesma perspectiva crítica pode ser encontrada ' na pesquisa de Marx sobre a natureza da concepção da economia' clássica. Num fragmento dos seus esboços de O Capital pode-se' ler a crítica que realiza ao que chama "ponto de vista da circulação", que é a forma como a economia clássica (fora Ricardo) interpreta a sociedade capitalista.

Marx concorda de início (com Smith): o valor, determinação formal da circulação simples, surge na sociedade onde ' "a propriedade do trabalho de outrem é tornada possível pela de seu próprio trabalho." O mercado troca em valor o produto ' de cada um, através do dinheiro. Mas é a própria divisão do trabalho, que Smith passa tão convincentemente que deve ser colocada em foco. Ao se fazer isto, Marx percebe que a teoria de Adam Smith havia descurado de uma outra série de relações que precedem a divisão do trabalho, permitindo-o permanecer no "ponto de vista da circulação". Diz ele:

*"Uma análise da forma específica da divisão do trabalho, das condições de produção em que se baseia, das relações' econômicas entre os membros da sociedade em que estas condições de produção se convertem, mostraria que é necessário admitir ' todo o sistema da produção burguesa, para que se mostrem à sua superfície, como ponto de partida simples, o valor de troca e o processo de troca tal como se manifesta na circulação simples (...). Resultaria, pois, que para que os indivíduos possam enfrentar-se nas simples relações de compra e venda como produtores' livres (...) isto já supõe outras relações de produção mais complexas, relativamente em conflito com a liberdade e a independência dos indivíduos, outras relações econômicas prévias." (25)*  
(grifos de Marx)

No ponto de vista da circulação, ou ao nível do Sa-  
ber do Entendimento (como diria Hegel), essas relações são su-  
primidas. Apenas realizando essa supressão é que a economia '  
clássica pode encontrar harmonia na sociedade capitalista, e  
' a filosofia política pode ser liberal numa sociedade anta-  
gonista. A eliminação da luta de classes e da exploração da '  
classe trabalhadora significa nada mais que a ignorância des-  
sas "outras relações" que precedem o sistema de trocas, onde  
prevalece a diferença e a desigualdade dos agentes sociais. O  
"artifício da Razão" é trabalhar o mercado concorrencial sob a  
forma de igualdade dos produtores e de todos os agentes. A Mão  
Invisível é o regente dessa orquestrada concorrência capitalis-  
ta.

É por essa falta que a sociedade pode ser encarada '  
como simples "meio", onde cada um é meio para os outros e os  
outros são meio e fim de cada um, tornando o social como algo '  
quase fortuíto, e deixando a "necessidade" da sociedade mercan-  
til sem um estudo verdadeiro. Por essa razão é que Kant, no I-  
déia para uma filosofia da História tem de atribuir todo o mo-  
vimento da História a uma "astúcia" da natureza, que transcen-  
de às formas particulares de cada época histórica. É também por  
essa falta que a Economia Política pode ignorar o movimento his-  
tórico dos diferentes modos de produção. E, apenas assim, su-  
primindo o tecido interno das relações mercantis, a sociedade '  
capitalista pode existir como um regime social "que confirma a  
liberdade dos indivíduos em vez de a suprimir"(26).

Nesse sub-solo da troca mercantil Marx empreenderá a  
"crítica da economia política", demonstrando como ela obscure-  
ce a relação social fundamental à reprodução capitalista, domí-  
nio da exploração da força de trabalho. O capital já não será  
visto apenas no terreno da circulação, o terreno das trocas, '  
mas no terreno da produção, uma produção que requer uma especí-  
fica relação social, e que tem suas contradições sobre a forma  
dessas relações.



Não se deveria, portanto, atribuir a Marx a possibilidade de ter interpretado o conceito de concorrência e trabalhado-o no mesmo sentido que fizeram os economistas clássicos, mesmo que ele desempenhe o mesmo papel, isto é, tornar equivalentes as mercadorias e racional o mercado capitalista em sua tendência geral. Essa observação é desenvolvida por Roman Rosdolsky no artigo La significación de El Capital para la investigación marxista contemporánea, escrito por ocasião da comemoração do centenário de publicação dessa obra.

O primeiro ponto a se observar na distinção da economia clássica, diz Rosdolsky, é que Marx, diferentemente desses economistas, pretende descobrir não apenas as leis internas de sua época histórica, mas também aquelas que regem suas contradições e sua superação enquanto forma social. Isso por um lado coloca a questão de se distinguir as necessidades particulares da forma histórica específica daquelas necessidades gerais, que extrapolam a esfera do historicamente particular. Por outro lado, afirma a necessidade de que se estude o capital como um processo, captando suas formas históricas de existência. Essa exigência é, na verdade, a mesma pela qual orientamos nosso trabalho. Seguindo-a, adverte Rosdolsky, se coloca apenas no umbral do trabalho de Marx; mas é pré-condição para que se possa penetrar sua amplitude.

A segunda observação necessária é de que a aparência fenomênica não revela de imediato a conexão interna dos fenômenos, isto é, sua essência. A busca da conexão interna é a razão de ser da atividade científica. Mas, para se avançar até a realidade substancial dos fenômenos, será necessário empreender sucessivas mediações que "vinculan el ser con los fenómenos visibles en superficie y expresan de manera específica las relaciones e las leyes generales de toda vida social." (27) Assim, o trabalho de Marx deve ser visto como um "sistema de mediações", sendo que tais mediações devem perseguir com afinco as objetividades da existência social.

Ora, aponta Rosdolsky, um momento fundamental dessas mediações é o que separa a análise do capital em geral do estudo dos capitais particulares. Os dois primeiros volumes de O Capital avançam o estudo do capital em geral, com o terceiro livro apenas iniciando o estudo dos capitais em particular, e

das relações não-capitalistas que se sustentam paralelas à reprodução do capital. Para a construção do conceito de capital em geral, que permite a análise do capital enquanto totalidade, deve-se precisamente fazer abstração da concorrência, que é o processo que joga os capitais uns contra os outros. A concorrência "es la relación del capital consigo mismo, en tanto que capital distinto, el comportamiento del capital como capital". A concorrência é o processo que impõe a cada capital particular a forma geral do capital. Por isso, ela "no expresa nada más que la naturaleza inmanente del capital" (28). A concorrência é o fenômeno que surge das determinações internas à necessidade do capital, é o motor da economia capitalista, mas não explica suas leis. Antes de estudar a intervenção simultânea de vários capitais, é necessário esclarecer o que lhes define enquanto capital. O conceito de capital em geral permite que se persiga o desenvolvimento do capital enquanto forma social geral.

Essa evolução pode ser vista sem a intervenção da noção de capitais particulares, e portanto, sem uma abordagem interna do fenômeno concorrencial. Por isso, a forma geral de existência dos preços, isto é, os preços de produção, podem ser analisados sem o estudo interno da concorrência, e por essa razão Marx não considera necessário estudá-la no momento da transformação dos valores em preços de produção. Ali ele apenas pretende demonstrar que essa transformação é possível, e que ocorre através do movimento concorrencial. Nessa passagem, Marx reconhece que trabalha o capital em sua média ideal, geral, e não em suas formas particulares. Dessa forma, o estudo dos preços de mercado, os preços relativos (que são diferentes dos preços de produção) não pode ser empreendida sem o detalhamento da questão da concorrência, onde o capital abandona sua forma geral, social, para alcançar sua existência privada, particular. Sem uma investigação da natureza concreta da concorrência simplesmente não se pode dizer nada sobre as relações de troca intercapitalistas. A forma-preço depende da concorrência - e esse é o momento em que se concretiza a análise abstrata do capital.

Essa mediação efetivamente falta, tanto à teoria do

Valor de Marx, como ã dos clãssicos.

Marx fez referẽncia ã necessidade de continuar o estudo do capital, interrompida no Livro III, por sobre uma anãlise da concorrẽncia, dos preçõs e do mercado mundial. Nãõ o fez, ẽ verdade. Mas a tarefa que Marx se propunha ainda no sãculo XIX ẽ a que deveria cumprir a economia marxista atual, ẽ o que conclui Rosdolsky:

*"Descubrir las mediaciones que enlazan los teoremas abstratos de esta obra con la realidad viviente de hoy. (29)*  
(grifo de Rosdolsky)

x x x

Notas

- 1) Marx, Karl. O Capital, Livro I vol. 1; op. cit., p. 41.
- 2) Id., ibid., p. 56.
- 3) Id., ibid., p. 59.
- 4) Veremos que essa tendência crítica inaugurada por Bailey contra Ricardo persiste, aparecendo numa versão recente com a tese Valor e Forma do Valor, de João Carlos Brum Torres.
- 5) Marx. O Capital; op. cit., Livro I, p. 61.
- 6) Marx. O Capital; op. cit., Livro III, vol. 4, p. 173.
- 7) Id., ibid., p. 179.
- 8) Id., ibid., p. 180.
- 9) Marx se refere à diferença proporcionada pela variação da composição orgânica do capital.
- 10) Id., ibid., p. 179.
- 11) Id., ibid., p. 196.
- 12) Id., ibid., p. 197.
- 13) Id., ibid., p. 197.
- 14) Ricardo, David. Princípios de Economia Política e Tributação. SP, Abril Cultural, 1982, p. 44.  
"Ao falar, portanto, das mercadorias, de seu valor de troca e das leis que regulam seus preços relativos, sempre nos referiremos somente àquelas mercadorias cuja quantidade pode ser aumentada pelo exercício da atividade humana, e em cuja produção a concorrência atua sem obstáculos."

- 15) Dummont, Louis. Homo Aequalis: Genèse et épanouissement de l'ideologie économique. Paris, Gallimard, 1977, Iª parte.
- 16) Kant, Immanuel. Filosofia de la Historia. Buenos Aires, Editorial Nova.  
Serviu-nos de orientação ao estudo da filosofia kantiana da História o texto do Pe. Xavier Herrero, "Teoria da História em Kant", publicado na Revista Síntese nº 22, RJ, Vol. III, 1981.
- 17) Kant. "Idea de una Historia Universal desde el punto de vista Cosmopolita". In: Filosofia de la Historia; op. cit., p. 43.
- 18) Id., *ibid.*, p. 44-45.
- 19) Id., *ibid.*, p. 43.
- 20) Kuntz, Rolf. Capitalismo e Natureza; op. cit., p. 109. Kuntz cita o texto de Quesnay, "Despotisme de la Chine".
- 21) O Máximas Gerais do Governo Econômico de um Reino Agrícola foi reproduzido no livro de Claudio Napoleoni, Smith, Ricardo, Marx; RJ, Ed. Graal, 1978.
- 22) Hegel, G.W.F. Principes de la Philosophie du Droit. Paris, Gallimard, 10ª edição; parágrafos 29, 157, 258 e 259.
- 23) Marx. O Capital; op. cit., Livro I, vol. 1, p. 66.
- 24) Marx. Contribuição à Crítica da Economia Política, SP, Martins Fontes, 1977; p. 241 e seguintes.
- 25) Id., *ibid.*, p. 272-273.
- 26) Id., *ibid.*, p. 277.

- 27) Rosdolsky, Roman. "La significación de El Capital para la investigación marxista contemporánea". In: Leyendo El Capital. Madrid, Editorial Fundamentos, 1972.
- 28) Id., *ibid.*, p. 231.
- 29) Id., *ibid.*, p. 235.

### A Dialética do Valor

"O valor não traz escrito na  
frente o que ele é."

(O Capital, I, 83)

#### 1 - A contradição do valor de troca.

Retomemos a reflexão com a pergunta mais simples que se poderia talvez fazer à teoria do Valor. Por que a forma do Valor proporciona a "concorrência", o progresso e a produtividade dos homens? Essa questão aparentemente simples conduz à visualização de alguns elementos fundamentais para a compreensão do Valor e da sociedade capitalista, que é sua forma desenvolvida.

Na economia clássica, Smith, bem como Mandeville, Jean-Baptiste Say e outros menos votados, tentaram responder. Sua resposta evidentemente é ideológica, muitas vezes ingênua, e, sobretudo, otimista. Não se poderia extrair deles, de forma alguma, uma visão selvagem do futuro histórico do capitalismo. Por essa razão Smith tem tanto cartaz hoje nos Estados Unidos.

Marx, por sua vez, toma a concorrência como dado, um fenômeno globalizador que é a própria expressão do movimento da produção. Mas, de uma certa forma, para ele, a concorrência é a própria forma de existência do capital - e, por isso, não se pergunta sobre a origem dessa forma de existência. Para Marx trata-se de um fenômeno de segundo grau, derivado e interno à lógica dos capitais particulares. O problema que lhe interessa verdadeiramente é o de sua forma social de existência: exploração do trabalho.

Para compreender a origem do fenômeno concorrencial, e portanto sua natureza, retomemos a forma básica de existência do Valor enquanto relação social. Imaginemos uma sociedade simples, com poucos produtores, o trabalho dividido socialmente. Essa sociedade naturalmente convive com um número determinado de necessidades compatíveis com suas tradições e com o desenvolvimento das forças produtivas. Os homens se especializam na produção de determinado bem socialmente necessário, vendem-no, adquirindo pelo valor desse seu produto os outros produtos de sua própria necessidade. Na verdade, essa sociedade bem pode ser a república de Platão.

Toda divisão social do trabalho impõe necessidades gerais, que extrapolam a forma histórica particular, devendo ser satisfeitas em qualquer forma social de produção. Por essa razão, chamaremos a essas necessidades ontológicas. A necessidade da distribuição da produção social é uma das mais importantes. Pela seguinte razão: as pessoas passam todo o seu tempo a produzir para a sociedade (ou para o "mercado"). Contudo, o tempo de que elas dispõem é evidentemente limitado. Por outro lado, toda uma variedade de necessidades pessoais e familiares devem ser satisfeitas. Como não se trabalha para si próprio mas para os outros, essas necessidades deverão ser cobertas pelo trabalho dos outros. A forma mercantil da divisão do trabalho respondeu a essa necessidade com o mercado e a moeda, "sinal das trocas comerciais", para usar a expressão de Platão. Com o valor que seu produto tem no mercado, o homem adquire o trabalho dos outros homens, pagando o seu valor. Assim é que cada um dos homens será "rico ou pobre" conforme sua capacidade de adquirir trabalhos no mercado. Essa capacidade de ser "rico ou pobre" deriva da forma do valor - é a "forma-valor" do poder de comandar outros homens. Quanto maior for o seu próprio valor, mais trabalho (na sua forma abstrata ou concreta) poderá seu proprietário adquirir. Mas, eis o detalhe: se as trocas se derem por correspondência ao tempo de trabalho - e supondo-se que as pessoas trabalham o mesmo tempo - a sociedade tenderá a ser igualitária. Apenas se o valor do tempo variar, haverá então o rico e o pobre. Ora, se eu trabalho 10 horas de meu dia, é justo que eu as troque por 10 horas do traba



lho de outras pessoas. Quem daria 10 horas por 9 horas?

O "valor-trabalho" das mercadorias emerge na Economia Política do "senso-comum", isto é, da evidência geral, adverte Castoriadis. Ao que certamente Marx lhe retrucaria: isso qualquer criança sabe(1). O grande problema é demonstrar que de fato ocorre assim - e para isso é preciso ciência.

Mas seria interessante sem dúvida ver retornar essa questão de forma candente se fizermos um única pergunta: será que não? Não será que as pessoas vivem a trocar mais horas por menos horas de trabalho? Não será que a existência histórica do mercado tem sido a sistemática troca de mais por menos, contrariando tanto a ingenuidade do "senso-comum" quanto a acuidde da ciência?

x

O mercado, enquanto forma de organização social, possui uma particularidade sutil, derivada do fato de que as trocas são estabelecidas pela proporção do preço do produtos, e não pelo seu tempo de trabalho. Se o preço é estabelecido no mercado mesmo, e não pelo próprio produtor, o "valor" desse produto passa a ter um "reconhecimento" variável. As horas de trabalho do produtor não recebem valor como horas de trabalho, mas através do preço que o produto tem no mercado. Assim, sempre essas horas de trabalho poderão ter um valor maior ou menor. A forma do Valor permite a riqueza e a pobreza, sob a forma da igualdade dos preços.

Chamaremos a essa peculiaridade da forma mercantil de "contradição do valor". Ora, é exatamente da "contradição do valor" que nasce o agenciamento social conhecido por "concorrência". É da possibilidade de vender seu produto por um preço que não seja igual ao seu valor (tempo de trabalho) que nasce o estímulo de aumento da produção privada. Aumentando a sua produtividade, o homem gasta menos tempo na produção, dispondo então, se trabalhar tantas horas como todos, de mais produutos para serem vendidos no mercado. Ele o venderá por um preço maior o que seu valor, preço este estabelecido pelo tempo socialmente necessário, isto é, segundo a produtividade média dos trabalhadores de seu ramo.

Se, diferentemente, o preço tiver que ser sempre igual ao valor, isto é, ao tempo de trabalho, cada produtor receberá da sociedade sempre o mesmo volume de trabalho social, variando esse recebimento apenas pela alteração na produtividade dos outros produtores. Em escala mínima ele dependerá da própria produtividade, apenas na medida em que disporá pessoalmente de mais produtos - os que ele próprio produz. Mas, como ele não produz para si e sim para a troca, tal situação de forma alguma lhe interessa. Por essa razão, numa sociedade em que o trabalho se acha socialmente dividido, a sistemática igualdade entre preço e valor só é possível por alguma determinação institucional, isto é, que se sobreponha ao mecanismo do próprio mercado. Essa determinação deverá fazer com que os produtores sejam obrigados a "confessar" o valor real de seu produto. Tal foi o desejo de São Tomás de Aquino.

Porém, sendo uma tentativa contrária à própria natureza privatista do Valor, não seria capaz de resistir às tendências de desenvolvimento do mercado, como não resistiu. Mas, além disso, essa situação particular da forma do Valor provocaria uma tendência à estagnação da produtividade social, por desinteresse dos produtores isolados em darem mais produtos à sociedade para receber o mesmo, senão por recurso a incentivos de origem ideológica. Há aí uma dificuldade importante para as sociedades que se pretendem igualitárias.

Nesse sentido, é preciso reconhecer que o "progresso", agenciamento social provocado pela concorrência, não é outra coisa que expressão da "contradição do valor" - forma de existência social que faz interessar a cada produtor aumentar a sua própria produtividade. O desenvolvimento das forças produtivas é uma questão derivada das formas particulares de agenciamento do trabalho social. Essa observação é importante quando se percebe que a tendência marxista é considerar esse desenvolvimento como essencial à humanidade, como veremos com Lukács. É a forma do Valor que institui socialmente tal ímpeto ao desenvolvimento da produtividade. Ela não é a única forma social a fazê-lo; novamente, porém, é especialmente competente quanto a isso.

A sociedade mercantil é a sociedade em que os homens adquirem sua vida pelo valor de suas mercadorias. Se o desejo de riqueza for reinante nessa sociedade, comandar maior valor,

será a forma da riqueza. Esse desejo, a "cobiça", deveria jogar a sociedade num mecanismo selvagem - e não foi outra coisa que aconteceu à humanidade. A economia clássica não reconhecia que seria esse o destino da humanidade porque acreditava que a concorrência equilibraria esse desejo, quando o mercado deveria reconhecer e fiscalizar a única forma "legítima" de se aumentar o valor da produção privada: a maior produção no tempo, isto é, maior produtividade.

Marx não dá maior importância a essa discussão, que interessou mais de perto aos ideólogos do Capital. Ele apenas se refere a essa natureza interna da sociedade mercantil de passagem, no segundo capítulo de O Capital, logo após terminar a discussão da forma do valor:

*"A possibilidade de divergência quantitativa entre preço e magnitude do valor, ou do afastamento do preço da magnitude de valor, é, assim, inerente à própria forma preço"(2)*

Mas o "micro-agenciamento" do valor não lhe interessa. Sua tendência, como vimos no capítulo passado, é analisar o movimento do capital enquanto totalidade social. O agente privado se torna mero "funcionário" do Capital. No entanto, para se compreender o movimento do capital particular é necessário debruçar sobre esse aspecto, o impulso que Kant chama "cobiça", que Mandeville e Smith chamam "egoísmo".

Mais ainda, algo deve ficar claro aqui: é do impulso de rompimento da equivalência do valor que se move o Capital. A não-equivalência emerge na forma do Valor e se torna seu mágico impulso "progressista" - hoje melhor seria dizer "produtivista". A não-equivalência é, assim, também forma da forma do Valor.

## 2 - As formas de rompimento da equivalência.

A divergência preço/valor pode ter outras formas que essa diferença, digamos, "legítima", onde o valor é inferior ao

preço pela maior produtividade individual (ou da indústria capitalista privada). Para o produtor particular (privado ou capitalista) essa divergência sempre interessa. A "quebra da equivalência" é o próprio objetivo do capital. Sendo assim, os limites da quebra da equivalência se dão, de um lado, pelas possibilidades que oferece o mercado (e para Smith o mercado é e tem de ser rigoroso na recusa a tais chances), e, por outro, na ética que porventura apresente o agente particular. Mas como o desejo motor tem de ser o da riqueza, e riqueza é aumento na capacidade de comandar trabalho, os clássicos chegavam a ser prudentes na consideração da capacidade da moral e da ética de conterem os homens (exceção a Kant, que fazia grande fé na capacidade moral do homem). Os fisiocratas chegaram a propor um Soberano como antídoto às artimanhas monopolistas. Smith, apesar de tão glorificado pelos liberais do mercado, diz dos comerciantes que não haverá nenhuma reunião de mais de dois deles que não termine em "conspiração contra o público". Dos capitalistas em geral chegou a dizer:

*"Os negociantes estão sempre interessados em alargar os mercados e em eliminar a concorrência. O alargamento dos mercados pode coincidir com os interesses do grande público; mas a eliminação da concorrência ser-lhe-á sempre prejudicial, e só poderá favorecer os negociantes, elevando seus lucros acima dos valores naturais." (3)*

Por essa razão, diz Smith, a sociedade deve olhar com "desconfiança" para os projetos de lei que apresente essa "classe de homens". Mas, por outro lado, não há dúvida para ele de que a "mão invisível" da concorrência tende sempre a discipliná-los ajustando-os ao "justo" equilíbrio do mercado (desculpem o pleonasma), e recompensando-os pelas qualidades puramente produtivas.

Levantemos agora as formas gerais de rompimento da equivalência mútua dos capitais e de outras partes participantes do mercado capitalista.

a) Quebra da equivalência e conseqüente superlucro pelo aumento da produtividade. Esta forma é a que estivemos a considerar para compreendermos a natureza não-equivalencial do Valor.

b) Lucro extra por variação da demanda social (ou necessidade social, como diz Marx), ou devido ao escasseamento

da produção. Nesse caso, o preço de mercado se eleva acima do valor socialmente necessário. Essa forma de rompimento da equivalência é legítima se for devida a movimentos produzidos pela própria sociedade e se o escasseamento for provocado por fenômenos independentes da ação dos interessados, que apenas se beneficiam deles. Quando a escassez é provocada pelos capitais interessados na elevação do preço de suas mercadorias, é conhecida como "açambarcamento", e não apenas é "ilegítimo", como é ilegal - mesmo que seja uma prática corrente nos capitalismo "mais selvagens. Evidentemente é também "legítima" a prática de elevar a necessidade social do produto através da influência sobre os gostos das pessoas. Se não existir nenhuma imposição, tratar-se-á naturalmente do "livre desejo" de cada "rei" consumidor". A publicidade é a forma monopolista dessa oportunidade.

c) Tocamos na palavra chave. A forma econômica básica que torna possível uma sistemática diferença entre preço e valor, e portanto de rompimento da equivalência, é o "monopólio", que confere ao agente o poder de controlar a oferta de determinado produto, ou controlar sua demanda (monopsônio). O monopólio coloca o produtor sempre em sensível privilégio, passando o preço de seu produto a ser condicionado apenas pelo limite da demanda social, escapando da determinação do valor senão por esse limite apontado - naturalmente quando isento de controle institucional.

A existência dos monopólios na atualidade se devem em grande parte a mecanismos propriamente econômicos, desde que o liberalismo estigmatizou o privilégio institucional. Esses mecanismos derivam da concentração crescente do capital produtivo e financeiro. Essa concentração inviabiliza a entrada de novos capitais no ramo de produção, tanto pela dificuldade em concentrar capital suficiente para os investimentos, como pelas vantagens já detidas e controladas pelos produtores instalados. A teoria econômica chama de "barreiras à entrada" a essa peculiaridade histórica da concentração capitalista. O mercado capitalista passa então a existir estratificado em níveis de monopolização, diferentes "graus de monopólio", usando o conceito de Kalecki, aos quais correspondem taxas de lucro

também diferenciadas, limitadas pela necessidade social do produto. Nesse sentido, o "grau de monopólio" tem íntima relação com o valor de uso - o que já se delineara em nossa análise no primeiro capítulo. Novamente percebemos que o rompimento da equivalência tem íntima relação com a natureza concreta dos bens produzidos.

Essa discussão é especialmente relevante pela seguinte razão. Apesar da economia clássica ter suposto que a concorrência produziria os efeitos antídotos à tendência de monopolização, o processo histórico de existência do capital levou-o à sistemática forma monopolista, e não episódica, anormal, como a considera a teoria econômica tradicional. Marx apontou essa tendência pela análise do movimento crítico do capital social, verificando que a monopolização seria gradual, derivada das próprias crises. Por outro lado, apesar de ter visualizado que o próprio movimento do capital engendra o monopólio, que por sua vez engendra o rompimento da forma equivalente do valor, Marx não recoloca a questão do valor. Apesar da existência histórica do capital se constituir como rompimento da equivalência, o capital continua a ser forma equivalente do Valor. Mas, se a monopolização é a própria expressão do processo capitalista, cumpre dar-lhe relevância teórica. Numa palavra, o processo capitalista significa a progressiva quebra das condições concorrenciais, porque sua natureza assim o conduz.

O próprio movimento do capital, a acumulação, termina por se tornar obstáculo à concorrência intercapitalista, gerando estruturas mais estáticas, de menor mobilidade social. O capital se concentra em diferentes esferas, hierarquizado, processo este que se agita, se convulciona em cada crise, e se confirma no seio delas.

Contudo, a forma monopólio extrapola os aspectos puramente econômicos, assumindo contornos políticos, num sentido amplo para o termo - fato este que a teoria econômica insiste em deixar de lado, como casual, esporádico, e por extensão não determinante. Claudio Napoleoni, no seu Pensamento Econômico do Século XX, reconhece esse limite da teoria da "concorrência oligopolista". A teoria econômica, ao detalhar os mecanismos dessa concorrência começa a perceber que eles já não são econô

nicos, mas políticos. Como dissemos pouco antes, a quebra da equivalência é objetivo do capital, não interessando de que forma esse ganho pode ser obtido. Os acordos constituindo cartéis, os trusts, formas que a legislação formal chega a proibir (porque rompem a forma "natural" da concorrência), e tudo mais que o capital consiga efetivar institucionalmente (o que não significa "legalmente"), constituindo formas de valorizar os capitais privados. Essa ação organiza uma rede subterrânea, nas entranhas da sociedade civil e no seio do aparelho de Estado. Seu objetivo é sempre o mesmo: tornar maior a capacidade de comandar trabalho (capital) social. Essa ação do capital, por essa razão, não pode jamais ser compreendida de forma estritamente econômica. Sua face política e institucional é indissociável; é o jogo, política do capital - aliás, como bem o sabem todos os privilegiados das cortes mercantilistas.

d) Tocamos evidentemente a questão do Estado. O moderno Estado capitalista, com sua sistemática ação sobre a economia tanto pode ser utilizado para o rompimento como para repor a forma do equivalente. Para a reposição da equivalência, uma série de mecanismos de ordem legal podem ser acionados: legislação anti-trusts, anti-cartéis, controle de preços, estímulo à concorrência via concessão de subsídios, isenções fiscais, etc.. No entanto, é ingênuo supor que a ação estatal visa contrarrestar uma tendência da qual ela mesma é fruto. O Estado tende a se adaptar às necessidades de valorização do capital institucional instalado; isso deriva de sua própria inserção social.

O Estado não nega essa tendência do capital em romper a estrutura equivalente do capital social. Ele, historicamente, confirma-a - pelo que se pode avaliar o peso da necessidade de não-equivalência ao "ser" do capital. Através da manipulação da massa monetária, das políticas de crédito e subsídio, etc., a equivalência geral se rompe diferenciadamente. A inflação gerada pela emissão monetária nunca age de forma equitativa em todos os ramos de produção. Os setores que recebem os recursos inflacionários em primeiro lugar são privilegiados nos efeitos negativos que a inflação desencadeia. Eles são beneficiários, efetivamente. Por essa razão Lauro Campos aponta o keynesianismo como o capitalismo dos monopólios, isto é, a

política econômica da não-equivalência geral em favor dos grandes grupos econômicos. No primeiro capítulo nós discutimos a importância do abandono do lastro-metal da moeda para que essa prática pudesse existir. Historicamente, é importante assinalar, o abandono do lastro-metal coincide com o processo de domínio monopolista da acumulação do capital, a virada do século XIX para o século XX. O rompimento do vínculo substância/magnitude do valor da moeda coincide com a ruptura sistemática do vínculo substância/magnitude do Valor pela monopolização. Através da própria moeda (agora sem garantia de equivalência geral) poder-se-á romper a unidade substância/magnitude do valor em todas as mercadorias.

Mais ainda, a concessão de subsídios e toda sorte de "incentivos" do Estado constitui rompimento da equivalência do Valor, produzida "por fora" do mercado, institucionalmente, em favor dos capitais ou ramos de produção que se quer estimular.

Essa é a política de valorização do capital. Ela extrapola os próprios limites do capital, tornando-se necessidade de todos os grupos sociais - é a lei da sociedade moderna, é sua particular lei do Valor. Grupos de interesse, os lobbys, os sindicatos patronais ou dos trabalhadores (destes se trata de sua única forma de defesa econômica), as corporações de variados tipos lutam de forma legal ou não, de forma econômica, política ou cultural para elevar o valor de seus membros no contexto do mercado capitalista. A mercadoria-tradição faz dos brasões importantes trunfos de valor. A mercadoria-saber institui a necessidade da competência (e esta é a face econômica do problema do saber competente que tanto tem instigado a reflexão de Marilena Chauí). Até mesmo a lei se torna mercadoria nesse contexto bárbaro, como se depreende de certas ações de corporações policiais no sentido de, através da proibição legal de certas atividades, elevar o valor dos produtos "socialmente" proibidos - e, por extensão, elevar as propinas a serem pagas pelos contraventores.

Mas nada disso é muito novo. O próprio Adam Smith já se referia à Universidade como uma corporação "especial". Através da limitação da formação de profissionais do ramo de trabalho, ela atende aos interesses de seus membros já titulados,



elevando o valor deles na sociedade, que seria reduzido pelo ' crescimento de sua oferta. O valor da formação universitária , pelo seu elevado custo social, aumenta o valor do profissional. A limitação das vagas garante a escassez relativa (4).

Mas, como forma de não-equivalência, a problemática' do Valor, sim, é nova. Nesse contexto social a equivalência re cua, sua possibilidade é frágil diante do poder crescente do Capital. Suprimidas as condições de equivalência geral, o valor torna-se não-equivalência. A existência histórica de um sistema baseado na busca da não-equivalência confirma-a, e não à equivalência que a economia clássica e marxista supuseram predominar pela concorrência dos produtores. A "igualdade dos pro dutores", condição para a racionalidade da concepção social ba seada no equilíbrio das forças antagônicas, não existe mais. O valor perde sua forma racional; sua existência será agora a bárbara luta pelo maior-valor.

Essa luta existe num outro domínio, o domínio que per mite a própria existência do capital: a relação entre capita listas e trabalhadores. Mas antes de nos dedicarmos a estudar a relação entre capital e trabalho sob o prisma da não-equivalência, faremos uma digressão que será útil à compreensão do significado filosófico e ontológico da forma do equivalente em Marx. Discutiremos a "Lei do Valor" de São Tomás de Aquino, a lei do justo-preço, e a origem aristotélica de sua formulação.

### 3 - A equivalência da necessidade política: a necessidade política de não-equivalência.

São Tomás de Aquino foi um teólogo da Igreja Medieval que se lançou a uma audaciosa empresa: escrever as leis através das quais os homens deverão reger suas existências. Essas leis, colhidas pela teologia cristã, nos seus séculos de reflexão sobre a Lei de Deus, seriam sistematizadas, organizadas, depuradas e deixadas gravadas para a posteridade. A obra que sistematizou esse corpo de preceitos foi a Summa Teológica.

Como não poderia deixar de ser numa obra que pretende ser pelo menos próxima de completa para que os homens pudessem o-

riental por ela sua vida, Tomás de Aquino trabalhou a questão das mercadorias que se trocam no mercado e seus respectivos preços. De fato, não eram questões das mais relevantes para o teólogo cristão. A questão do Valor, porém, já era um problema importante.

Vivendo no apogeu da preponderância católica sobre a Europa feudal, no século XIII, depois de um período em que o mercado praticamente desaparecera, Tomás de Aquino percebe que aos poucos o "comércio" se retoma, os burgos crescem, nascem as corporações - o trabalho é especializado socialmente. A especialização do trabalho reunia grupos de produtores nas corporações de ofícios, instituições que agrupavam os produtores de um mesmo ramo, organizavam o aprendizado, o processo de trabalho e a comercialização. Cada corporação organizava de forma praticamente doméstica o trabalho. O homem aprendia seu ofício e dedicava toda sua vida à produção desse específico trabalho, ao ensino dele às novas gerações: o homem se torna seu ofício, ofício que por vezes se incorpora no seu próprio nome (rastros esse que se pode detectar em nomes da língua inglesa).

No campo as relações de servidão começam a se transformar, mesmo que ainda rigidamente controladas pelos nobres. Mas já se deixavam as formas mais primitivas de pagamento do tributo feudal pelo trabalho na terra do Senhor, ou a forma de pagamento em espécie (em valores de uso), principiando a ser utilizada a forma dos pagamentos em moeda, quando nasce a "renda da terra". Quando a economia monetária penetra o campo, o mercado triunfa: o mundo gradativamente se universaliza na forma do Valor.

Contudo, a organização da vida mercantil, passando pelas corporações de ofícios, ganhava uma particularidade interessante. As corporações constituem uma forma de divisão social do trabalho que nega a mobilidade da força de trabalho, necessidade básica para a compatibilização equivalente dos produtos. O ofício se encarna no homem. O mercado, organizado sob a forma corporativa impede a existência do fenômeno concorrencial. Sem embargo, as corporações é que determinavam o valor de seu próprio produto. Esse valor não era o mercado que estabelecia, através das oscilações da procura e da oferta. A corporação de

terminava, por um ato, a instituição do valor de seus membros . E para que esse valor fosse rigorosamente cumprido, evitava-se a concorrência: os membros da corporação eram obrigados a acatarem fielmente os preços determinados pelos mestres de ofício, punindo-se rigorosamente qualquer transgressão (5).

Ora, no mercado, mas sem concorrência, com a divisão social do trabalho aprofundando sua extensão, de que forma se regularia esse valor que as corporações pretendiam elas mesmas estabelecer? Nessa sociedade a distribuição social da produção já se fazia em grande medida pelo Valor, através da relação de preços. Sendo assim, é a própria distribuição que se torna problemática. Como ela se dá, qual sua lei?

Tomás de Aquino não se pergunta como é que a troca se dá, mas como é que ela deve se dar. Ele não chega a formular que sua lei do Valor atende à necessidade de distribuição. Ele, na verdade, formula qual deve ser a forma de distribuição da produção. Ele sabe que o mercado das corporações tem o problema de encontrar um padrão que relacione o seu valor ao valor das outras; e Aquino sabe que essa relação implica numa relação institucional: a relação da riqueza e do poder.

Por isso, sua solução para a "lei" do Valor é inequívoca: se a lei de Deus rege o mundo dos homens, a lei do Valor deve reger o mundo das mercadorias conforme a lei de Deus. A lei da Igreja resolve, assim, o problema do valor das mercadorias. A questão do Valor deve ser, como todas as questões, resolvida na Sabedoria Divina.

A forma da Sabedoria Divina tomista "pensar" pode ser resumida assim: a sociedade é como deve ser. O valor das mercadorias nesse caso deve reproduzi-la tal como é. O valor deve se estabelecer de forma tal que reproduza a forma justa da sociedade cristã; o valor deve então ser o justo-preço. Esse valor não se determina no mercado; ele é determinado por relações que pre-existem ao mercado - as relações institucionais da sociedade católica medieval.

x

A equivalência do justo-preço é uma peculiar forma

de equivalência, que, tal como a equivalência entre capitalista e trabalhador, disfarça a não-equivalência real, a desigualdade dos homens e de suas classes que se transfere à desigualdade do valor de seus produtos.

Para estabelecer o valor de sua mercadoria, reza a Summa Theologica(6), o produtor ou vendedor deve reclamar para ela um preço que apenas reponha seu trabalho e seus gastos. No latim essa determinação é expressão do justo-preço: laboræ et expensæ. Ora, se os seus "gastos" são os valores que paga a outros vendedores, também universalizados pela lei do justo-preço, o valor de cada produtor se reduz ao pagamento de seu próprio trabalho. E o que paga o seu trabalho? Seu trabalho se paga, responde Tomás de Aquino, por um valor que lhe permite adquirir os bens que consome tradicionalmente durante o tempo em que trabalhou. Utilizando o conceito de Smith, seu valor é aquele que lhe permite comandar sempre a mesma quantidade de trabalho social. O valor de seu trabalho é o valor que repõe o seu padrão de vida. O valor do seu trabalho é o valor do seu tempo de trabalho (7). O valor do trabalho é o valor do trabalho, essa é a formulação a que acaba por se chegar. É tautológica? Evidente que sim. Tomás de Aquino define o valor de forma tautológica para manter uma sociedade tautológica.

Esse conceito de valor reproduz uma analogia da sociedade que expusemos no início do capítulo, em que os homens trocam seus produtos por seus valores em trabalho. Com uma diferença fundamental, que apontaremos a seguir. Antes, porém, façamos uma observação que já adiantávamos ao início da exposição. A estagnação econômica profunda que a Idade Média viveu explica-se menos pelo baixo desenvolvimento das forças produtivas; esse baixo desenvolvimento, antes, se explica por essa forma de relação de troca que pela determinação da corporação ou pelo jugo do justo-preço impede que as pessoas ascendam socialmente através do seu trabalho. Quando a corporação tem de reduzir o preço de seu produto se melhorar sua produtividade, esse interesse simplesmente deixa de existir.

Mas existe uma grande diferença entre a sociedade do justo-preço e a que imaginamos como modelo páginas atrás: ela não é nem tende a ser igualitária. A lei do justo-preço não era lei da igualdade; pelo contrário, era lei da diferença - só

que a diferença era justa na lei de Deus. O valor não deve tornar equivalentes o trabalho de homens que não são equivalentes. O justo não é o igual. O justo é a forma tradicional da sociedade medieval, é sua hierarquia. Essa hierarquia é a própria expressão da vontade de Deus. O justo-preço é apenas a expressão das instituições feudais sobre o campo das trocas mercantis(8). Se um homem vive com mais bens do que aquele com quem troca o seu produto, o valor relativo deve espelhar essa diferença através da troca de um valor maior por um valor menor. A necessidade de distribuição da produção é solucionada junto com a necessidade de reproduzir uma distribuição desigual. A não-equivalência referida ao justo-preço já pode passar como equivalência.

Antes de encerrarmos essa digressão resta ainda acrescentar uma reflexão importante. Trata-se do parentesco aristotélico da solução tomista do valor. Esse parentesco é evidente, como quase tudo mais no pensamento tomista. Na verdade é o próprio ofício de São Tomás que se assenta sobre uma sugestão de Aristóteles: "O uso comum chama sábios àqueles que ordenam corretamente as coisas e as governam bem; por isso Aristóteles afirmou: ordenar é o ofício do sábio", escreveu Tomás na Súmula contra Gentes (9). Desse dito de Aristóteles, o cristão retira o argumento para legislar sobre todos os homens.

Aristóteles não foi um legislador como Tomás de Aquino. Mas sua reflexão também se destina a julgar as formas de existência dos homens e refletir sobre a "melhor". Para encontrar a melhor forma de existência social, Aristóteles tem de se dedicar à questão do justo, e é também nesse contexto que se pode compreender a sua "solução" para a questão do valor das mercadorias.

A questão fundamental que para ele está clara é que a comparação entre os homens que emerge por uma necessidade social se estabelece pela lei da polis, a lei da cidade. A grande dificuldade é que essa lei varia bastante, com a alteração dos valores fundamentais (axia) que regem cada sociedade. Essa é a particularidade e todo o mistério da existência social: ela precisa da lei, mas suas leis não têm natureza determinada como as coisas da Natureza. Uma expressão registrada no Ética a Nicômaco (VII, 2) formula essa concepção:

"O fogo queima tanto aqui como na Pêrsia, ao passo que a noção do justo muda."

Diante dessa questão, Aristóteles principia por debater o que é justo, o que não é justo, o que é imperfeitamente justo, etc.. Os democratas, reconhece ele, dirão que o justo é a liberdade. Os oligarcas dirão que é a riqueza, e a tirania será sua resposta política. Para Aristóteles, que era um aristocrata, o valor fundamental que orienta a noção do mais justo é a Virtude. Contudo, a solução do justo evidentemente é uma questão política, que tem de ser solucionada politicamente.

O justo, o igual e portanto o equivalente como não têm substância comum que lhes permita a comparação quantitativa, só pode ser resolvido por referência a algum outro padrão, um ponto de referência, contra o qual se medem os homens. Essa mesma reflexão orienta sua constatação do valor. Como os homens não têm substância comum nem o têm seus produtos (perspectiva que Marx reprova), eles têm de ser referenciados externamente, contra o que lhes encontre a lei e a necessidade.

A referência que Aristóteles encontra para as mercadorias, o que explica o seu valor de troca, é a necessidade: o valor de troca é um "expediente que atende a necessidades práticas". Marx se decepciona ante o aparente vazio dessa resposta. Castoriadis, contudo, procura mostrar que não há vazio na resposta de Aristóteles, e que Marx apenas não compreendeu bem o que significa esse "expediente" e as "necessidades práticas". Para o grego, necessidade (chreia) é tudo o que responde às exigências políticas da existência na polis. Essas necessidades tanto são fundadas sobre exigências naturais, bem como políticas, institucionais. A physis da cidade se combina ao nomos - a lei natural à lei institucional - conformando o solo por onde se desdobra a política da existência em sociedade. O valor de troca atende a essas necessidades, embora de fato Aristóteles não chegue a precisar que necessidade faz com que 5 camas se troquem por 1 casa. (10)

A questão da igualdade, alerta Aristóteles, tem soluções múltiplas, tendo, basicamente, duas referências fundamentais. Ela pode ser aritmética ou geométrica. A igualdade aritmética não oferece problema quanto à sua solução; sua referên-

cia externa é a unidade que cada homem representa num absoluto. Ela dá exatamente igual a cada um. A distribuição deve se processar de tal forma que cada unidade receba uma parte exatamente igual à outra unidade. Mas a igualdade aritmética não pode ser perfeita igualdade, posto que nenhum homem é plenamente igual - e apenas por essa razão a questão da igualdade e da justiça é problemática e é política. Se os homens fossem todos iguais a igualdade aritmética seria plenamente conveniente para a solução da questão da comparação dos homens e das coisas. Sendo, porém, os homens diferentes, é preciso encontrar um outro padrão que compare suas desigualdades, tornando-os novamente equivalentes na sua desigualdade. A forma de igualdade que realiza essa comparação, diz Aristóteles, é a igualdade geométrica.

O geométrico tem de ser projetado contra parâmetros politicamente distintos, e por isso esses parâmetros variam. A distribuição pode se fazer segundo o poder - e será uma justiça tirânica. Ou segundo a virtude - a justiça aristocrática. Ou segundo a livre decisão dos homens - a justiça democrática. E etecætera. Aristóteles sabe que esse padrão não é absoluto, que ele varia conforme a decisão política dos homens. Por essa razão sua reflexão, embora se defina pela forma aristocrática, abre um leque de posições políticas.

Ora, é exatamente essa incerteza o que não preocupa São Tomás de Aquino. Ele não tem dúvida alguma quanto ao padrão que deve reger a sua justiça distributiva: esse padrão é a hierarquia historicamente constituída da sociedade cristã medieval.

Para Marx, a questão da justiça distributiva não aparece como uma reflexão própria à forma do Valor. Para ele o valor não é uma instituição política, como para Aristóteles e Aquino; o valor é uma expressão substancial do mercado capitalista. No entanto, podemos observar que a igualdade do valor de troca não é senão a igualdade aritmética, onde os produtores recebem conforme a medida igual de seu tempo de trabalho. Equivalente para cada um. A equivalência do valor é a equivalência aritmética.

Por outro lado, Marx reconhece também - ele está o

tempo todo a afirmar isso - que a "igualdade" do valor é puramente formal, que essa igualdade não é verdadeiramente igual. É o que está escrito com todas as letras no Crítica ao Programa de Gotha (11). Nesse texto ele afirma que o direito igual ainda padece de uma reminiscência burguesa, porque os homens são desiguais. Sendo desiguais os indivíduos a verdadeira igualdade deve se referir a um padrão que reconheça a diferença e iguale-os no seio dessa diferença.

A única - grande - diferença para com a formulação aristotélico-tomista é que essa "necessidade" não é a necessidade da diferença social - mas a da igualdade plena entre todos os homens. Se até Marx a necessidade política era a da desigualdade, hoje a necessidade política é a necessidade de igualdade.

Retomemos a questão do Valor na teoria marxista. No passo em que a deixamos, cumpria debater a troca entre capital e trabalho, e sua natureza no contexto da forma equivalente do Valor.

#### 4 - A teoria marxista do valor: equivalência dos capitais e exploração do trabalho.

Não deve haver dúvida de que Marx de fato assume a forma do equivalente do valor, tal como a formulara a economia clássica. Ele considera a forma do equivalente como a forma racional, por extensão, necessária ao sistema capitalista. Sua crítica à Economia Política mira um outro terreno, a teoria do capital, ou a teoria da mais-valia.

Marx, por um lado, escarnece sobre a tentativa da economia burguesa de fazer passar a ideologia da plena igualdade entre os homens no mercado. Essa postura aparece já no primeiro texto em que Engels inicia a reflexão sobre a Economia Política, o L'Esquisse d'une Critique de l'Economie Politique, de 1843, onde denuncia a falácia da igualdade produzida pela concorrência (12). Igualdade e liberdade, dirá com frequência Marx, apenas a possui o Capital.

Por outro lado, reivindica Marx ter tido o mérito de



encontrar de forma logicamente científica a solução para a relação de troca entre trabalho e capital como troca de equivalentes, o que explica a origem do lucro, a mais-valia. Numa carta a Engels, de 24 de agosto de 1867 (ano da publicação de O Capital), ele define como um dos méritos fundamentais de sua obra a explicitação de uma teoria científica da mais-valia.

A economia clássica não-vulgar se embaraçava ao tratar da origem do lucro ao aplicar a forma de equivalência na relação entre trabalho e capital, enquanto é nessa troca que se origina o lucro. Todas as trocas se realizam em igualdade de trabalho dispendido. Assim, a definição do valor de Smith é que ele corresponde ao valor do trabalho. Ricardo define-o como "quantidade de trabalho" dispendida. Por outro lado, essa definição encontrava correspondência com o "trabalho", que é uma mercadoria particular, à venda no mercado como qualquer outra. Sua peculiaridade é que o "trabalho" os capitalistas compram justamente para pôr a produzir algo que lhes desse lucro. Assim, é na troca entre trabalhador e capitalista, entre produção e salário, que se produzia o lucro. Ora, Smith, como Ricardo, se embaraçam: como pode ser essa troca equivalente e o trabalhador entregar ao capitalista um valor maior do que o valor do "trabalho"?

Marx explica o que lhes causa esse embaraço:

*"Sem o necessário espírito crítico, a economia política clássica tomou de empréstimo à vida cotidiana a categoria 'preço do trabalho', para formular depois a questão: como se determina esse preço?" (13)*

Depois, reivindica ter sido o único a jogar luz sobre esse sutil emaranhado conceitual, essa nebulosa região tão fundamental à explicação científica da sociedade capitalista. Sua solução é encontrar o conceito que explique o valor que o "trabalho" assume no mercado em sintonia com a teoria do valor-trabalho.

*"O que ela, portanto, chama de valor do trabalho é na realidade o valor da força de trabalho, a qual existe na pessoa do trabalhador e difere da sua função, o trabalho, do mesmo modo que uma máquina se distingue de suas operações." (14)*

O valor da força de trabalho, mercadoria que o capitalista compra, é o valor dos meios que o trabalhador consegue adquirir no mercado - e se situa ao nível da subsistência (15). O segredo do capital é que o valor da força de trabalho não é igual ao valor que a força de trabalho imprime aos produtos. O valor da força de trabalho é inferior ao "valor do trabalho", isto é, o produto. Assim se explica num contexto de trocas e equivalentes a origem do lucro. O capitalista paga efetivamente o valor do "trabalhador"; o trabalhador tem a "utilidade" de produzir um valor maior do que possui sua força de trabalho.

O lucro pode então ser explicado no contexto de trocas perfeitamente equivalentes, o que acaba de armar o quadro científico da Economia Política e elimina para sempre a sombra que se esgueirou até o umbral do Teorias da Mais-Valia: o lucro por alienação, o lucro-roubo. Na sociedade do direito privado igual, o lucro nasce de uma relação equivalente. Ele é, pois, legítimo.

A força de trabalho é uma mercadoria que o capitalista compra a preços normais, livremente vendida. Com essa mercadoria o capitalista aciona os meios de produção, transformando-os em produto a ser vendido no mercado, produzindo um lucro "legítimo". A natureza do lucro pode, agora, ser explicada: o valor da força de trabalho é pago pelo valor da produção num período mais curto do que a duração total da jornada de trabalho. É o trabalho que produz a mais-valia, porque "o valor que produz não depende de seu próprio valor mas do tempo que dura seu funcionamento." (16)

Este é o segredo da produção de excedente e apropriação privada desse excedente num contexto de trocas equivalentes.

Mas, além de ter realizado a proeza de explicar a troca entre capital e trabalho como equivalente, Marx pode reivindicar também a explicitação da relação capital/trabalho como uma teoria da exploração da força de trabalho, uma teoria da exploração da classe social trabalhadora. Para isso ficar claro, porém, é preciso afirmar-se que se a troca entre capital e trabalho é equivalente em conceito (o que Marx conseguiu demonstrar), ela implica numa expropriação de fato (o que mui-

tos outros já haviam dito, inclusive o burguês Ricardo): os trabalhadores produzem mais do que recebem, e os capitalistas' recebem algo que não produzem. Esta é a "realidade da exploração", expressão utilizada por Garegnani para definir a atualidade e importância da teoria marxista do capital (17). A mais-valia só pode aparecer se um valor de uso foi produzido e apropriado.

Nesse sentido, reafirmamos, a troca entre capital e trabalho é equivalente apenas no contexto da estrutura capitalista; mas não é uma troca equivalente em termos de valor-trabalho que as mútuas partes recebem - pelo contrário, ela é efetivamente uma troca não-equivalente.

Ora, se se perguntar que tipo de relação social proporciona a possibilidade de extração da mais-valia, ver-se-á ' que não é um processo puro, ingênuo, "natural": é mesmo uma extorsão, denúncia donde deriva parte do caráter revolucionário' da crítica marxista. A grande riqueza histórica e política do seu trabalho repousa na franqueza com que sabe dizer que o sistema capitalista constitui toda uma sorte de estratégias para continuar a extorquir mais-valia da classe trabalhadora. A análise de Marx quanto a esse aspecto da sociedade capitalista colhe elementos de diversos matizes para demonstrar como a não-equivalência entre trabalho e capital se reproduz. Combinando ' todos os elementos de que dispõe - econômicos, sociais, políticos - a classe capitalista busca reduzir o valor da força de ' trabalho, que é inverso ao montante da mais-valia. O exército' industrial de reserva, que se produz no próprio movimento da acumulação capitalista, a mais-valia relativa, a Lei, a Justiça, a cultura e, para os momentos mais delicados, a gendarmé - rie; formas econômicas, sociais, e políticas se combinam, se fundem para impedir que a organização dos trabalhadores faça ' crescer o seu Valor, o valor da força de trabalho.

Essa é uma face da página viva de O Capital, como é a página viva do movimento operário e dos seus momentos heróicos. A política de desvalorização da força de trabalho é paralela ao próprio processo de constituição histórica do proletariado - a acumulação primitiva do capital, gênese da produção capitalista.

"O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência". (18)

Esse processo, que dissocia trabalhadores e meios de produção, tem então um conceito econômico: o monopólio dos meios de produção. É natural; monopólio é o conceito que sintetiza a forma da relação não-equivalente. Esse monopólio, porém, é muito especial. É aquele que tira a capacidade de sobrevivência autônoma do homem tornando-o mero "trabalhador", permitindo a exploração de seu valor como classe. A troca não-equivalente é o que permite a própria existência do Capital.

Será interessante ler algumas das linhas históricas desse processo econômico.

x

O primeiro movimento da acumulação primitiva foi o deslocamento dos servos de suas terras, onde sobreviviam comunalmente. O nobre retoma a terra para a exploração mercantil e desloca uma massa humana para as cidades, dóceis à exploração capitalista. Esse desenvolvimento histórico fica mais interessante quando Marx consegue demonstrar que quando os trabalhadores "livres" se negavam em sua miserável liberdade a serem "trabalhadores", o Estado - que em outras paragens, como a extorsão colonial ou através da Dívida Pública ("a única parte da riqueza nacional que é realmente objeto da posse coletiva dos povos modernos é... a dívida pública") (19), já desempenhava um papel relevante - se encarregava de jogá-los para dentro da "salutar disciplina do trabalho". As Leis de Vadiagem cumpriam com violência inusitada essa exigência "social" - o trabalho assalariado.

Mas, para além dos processos puramente econômicos, como o salário máximo (20), a sociedade civil capitalista diversificava os instrumentos de sua missão educadora. A ideologia religiosa comungou a idolatria do trabalho, procurou de todas as maneiras sedimentar a fé na necessidade de "frugalidade" dos trabalhadores. Agora seria santa a sua miséria. Cuidou de impedir que bebessem o seu parco salário, o que degradava, viciava sua força de trabalho. O calvinismo assume as rédeas dos valo-

res capitalistas com uma certeza arrasadora. O catolicismo, como procurava compensar a miséria da vida com a promessa do paraíso, foi comparado ao ópio por Marx. As religiões, nos séculos selvagens do capitalismo e mesmo na sua maturidade, foram absolutamente alienantes.

Não é, contudo, apenas na esfera da religião que o capitalismo se torna filosofia. A sociedade civil como um todo se mobiliza em outras áreas, bem menos sagradas. Grande parte do trabalho histórico e filosófico de Michel Foucault se assentou no estudo da emergência histórica de algumas instituições da sociedade moderna. O nascimento do hospício e a instituição da loucura tiveram íntima relação como processo global de legislação institucional sobre a normalidade e a anormalidade sociais. A própria cadeia, contemporânea à acumulação primitiva, nasce das necessidades da sociedade em constituição, antecedendo, historicamente, ao próprio Código Penal (21). A prisão se constitui fora do aparelho judiciário, como instrumento de disciplina, de codificação de uma relação de diferença e de poder para tornar os indivíduos "dóceis e úteis, através de um trabalho preciso sobre seu corpo." Mais tarde, a clínica psiquiátrica passa a decidir sobre a normalidade e a irracionalidade dos homens, sendo irracionais evidentemente aqueles cujo comportamento não se enquadra nos padrões convenientes à atividade "social".

As disciplinas todas se montam, paulatinamente. As crenças se ajustam aos novos tempos, novas necessidades. Já não se trata de perpetuar a estrutura fundiária aristocrática, mas de trabalhar para acumular esse trabalho na forma de meios de produção. Todos esses processos revelam no fulcro de sua intenção o atendimento à dupla necessidade da acumulação primitiva: a redução do preço da força de trabalho no mercado (e manutenção desse nível a seguir); e obter seu condicionamento cultural à forma social do trabalho capitalista.

Feito isso, o capital por si mesmo encarregará de criar mecanismos mais naturais e econômicos, como o desemprego, a submissão real do trabalhador proporcionada pela indústria automatizada (tornando-se assim lei geral da acumulação), enquanto continua a combiná-las, sempre que necessário, com a po

lícia, o porão e o hospício.

O Capital, enquanto relação social, só poderá existir na medida em que recriar as condições concretas de efetivação de trocas não-equivalentes com a força de trabalho, que é a mercadoria universal. Enquanto a classe trabalhadora for a grande força movimentadora do aparelho produtivo a não-equivalência pode ficar restrita a essa base. Na medida em que a força de trabalho for expulsa do processo de produção (o que faz o próprio processo capitalista) as condições de reprodução capitalistas se alteram profundamente. Para que continue a haver acumulação de mais-valia será preciso que novas trocas instituem novas desigualdade de valor, sem o que não existe valor excedente, isto é, mais-valia. Contudo, trocas não-equivalentes não lhe dão dinamismo verdadeiro -apenas transferem mais-valia no interior do sistema; não criam excedente, mudam-no de mãos. Esse processo acabará por transferir os conflitos entre as classes básicas para um conflito inter-capitalista.

Apesar da exploração da classe trabalhadora, a luta do capital particular reproduz em amplitude a luta que o capital social trava contra a classe trabalhadora. O capital particular também busca a troca não-equivalente para além de sua relação com os trabalhadores, a nível dos próprios capitais. Apenas a concorrência pode impedir que os capitais acabem por transacionar em não-equivalência entre si. Sua "irmandade" aflora apenas sob ameaça proletária. Nos interstícios, reproduz a luta bárbara que o capital - forma de não-equivalência - tem de travar contra a classe explorada e contra os capitais concorrentes. Essa luta, tanto a nível da exploração do trabalho como a nível das relações inter-capitalistas, desenvolve-se numa extensa rede política, infra e superestrutura do Capital. O Valor, como na antiguidade e no medievo, continua sendo um problema político crucial. Hoje ele se resolve numa selvagem luta mercantil, sob o jugo das leis do Valor. Apenas a esterilização formidável da "teoria econômica" pode deixar essa questão relegada.

Duas conclusões absolutamente importantes retiramos dessa discussão.

A primeira põe em evidência o fato de que a relação

geral do Valor busca em mecanismos econômicos e políticos (em sentido amplo) a sustentação de trocas não-equivalentes, das quais se beneficiam os pólos exploradores da sociedade capitalista. Por extensão, que a plena equivalência é incompatível com a existência histórica e formal do Capital, fato que viemos apontando desde o início do capítulo. O motor do Valor é a troca não-equivalente, e por isso, nos Grundrisse, Marx ironiza a "súplica piedosa" dos socialistas utópicos de que o valor de troca não se transforma em capital (23).

Por fim, porque aponta para uma questão absolutamente crucial, talvez a mais importante de toda essa discussão da "dialética" do Valor: o sistema capitalista se baseia numa relação fundamental de não-equivalência, a qual aparece, porém, sob a "forma de equivalência". Sendo assim, somente a transformação dessa não-equivalência em equivalência conceitual pode permití-la enquadrar-se no contexto teórico geral da Economia Política burguesa - a troca equivalente. Não deixa de ser impressionante que essa façanha tenha sido levada a cabo pelo maior crítico dessa Economia Política: Marx.

Aqui, poder-se-ia dar alguma razão a Castoriadis quando afirma no Sociedade Burocrática (24) que Marx acabou por não realizar a Crítica da Economia Política, mas sim desenvolveu-a ao máximo, tornou-a coerente até o fim.

##### 5 - Capital: fetiche da equivalência.

A observação de que na sociedade capitalista a exploração do trabalho aparece sob a aparência de equivalência plena, através da forma-salário, constitui para o nosso problema a questão mais interessante que se pode extrair da análise que Marx faz da troca entre trabalho e capital, que aparece de forma bem semelhante em O Capital, como no Salário, Preço e Lucro (25).

Em ambos os textos, logo após analisar a forma da troca entre trabalhador e capital e o seu conteúdo econômico, Marx alerta que a troca do salário pela produção parece dar ao operário tudo que ele produziu. Parece que o seu salário paga'

o seu trabalho.

*"O valor ou preço da força de trabalho toma a aparência do preço ou valor do próprio trabalho, ainda que a rigor as expressões de valor e preço do trabalho careçam de sentido." (25)*

Ora, chama a atenção Marx: essa "aparência enganadora" - onde "todo o trabalho parece pago" - é particular ao sistema capitalista, ao sistema do salariato, e é diferente de outras formas históricas. No sistema escravagista todo o trabalho parece trabalho não-pago, quando na verdade uma parte dele o é, quando o escravo recebe do senhor qualquer produto necessário à sua vida. "Mas, como entre ele e seu senhor não houve trato algum, nem se celebra entre eles nenhuma compra e venda, todo seu trabalho parece dado de graça." (27)

Já no sistema feudal as coisas acontecem diferentes. O camponês é obrigado a trabalhar durante certo período de tempo nas terras dos nobres. A relação entre o tempo que ele dedica ao seu próprio trabalho e o tempo que ele entrega ao senhor feudal é absolutamente clara. O mesmo se dá quando esse trabalho já assumiu a forma de Renda da Terra. Ele tem de pagar uma proporção do que obtém do seu trabalho, para poder viver e trabalhar nas terras que recebeu da "graça" do senhor.

O sistema do salariato torna obscura a exploração ; ele "apaga"-a:

*"A forma salário apaga, portanto, todo o vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e trabalho excedente, em trabalho pago e trabalho não-pago. Todo o trabalho aparece como trabalho pago." (28)*

É necessário toda a atenção para o mecanismo que aqui apaga, torna obscura a exploração: é a própria forma salário.

O que é a forma salário?

A forma salário é a forma preço do valor da força de trabalho, isto é, o seu preço e o preço que os produtos de subsistência da classe trabalhadora têm no mercado. Mas ao mesmo tempo, a forma salário é a expressão da relação social que fundamenta a existência da sociedade capitalista. Como essa relação nesse sistema social aparece também mercantilizada (e essa é a peculiaridade do capitalismo) assume a forma de pagamento'



de preços.

Numa palavra, os preços "apagam" a relação de exploração, fazem-na parecer equivalente quando não é, uma vez que obscurecem tanto o que o trabalhador verdadeiramente recebe, como o que ele verdadeiramente produz.

Norman Geras (29) sintetiza o que produz essa aparência enganadora da forma salário: é seu fetiche, o fetiche de uma mercadoria que "parece" receber o valor pelo que produz (aliás como a toma a economia neo-clássica na sua obsessão de tornar todas as trocas universalmente equivalentes), mas que recebe pelo que vale, quando esse valor é inferior ao que ela produz. O fetiche é, pois, a forma da mercadoria que faz sempre aparentar a igualdade e a equivalência, mesmo quando a equivalência não existe.

x

Chegamos ao fetichismo, terceira forma fundamental da mercadoria, completando o triângulo do Valor. Mas, justamente quando o terceiro ângulo se completa, permitindo uma visualização clara da estrutura interna do valor, as coisas se tornam mais complexas. Pois, enquanto a equivalência e a exploração constituíam a forma racional, científica da mercadoria, o fetichismo aparece turvando essa existência límpida.

"Fantasmagórica", "cheia de sutilezas metafísicas e argúcias teológicas", agora a mercadoria assume todo o seu caráter "misterioso", e deixa de ser imediatamente compreensível. Exposto na última parte do primeiro capítulo de O Capital, o fetichismo tornou-se uma das discussões mais curiosas de toda a obra, por essa própria linguagem estranha, revelando como que uma "face canhestra" da forma da mercadoria.

Aqui, ao nível da troca entre capital e trabalho, o fetichismo é o fenômeno que explica a aparência de equivalência ao que não é. Ora, poderíamos concluir que, se é assim para a mercadoria força de trabalho, assim o é para a troca entre todas as mercadorias. O fetichismo poderia ser assim o que explica que na sociedade capitalista as trocas mercantis possam passar como equivalência, quando efetivamente não o são. Is

so aconteceria simplesmente porque os preços (ou a forma preço) são sempre iguais, expressam sempre uma igualdade relativa, enquanto esse preço nem sempre é expressão direta do valor (em tempo de trabalho). Assim, a luta do Valor pode parecer racionalidade e equivalência, por efeito do fetiche da mercadoria.

Mas, se essa conclusão parece óbvia e logicamente correta, sua legitimidade sobre o texto de Marx pode ainda ser questionada. Lendo com fidelidade Marx, não encontraríamos efetivo respaldo teórico. Para ele, o fetichismo não apresenta esse aspecto quantitativo, relativo à magnitude do valor, mas apenas um lugar qualitativo - aliás, como Rubin entendeu-o.

Isaac Rubin dedica grande parte de seu Ensaio sobre a Teoria Marxista do Valor recuperando a importância da questão do fetichismo na estrutura da teoria do Valor, aspecto então bastante relegado na discussão de seu tempo. Sua preocupação fundamental é demonstrar que o fetichismo está na própria base da análise marxista da sociedade capitalista e constitui a estrutura de análise da forma social específica do Valor. Rubin pretende realçar que a relação mercantil, sendo fetichista, conduz a um duplo processo de "coisificação das relações de produção" e de "personificação das coisas". Por um lado, as pessoas se relacionam através de coisas, e, por outro, vêm essas coisas adquirirem vida, existentes em si e por si mesmas, comandando todo o processo social de existência. Esse duplo movimento de alienação se apresenta universalizado sob o sistema capitalista, constituindo sua forma particular de representar as relações sociais, e sua característica qualitativa de fetichizar as relações de poder e trabalho na sociedade.

Esse processo essencialmente qualitativo pode ser visualizado perfeitamente no texto de Marx, revelando um processo de ocultamento de essência das relações sociais que se desenvolve na forma social mercantil.

*"A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu trabalho." (30)*

O que dá forma final a essa "dissimulação" é o dinheiro, a forma dinheiro, e, por extensão, a forma preço. E isso acontece porque no preço não vem escrito o valor. Ou para dizer com Marx: "O valor não traz escrito na frente o que ele é."(31)

Contudo, para Marx, esse efeito é apenas qualitativo, e, como conclui corretamente Rubin, é o aspecto sociológico da teoria do Valor. Para além do aspecto quantitativo (da magnitude do valor), a teoria do valor-trabalho abre-se para o campo das relações sociais, e funda cientificamente a reflexão filosófica da alienação do trabalho.

Sendo fiel ao texto de Marx, o fetichismo da mercadoria não tem o aspecto quantitativo que quisemos lhe dar, de dar aparência de equivalência à luta selvagem do Capital. Embora essa conclusão seja logicamente possível e pertinente no escopo da teoria geral do Valor, ela extrapola o texto de Marx, e Rubin tem razão em apreender apenas essa dimensão qualitativa. Para Marx a forma do valor é efetivamente equivalente, mesmo que este efetivamente tenha que ser compreendido como tendencialmente. Se o fetichismo fez obscurecer a lei do Valor não foi no sentido de lhe dar aparência de equivalente, mas de ocultar essa realidade científica do valor de troca.

Na verdade, o que o fetichismo oculta é que as trocas equivalentes em valor-trabalho são a "lei natural reguladora, que não leva em conta pessoas, como a lei da gravidade, por exemplo, quando uma casa se desmorona.(32) O fetichismo torna a lei do Valor obscura em sua determinação de equivalência' em tempo de trabalho dispendido, e por isso a Economia Política teve tanto trabalho para encontrá-la, descobri-la, decifrá-la.

*"A determinação da quantidade do valor pelo tempo do trabalho é, por isso, um segredo oculto sob os movimentos visíveis dos valores relativos das mercadorias. Sua descoberta destrói a aparência de casualidade que reveste a determinação das quantidades de valor dos produtos, mas não suprime a forma material dessa determinação." (33) (grifo nosso)*

A igualdade substancial dos homens e dos valores é o que não aparece claramente na sociedade capitalista, por efeito do fetichismo.

"A igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores." (34) (grifo nosso)

A comparação dos preços suprime a comparação dos trabalhos, que passa agora a reger apenas numa região essencial, substancial, por meio do valor. Mas o valor continua a existir e a grande chave científica da Economia Política é descobrir sua lei.

Tanto é assim para Marx, que nas passagens em que reflete sobre a ocultação produzida pela forma salário, ele não utiliza uma única vez o conceito de fetiche. A questão do fetiche permanece restrita àquelas bem escritas páginas do primeiro capítulo, desaparecendo a seguir. Aliás, esse desaparecimento da questão do fetichismo nas páginas restantes de O Capital serviu de argumento a Althusser para execrá-la da teoria marxista como um todo, por se tratar de um devaneio, uma extrapolação filosófica sem respaldo científico.

Isto acontece de fato porque em O Capital o desenvolvimento da teoria do Valor se faz através da estrutura equivalente do valor - e isso é necessário para se montar uma teoria geral do capital, pelo menos no seu estágio inicial. Mas o principal motivo é que Marx de fato acredita que a forma do capitalismo produzia uma tendência equivalencial. Rubin está correto em extrair de Marx apenas uma função qualitativa para o fenômeno do fetiche.

Apesar disso, permanece nossa hipótese fundamental. Se o fetichismo da mercadoria torna obscura a equivalência, ele também "apaga" a não-equivalência, com o que a forma do valor pode existir tanto sob a forma da equivalência como sob a forma da não-equivalência. Basta que as condições concretas que produzem a equivalência deixem de preponderar e sejam substituídas por outras. Nesse momento, o fetichismo tornará equivalente o que não é, tornará racional o que é bárbaro, assim como o salário disfarça a exploração do trabalhador. A teoria do Valor de Marx continuará em seu escopo geral, orientando a reflexão formal; mas deverá combinar essa tendência histórica à não-equivalência, repondo o significado teórico da forma do equivalente, que se nega permanentemente mesmo no seio da tendência concorrencial, quando suas condições de afirmação se en

contram cada vez mais obstaculizadas.

As necessidades de distribuição equilibrada da produção, que Marx considera básicas, feitas pelas relações de troca equivalentes já não podem ser atendidas "equilibradamente". O sistema econômico se esquizofreniza. A racionalidade do Valor é substituída pela racionalidade do monopólio e do poder estatal, distorcidos pela voracidade incontável dos capitais.

O rompimento do equilíbrio, porém, não pode se perpetuar. Tanto por suas evidentes implicações políticas (a luta de classes e grupos na sociedade), quanto pelas próprias necessidades concretas da reprodução ampliada do capital. A crise expressa radicalmente esse conflito, e obriga o sistema a se submeter a condições mais racionais tanto para o capital como para a sociedade. Porém, a estrutura do poder que busca a não-equivalência não se esvai, pelo contrário, se reforça em cada crise de tal forma que as contradições vão se tornando apenas mais graves a cada geração expansiva.

O fetiche da mercadoria, agora fetiche do Capital, permite que essa luta irracional possa aparecer ainda a muitos como existência racional, "cientificamente" racional - e, mais importante ainda, insuperável, intransformável, definitiva.

Hoje, se a sociedade quiser construir uma relação social que efetivamente busque e eleja como um valor (axia) a equivalência social, não poderá deixá-la à mercê do mercado, do "antagonismo das forças" e da "concorrência". Esse mito da Economia Política tem de ser definitivamente enterrado. O mercado não nasceu da equivalência e não coexiste com ela senão por determinações externas, políticas. Sua busca é a da não-equivalência e ele tem muitos meios para reproduzi-la, sendo que um dos mais importantes é sua inevitável perspectiva social alienadora. Sua estrutura, a da propriedade privada, é toda conveniente para tal. O fetichismo é inevitável numa sociedade em que os homens se especializam no trabalho sem a consciência do caráter social dessa especialização e das implicações que traz a forma do Valor.

Hoje, se a sociedade quiser retomar uma existência social em que haja igualdade plena ou próxima de plena, uma i-

gualdade pelo menos razoável, ela deverá disciplinar a forma ' do Valor, deverá retomá-la do mercado "livre", e deverá dirigí-la institucionalmente.

x

Ironia da História? Veríamos talvez a questão do justo, a questão do preço justo, o valor, retornar agora não para reproduzir a desigualdade (que foi a tarefa do justo-preço), ' mas para ajudar a sociedade a se livrar das garras da não-equivalência: o Capital.

x x x

Notas

- 1) Referimo-nos à carta a Kugelmann de 11.07,1868, onde Marx ' responde à objeção de que não teria "demonstrado" o conceito de valor. Essa carta tornou-se um dos documentos mais importantes nos debates sobre a teoria do Valor, onde se resalta que a lei do Valor é uma forma particular (histórica) de atendimento a uma necessidade social geral, ontológica, de distribuição da produção. Voltaremos seguidamente a esta carta. No Brasil ela foi editada no 18 de Brumário e Cartas a Kugelmann, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
- 2) Marx. O Capital. Op. cit., livro I, volume 1, p. 115.
- 3) Smith, Adam. A Riqueza das Nações; Coleção Pensadores, SP, Abril Cultural, 1978, 2ª edição, pp. 198-199.
- 4) Rubin, Isaac. Ensayo sobre la teoria marxista del valor; op. cit., pp. 223-224.
- 5) Dobb, Maurice. A Evolução do Capitalismo. RJ, Zahar, 1975.
- 6) Aquino, Tomás. Summa Theologica. Taurim, Italia, Libreria Marietti, 1932. 2ª, 2ª<sup>ae</sup>; questio 77/78, pp. 431-443.
- 7) A historiografia do pensamento econômico costuma interpretar essas noções próximas à definição capitalista do valor como 'antecipações geniais', aproximações à verdadeira face científica do problema. Trata-se da concepção que pensa o conhecimento humano como uma evolução positiva, passando por diferentes fases até descobrir a "ciência", que decifra essa realidade da natureza. Michel Foucault demonstrou com maestria no As Palavras e as Coisas que essa forma de ver um pensamento historicamente datado pelo futuro que se "lhe espera nas sombras" é absolutamente injustificável. A noção de justo-preço de Aquino, como a definição do valor por Lu Chih no século VIII são próprias de suas épocas e devem ser entendidas nesse contexto. Não é o capitalismo que dá sentido ao passado, como não é o futuro que dá sentido ao presente - mesmo que sempre, como diz o Mago Merlin, o fu-

turo planta raízes no presente.

- 8) Zweig, Ferdinand. El pensamiento económico y su perspectiva histórica. México, Fondo de Cultura Económica, 1961, 2ª edição, p. 131.
- 9) Aquino, São Tomás. Coleção Pensadores; Introdução. SP, Abril Cultural, 1978, 2ª edição.
- 10) Toda essa discussão se baseia sobre o texto de Castoriadis intitulado Valor, Justiça, Igualdade: de Marx a Aristóteles, de Aristóteles a nós. Esse texto foi publicado no Carrefour du Labirinte, Du Seuil, Paris, e traduzido para a coletânea sobre o autor, Revolução e Autonomia, COPEC, BH, 1981. Este texto é da maior importância em nosso trabalho. Tanto pelas idéias importantíssimas que colhemos dele, quanto pelas críticas que ele nos obrigou a realizar contra algumas passagens. O riquíssimo debate sobre a questão do justo e do igual, a 2ª parte do texto, excede em tudo o que apresentamos aqui. Por isso, convocamos o leitor a se remeter a estas páginas do texto de Castoriadis.
- 11) Marx. Crítica ao Programa de Gotha. In: Marx e Engels - Textos. SP, Edições Sociais, 1977, vol. 1.
- 12) Mandel, Ernest. A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx. RJ, Zahar, 1968, capítulo 1.
- 13) Marx. O Capital; op. cit., livro I, volume 2, p. 620.
- 14) Id., ibid., pp. 620-625.
- 15) Uma nota importante acerca da determinação do valor da força de trabalho, tal como Marx a define. O valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência que a classe trabalhadora consome. O valor desses bens é determinado pelo tempo de trabalho dispendido em sua produção. Assim, consoante à teoria, o valor da força de tra-



balho é determinado pelo tempo dispendido à sua "produção". É interessante observar, então, que na determinação do valor força de trabalho Marx tem de defini-la exatamente por recurso a uma definição criada por Smith: o valor da mercadoria força de trabalho é o valor dos bens que ela pode comandar. Sem recorrer a essa determinação exterior, social, do valor da força de trabalho, a explicação de Marx se embarrasca numa insuficiência tautológica. Senão vejamos:

- a) O que determina o valor da força de trabalho? É o valor dos bens que ela consome.
- b) Mas, o que determina o valor desses bens? É o tempo de trabalho dispendido neles.
- c) E o que determina o tempo que é dispendido neles? É o valor da força de trabalho.

A sequência é evidentemente tautológica no seu ponto terminal. A determinação do valor da força de trabalho é "este" e não outro qualquer, derivado de uma série de questões sociais, culturais, políticas. Esse valor é determinado socialmente, isto é, historicamente, e é igual ao trabalho social que ele pode comandar. O que determina, pois, o valor da força de trabalho? É a história, a luta de classes, etc.. Definido esse valor numa relação social complexa, ele se iguala ao tempo de trabalho, mas não é explicado por ele.

Isso acontece sempre que a economia capitalista rompe a determinação equivalente do valor, assentando-se sobre instrumentos políticos. A determinação real do valor passa a ser definida numa região diferente da determinação pelo tempo de trabalho. O tempo de trabalho é igual ao trabalho comandado, mas não o explica. O que o explica é toda a relação social que o precede.

16) Marx. O Capital; op. cit., p. 622.

17) Garegnani, Pierangelo. La Realidade de la Explotación. In: Debate sobre la Teoria Marxista del Valor. México, Cuadernos Pasado y Presente, nº 82, 1979.

- 18) Marx. O Capital; op. cit., Livro I, volume 2, p. 828.
- 19) Id., ibid., p. 872.
- 20) Id., ibid., p. 856.
- 21) Foucault, Michel. Vigiar e Punir - nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1977, p. 207.
- 22) Foucault, Michel. História da Loucura na Idade Clássica. SP, Editora Perspectiva, 1978, p. 64.
- 23) Marx. Contribuição à Crítica da Economia Política; op. cit. p. 282.
- 24) Castoriadis, Cornelius. A Sociedade Burocrática. Porto, Edições Afrontamento, volume 1, Introdução, ítem II, pp.19-27.
- 25) Marx. O Capital, Livro I, volume 2, capítulo XVII.  
———. Salário, Preço e Lucro. In: Coleção Pensadores-Marx, SP, Abril Cultural, 1978, 2ª edição, capítulo IX.
- 26) Marx. Salário, Preço e Lucro; op. cit., p. 84.
- 27) Id., ibid., p. 84.
- 28) Marx. O Capital; op. cit., p. 622.
- 29) Geras, Normas. Essência e Aparência: aspectos da análise da mercadoria em Marx. In: Sociologia - para ler os clássicos. RJ, LTC, 1977, pp. 274-277.
- 30) Marx. O Capital; op. cit., livro I, volume 1, p. 79.
- 31) Id., ibid., p. 81.
- 32) Id., ibid., p. 104.

33) Id., ibid., p. 84.

34) Id., ibid., p. 84.

35) Id., ibid., p. 84.

### O debate do Valor

#### 1 - A lei do Valor como lei das relações de troca.

O debate histórico que se desencadeou desde a publicação do primeiro volume de O Capital em 1867 produziu incontáveis trabalhos. Apreendida desde o início como o núcleo científico da obra de Marx no campo da economia, a teoria do Valor ascende a uma posição de ápice. Os partidários deveriam defendê-la como a um pavilhão - e uma razão básica é que se ficasse patente que o trabalho de Marx não é cientificamente correto no plano da economia, dificilmente seria sustentável como ciência na política, onde tal título era crucial para a condução da luta revolucionária. Os adversários do marxismo, por outro lado, deveriam lutar para demolir seu estatuto de ciência, para que pudessem persistir negando o caráter contraditório e explorador do sistema capitalista.

Nessa luta artilosa e muitas vezes sutil variados caminhos e argumentos foram usados. E não se poderia hoje dizer com Benedetto Croce (1) que esse debate apenas alternou entre a aceitação total e a repulsa total e sumária do procedimento teórico de Marx. Pelo menos desde o próprio Croce, a postura ante o debate enverga um longo arco. Desde a pura afirmação de que o valor das mercadorias é igual e determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-la - e tudo mais é pura fanfarronice reacionária - àqueles que dizem que a teoria do Valor de Marx é uma total quimera e uma falsidade científica posto que imersa em contradições lógicas irre-

mediáveis. Entre os pólos, uma variada gama.

Não poderíamos sequer tentar cumprir a leitura da totalidade desses trabalhos. Isso seria impossível, pelo menos ' em nosso país. Mas, se se observar com algum cuidado o teor geral da maior parte dos trabalhos que ganharam publicação aqui, e através destes a outros aquesão remetidas as citações (aos ' quais portanto temos um acesso apenas referencial), poderíamos perceber que existe uma significativa generalidade na qual se pode inscrever a grande maioria deles. Há uma coincidência' monumental na maior parte desses trabalhos: todos eles tomam a teoria do Valor como uma teoria dos preços relativos. Marxista, sraffiana, marginalista, as teorias do Valor devem responder ' como se estruturam em teoria os preços das mercadorias em circulação na sociedade capitalista. Respondendo negativa ou afirmativamente quanto à teoria marxista, ou quanto à sraffiana e etcoetera, esses trabalhos constituem uma problemática: a problemática do Valor que estuda a economia capitalista na perspectiva de determinar a lei de suas relações de troca.

Esta problemática geral do debate do Valor torna-se' ainda mais interessante quando se tem de admitir que, mais do que a Marx, deve-se atribuir ao austríaco Eugen Von Bohm-Bawerk, em crítica realizada num texto do século passado, a sua colocação em pauta. Em sua análise de O Capital, Bohm-Bawerk assinala uma questão que parece se alojar no momento fundamental da teoria do Valor. Diz ele que, no terceiro livro de O Capital, Marx, ao prescindir da hipótese de composições orgânicas homogêneas, que prevalecera na elaboração do primeiro e segundo livros, tem de reconhecer que os produtos não se vendem por seu valor, e sim por seus preços de produção. Essa "contradição" entre os livro I e III não é solucionada satisfatoriamente por Marx porque ao realizar a "transformação" dos valores em preços de produção ele não deduz a taxa média de lucro (que é o conceito ' que permite a ponte do valor ao preço de produção) dos preços' de custos de capital e salário, mas de seus valores. Ora, diz Bohm-Bawerk, esses custos são preços e não valores. A teoria ' de Marx apenas poderia fornecer um modelo para a lei dos preços relativos se conseguisse partir dos preços de produção dos capitais e dos salários para chegar aos preços finais.

Nesse caso, argumentam os críticos de Marx, para que serve o conceito de valor, se toda a lei se rege agora pelos 'preços de produção?

Esse é o escopo geral do histórico 'problema da transformação'. O sistema de equações que parte dos valores para chegar aos preços de produção (aqui tomados como preços relativos) tem de pressupor a taxa média de lucro, tem de determiná-la antes de se haver determinado os preços. Mas esse procedimento é logicamente indevido, porque como a taxa de lucro é uma relação que se estabelece entre preços (dos bens de capital, dos salários, das matérias-primas, etc.) ela simplesmente não pode ser determinada antes dos preços. A taxa média de lucro 'pressupõe preços, e os preços pressupõem a taxa média de lucro. O procedimento de Marx no capítulo IX do livro III teria sido, assim, logicamente incorreto. A "transformação dos valores em preços de produção" não foi demonstrada.

A "solução" formalmente correta desse problema não 'poderia ser outra que a determinação simultânea de todos os preços; custos de produção, taxa média de lucro e preços de produção. Desde Bortkiewicz, uma série de autores de inspiração marxista tentaram resolvê-lo, formulando sistemas de equações que partissem dos valores dados de mercadorias e chegando simultaneamente aos preços e à taxa geral de lucro. Enquanto 'isso, os neo-clássicos inspirados em Bohm-Bawerk assistiam prazeirosamente o fracasso de todas as tentativas.

No entanto, na década de 1960 a fortaleza marginalista começou a ruir. Neste mesmo ano Piero Sraffa publicou o seu opúsculo Produção de Mercadorias por meio de Mercadorias (2), que alterou substancialmente o quadro do debate. Enquanto marxistas e neoclássicos permaneciam armados frente a frente, Sraffa se desviava e, após um longo estudo da obra de Ricardo, "solucionava", de forma diferente, o velho "problema da transformação". Sraffa logra montar um sistema de equações em que os 'preços de produção e a taxa de lucro se armavam num conjunto 'de equações, determinando-se simultaneamente. O peculiar de seu sistema é que o padrão salarial, a relação entre salários' e lucros é determinado fora do sistema de equações, com o que se poderia afirmar que se ajustam externamente ao sistema eco-

nômico, conforme correlação de forças políticas. Haveria para os salários um mínimo de subsistência, e acima desse mínimo as coisas se decidiriam por fora do jogo puramente econômico. Estabelecendo essa hipótese, que determina a relação entre salários e lucros, Sraffa consegue de fato montar o sistema de equações que se exigia da "lei do Valor", estabelecendo todos os preços relativos, de forma logicamente correta.

No seio dessa movimentação teórica, a problemática do Valor como lei das relações de troca reforçou-se e, principalmente, teve seu quadro alterado significativamente. Por três razões. Em primeiro lugar porque recuperou a perspectiva clássica de análise econômica no contexto da teoria dos preços relativos. Apesar de Sraffa não usar em seu esquema o conceito de valor, ele utiliza o dado de produção de mercado - rias no tempo. Ora, essa perspectiva é claramente análoga à marxista e ricardiana, que se baseiam numa teoria do valor. A relação fundamental é a mesma: produção no tempo, isto é, produtividade - valor. Assim, o trabalho de Sraffa revive academicamente a teoria marxista do Valor, recobrando-lhe espaço na discussão teórica institucional.

Por outro lado, a "solução" sraffiana puxa o tapete da teoria marxista, colocando-se numa certa dianteira teórica. Pois, apesar de análoga, a sua reflexão prescinde de qualquer raciocínio em termos de valor. Não se trata mais de pensar em termos de valor para se chegar à teoria dos preços relativos. Bastam os dados técnicos de produção; capacidade produtiva em dado período de tempo, e monta-se o sistema de equações, chegando-se aos preços relativos. A "solução" do "problema da transformação" é encontrada sem o uso de nenhuma categoria fundamental da teoria marxista do valor, pelo que ela pode ter se tornado cientificamente superada. É o que conclui Claudio Napoleoni, com a sensação de que a teoria econômica marxista morreu na praia:

*"Mas, então, torna-se claro em que sentido esse ponto terminal coloca um imenso problema. De fato, ocorre que - se o problema da transformação é abordado através do desenvolvimento rigoroso da linha sugerida por Marx - esse problema, por assim dizer, se auto-destrói: pois o ponto ao qual se chega já não é uma transformação dos valores em preços, mas uma de*

*terminação dos preços independentemente dos valores."* (3)

Essa situação desencadeia um importante debate entre os marxistas e os chamados neo-ricardianos, sobre as afinidades, as diferenças e as insuficiências de ambas as teorias, debate este que não cabe reproduzir aqui.

Em terceiro lugar, o trabalho de Sraffa desencadeia uma verdadeira tempestade sobre a plácida teoria neoclássica. Sraffa inicia uma série de críticas à estrutura conceitual marginalista, e chama o seu próprio texto de "Prelúdio a uma crítica da teoria econômica". Nos desdobramentos dessa crítica, um trabalho de Pierangelo Garegnani (4) como que deu o tiro de misericórdia sobre a destrocada armadura neoclássica, demonstrando que a hipótese de composição orgânica dos capitais homogênea (hipótese que Marx abandona penetrando o espinhoso "problema da transformação") é, na verdade, um pressuposto não explícito que garante a coerência da teoria marginalista da distribuição. Mas, como em teoria a guerra ressucita onde menos se espera, convém adotar uma postura cautelosa. À medida que passa o tempo, vão sendo acionadas as baterias pesadas da matemática. E talvez seja mesmo possível que a matemática encontre a "solução" de tal problema.

Para nós, porém, o importante é que o debate sobre a teoria do Valor se alojou principalmente no interior da problemática da transformação dos valores em preços de produção. Cláudio Napoleoni, no texto citado acima, chega a agrupar como referência analítica os autores pela sua posição frente à questão da transformação. No Brasil, seguindo os passos de Napoleoni, Mario Possas chega a afirmar que "a postura frente ao chamado problema da transformação (...) é pelo menos no que diz respeito aos rumos que o debate contemporâneo assumiu, o principal divisor de águas." (5) É provável que Possas tenha razão.

x

Não interessa-nos dar ao "problema da transformação" o destaque e o exame minucioso que ele merece. Pode-se dispor de excelente material nos textos que citamos e outros a que es



ses próprios textos remetem. Mais importante aqui é apontar ' uma questão geral, mas extremamente significativa, uma vez que se situa na própria base do "problema".

Existe uma perspectiva comum que unifica essa variada gama de grupos e autores que debatem a teoria do Valor. Seja por acreditarem que a teoria marxista do Valor se destruiu' por não ter conseguido demonstrar que o valor "rege" os preços, remetendo sua importância para outras instâncias menos científicas e mais filosóficas (6); seja ao insistirem na possibilidade da solução formal da transformação a partir dos valores - enquanto já se encontram insuficiências básicas na teoria de Sraffa (7); todos esse autores manifestam uma comunhão frequentemente não explícita, mas fácil de ser detectada. Eles exigem que a teoria do Valor se constitua como uma empresa teórica capaz de formular a lei de determinação dos preços relativos. A teoria do Valor deve ser um dispositivo teórico, um sistema, que formule a lei das relações de troca, isto é, que determine as proporções em que se trocarão as mercadorias no sistema capitalista.

Para esses autores, apenas se a teoria do Valor for capaz de realizar tal empreitada continua tendo validade científica. Se não consegue determinar os preços relativos, sua proposição básica (que os valores ou preços são determinados ' pelo trabalho dispendido, ou pela utilidade, ou o que for) não pode ser afirmada, comprometendo a cientificidade de todo o sistema. A lei do Valor tem de ser antes de tudo, a lei das relações de troca. A "ciência econômica" é a ciência dos preços relativos.

Embora pareça de fato inadmissível que uma teoria do Valor possa ter validade se não é capaz de formular a lei dos' preços e determinar sua disposição relativa (para o que o cientificismo reinante nesse século contribui grandemente), existe uma hipótese fundamental que permite que qualquer teoria possa prestar-se a realizar tal façanha. Essa hipótese, comum a todas as tentativas de solução do "problema da transformação", é a mesma que vimos se situar em toda a base da Economia Política e que acabou por se tornar o núcleo de nossa reflexão: a hipótese de que o sistema econômico opera de forma concorrencial.

Somente a hipótese de concorrência plena pode eliminar a multiplicidade das taxas de lucro e permitir - por recurso a uma taxa média geral de lucro - construir o sistema dos preços relativos, tendo por fundamento qualquer determinação homogênea-tempo de trabalho, quantidades produzidas, ou a utilidade.

Reconhece-o Napoleoni:

*"É esse o problema da transformação, como foi interpretado até agora. Ele se expressa assim: formular um sistema de equações de tal natureza que, tendo como dados os valores das mercadorias e refletindo em sua estrutura as condições do regime concorrencial, determine simultaneamente a taxa de lucro e os preços."* (8) (grifo nosso)

Numa palavra, a solução de tal problema só pode se dar no contexto de equivalência plena entre os agentes econômicos. Se essa condição não for preenchida e a taxa de lucro se tornar múltipla e sobredeterminada por fatores diferentes do que apenas a proporção do capital investido, o "problema da transformação" torna-se um problema de solução impossível. Ora, um problema de solução impossível é um não-problema. Se a solução é impossível, o problema é falso.

Mario Possas, após rigoroso exercício de lógica revelando amplo domínio dos aspectos matemáticos da questão chega no limiar de afirmar pela impossibilidade de solução do "problema da transformação". Diz ele:

*"Acredito ser teoricamente adequado distinguir entre a taxa de lucro, uniforme ou não, que corresponde ao seu conceito - o do "direito" intrínseco de cada capital buscar a mesma remuneração - definida juntamente com os preços de reprodução, e a taxa de lucro tendencial, definida com os preços de produção. Esta última não tem por que ser uniforme, nem a "longo prazo". O fato mesmo de que os preços de produção não podem ser definidos como um sistema de equações simultâneas deve servir de advertência para repensar este suposto tão pouco questionado."* (9)

Possas alerta que o "processo competitivo real" impõe especificidades ao movimento do capital, desde o próprio processo de introdução de inovações tecnológicas, à centralização capitalista. Não chega a dizer, porque encerra seu trabalho, mas parece prestes a reconhecer que esse processo é na sua totalidade síntese de determinações variadas; do escritório

de contabilidade, à publicidade, passando pelo acesso ao crédito, pelo Parlamento e pelos ministérios, chegando até mesmo à filigrana de uma concorrência pública, enfim, que esse amplo e intrincado processo é o "jogo", a política do Capital, e que portanto a tentativa de montar uma teoria rigorosa dos preços' relativos é uma impossibilidade, e, por extensão, um equívoco. No último parágrafo de seu texto ele apenas assenta, de forma inapelável, a crítica ao conceito de taxa geral de lucro:

*"A supressão desta temporalidade (do processo competitivo real) equivale - empregando uma analogia física - a converter o processo competitivo capitalista em um simples fenômeno transiente, isto é, que se dirige' a um estado de equilíbrio estável durante um intervalo de tempo insignificante para os objetivos da análise; e esta nada mais é que a descrição de um processo de simples ajuste ao equilíbrio. Se este deve ser o significado da "tendência à formação da taxa média de lucro", ou o conceito de tendência está mal empregado ou a "taxa média de lucro" não passa de um resultado ex post, sem grande interesse teórico ou analítico." (10)*

O problema que Possas levanta aqui constituiu o nosso ponto de partida. A taxa média de lucro como pressuposto a uma teoria dos preços relativos torna tal teoria absurda. A Prof. Maria da Conceição Tavares, em nossa opinião, tem plena' razão em se irritar com "os economistas (que) apesar de tudo 'insistem em que o valor presente do trabalho vivo é a substância do valor, ou (que) querem converter a lei do valor num paradigma da lei dos preços relativos"(11).

O "problema da transformação", no que toca à teoria' marxista do Valor, implica na integração unívoca e sistemática entre substância e magnitude do valor, pressuposto que está exatamente em questão quando se levanta a ontologia de sua forma: exploração e fetichismo. A univocidade da relação substância/magnitude é a única condição para que o problema da transformação tenha pertinência científica. Se se concluir que tendencialmente (e isso coloca a questão da temporalidade compatível com as necessidades analíticas) as formas substância e magnitude do valor se desligam, se rompem de uma unidade positiva e adquirem um estatuto de relação dialética, a questão da transformação do valores em preços de produção desaparece do terreno da Economia Política.

A questão da relação entre substância e magnitude do valor, por outro lado, já constituiu solo da problemática de um debate que guarda grande parentesco com a problemática da "transformação", mas que, por ter características próprias, me rece uma abordagem diferenciada.

## 2 - A "crise da representação".

Na Itália, na década passada, desencadeou-se um dos mais veementes e profusos debates sobre a teoria marxista do Valor. Num texto que fez parte dessa produção teórica, do final da década, Fernando Vianello encontra, afinal, o "erro de Marx" para apresentar à atenta platéia. No emaranhado das intervenções, tenta exprimir o núcleo da crise da teoria marxista do Valor:

*"Em que consiste, pois, o erro de Marx? Em sustentar que os conceitos de "substância" e "magnitude" do valor constituem a base adequada para a análise da distribuição da renda: distribuição que depende crucialmente das relações de troca, isto é, dos preços a que se compram e se vendem as mercadorias." (12)*

A ruptura do elo (o título de seu texto é "L'anello spezzato") que une substância e magnitude do Valor, o tempo de trabalho e o preço do produto, torna impossível pensar sistematicamente as trocas numa sociedade a partir do valor.

A colocação de Vianello é, de fato, exata. Esta é a origem da difícil crise por que passa a teoria marxista desde os seus primeiros passos. No entanto, no contexto atual, essa descoberta do "erro de Marx" não avança nada. Em todo o texto, essa é a colocação básica de Vianello - colocação daquilo que já se tornara claro, como problema, desde o início deste século. A "crise da representação" é a forma como se tornou conhecida essa dificuldade fundamental.

Representação é a própria forma como Marx raciocina' para chegar ao conceito de valor; é a forma de argumentação usada por ele nas primeiras páginas de O Capital, que estudamos ao início do segundo capítulo. O valor da mercadoria ali é deduzido da relação de troca, relação esta em que uma mercadoria

se representa na outra. Onde x da mercadoria A se torna igual' a y da mercadoria B pela relação dos preços, significa (para Marx) que o valor de ambas são iguais. A mercadoria A é representação da mercadoria B.

Através dessa mútua representação é que se pode chegar ao conceito de valor como substância das mercadorias e tomá-lo, assim, como essência dos preços. Com este procedimento' Marx tenta libertar a teoria do valor da relatividade dos preços relativos, relatividade na qual havia-na capturado Bailey. Mas a dificuldade da forma representativa da fundação do conceito de valor é que a equação de troca tem de passar por um "abandono" do processo real de troca (13). No momento em que o conceito de valor se fundamenta nesse procedimento teórico, a teoria do Valor passa a depender para sua legitimidade de circunstâncias muito específicas, as circunstâncias que sustentam a forma equivalente do valor. Os preços que emergem na relação de troca não são necessariamente expressão daquilo que Marx quer' que eles "representem". Como a forma equivalente requer condições específicas para sua efetividade, o "valor" que emerge da relação de troca já não pode garantir o conhecimento do verdadeiro valor, imanente à mercadoria e definido por seu tempo de trabalho.

Sob a forma representativa o conceito de valor não ' pode reivindicar uma fundação "real", objetiva, concreta. Embora Marx jamais reconhecesse que tivesse "abandonado" o processo real de troca, pois aquele raciocínio do primeiro capítulo' apenas subentende o sistema capitalista como um fluxo incessante que acaba por conduzir à forma equivalente do valor - e, por extensão, à legitimidade do procedimento teórico representativo, a quebra da equivalência real dos capitais pela monopolização, cartelização e intervenção estatal crescentes, acabam por destruir as condições concretas que possibilitariam a validade da forma representativa do valor. O "abandono", que para Marx' era logicamente legítimo, torna-se agora problemático.

x

O primeiro trabalho marxista que assume o rompimento

do "elo" da representação foi o de Rudolf Hilferding, O Capital Financeiro, publicado pela primeira vez em 1909.

Hilferding pensava no seio da Segunda Internacional Socialista, antes da primeira guerra mundial. Como tantos outros de sua época, impressionava-se com a incessante revolução das condições de existência social e de produção provocadas pelo capitalismo que se monopolizara e, a partir daí, avançara ardentemente sobre o planeta inteiro.

Nelson Brissa Peixoto, no seu livro A Sedução da Barbárie (a quem, juntamente com Castoriadis e Lefort, devemos a lembrança da relevância do conceito de barbárie para a nossa época e para a reflexão marxista) afirma que nesse momento a impressão que as novas condições econômicas e sociais criam abalam toda a reflexão social. A realidade como um todo se "fragmenta". As coisas vêm seus vínculos rompidos. A modernidade agride a forma da reflexão clássica. Tudo teima à ordenação. Hilferding pensa a teoria marxista da economia nesse contexto.

Oligopolização cartelizada da economia. Emergência de grandes unidades financeiras capazes de manipular o fluxo de dinheiro e, assim, dos recursos econômicos. Crescimento das formas de intervenção estatal na economia e aquisição da capacidade de alterar as condições do equivalente geral, o dinheiro, pelo monopólio da emissão monetária. Nesse contexto, a forma representativa do valor, assentada sobre um raciocínio que requer a igualdade e o fluxo ininterrupto das representações (os atos de troca), já não pode ser a base da "lei do Valor". Hilferding, como quase todos, também pretende que a teoria do valor seja uma teoria das relações de troca. É o que se depreende de sua inquietude:

*"Cuando las asociaciones monopolistas eliminan la competencia, eliminan con ella el único medio con que pueden realizar una ley objetiva de precios. El precio deja de ser una magnitud determinada objetivamente; se convierte en un problema de cálculo..."* (15) (grifos nossos)

Sendo assim, o problema da teoria marxista já está em cheque:

*"La realización de la teoría marxista de la concentración, la asociación monopolista, parece convertirse así en la eliminación de la "*

*teoria marxista del valor.*" (16)

Mas Hilferding não parece disposto a descartar a teoria de Marx. Para sustentar seu escopo geral, realiza uma manobra delicada, onde inverte o procedimento de Marx, fundando o valor numa perspectiva oposta, mas reafirmando a estrutura geral da teoria original. Impossibilitado de pensar o valor a partir da representação em cada troca isolada, Hilferding parte da definição de uma massa global de produtos dada existente numa sociedade capitalista moderna. O argumento fundamental é que a universalização da produção social através de uma intrincada divisão do trabalho requer a distribuição dessa produção. Novamente aqui a questão da distribuição aparece como uma necessidade, à semelhança da forma como Marx coloca a questão do valor de troca na carta a Kugelmann (ver capítulo 5).

O problema é que na sociedade capitalista o atendimento à necessidade ontológica da distribuição da produção social se encontra ligado e dependente da forma do lucro. Agora, contudo, a nivelção da taxa de lucro se encontra obstaculizada pela concentração do capital. Sob a forma do monopólio esse processo tem um mecanismo que difere do transparente processo concorrencial com que trabalhava Marx. Hilferding está diante da eliminação da racionalidade da lei do Valor. A lei do equilíbrio ter-se-ia rompido?

Desde o início deste século, à medida do amadurecimento do capitalismo, a sociedade percebia aparecer intimamente ligadas suas imensas potencialidades às suas enormes contradições. A sociedade burguesa gerava uma sociedade florescente, com os chaminés arfando, as cidades se enchendo de luzes e olhos. Enquanto isso, o campo se transformava sob a ação da máquina que vinha da cidade. Nelson Brissac compõe um belo quadro desse momento histórico. Na emergência do novo século a sociedade capitalista desenvolvida expandia, sob a combinação de monopólios, bancos, estado e racionalidade científica. Mas, ao mesmo tempo, o capital cada vez se aproximava da possibilidade de saltar para a selvageria, agora numa extensão planetária. Os meios de destruição e os meios de avanço sobre o planeta ameaçavam proximamente tornar-se inimaginavelmente poderosos. Na iminência da redenção da miséria, o homem estava pres-

tes a embarcar na nau da irrazão. Razão ou barbárie, qual o caminho da História?

Nesse momento histórico, essa pergunta radical foi 'respondida em uníssonos, fosse qual fosse a tendência política' de onde partia. O mundo caminharia para a Razão. Seja com os 'marxistas revolucionários (Rosa, Trotsky, Lenin, etc.) afirmando que apenas o socialismo poderia tirar o homem do caminho da barbárie, seja com Rudolf Hilferding teimando em concordar que o capitalismo dos monopólios traria uma luta selvagem à lei do Valor. Naquele momento histórico, o futuro é bem mais o da Razão. Para os burgueses o futuro do Capital é, e para a esquerda o futuro é o socialismo e a Revolução Proletária. O futuro' é luminoso e racional: "vivia-se na iminência do ordenamento' de todas as instâncias da vida. Tudo seria racionalizado."(17).

O desenvolvimento do capitalismo ou a futura sociedade socialista, conforme a ideologia, iria armar o quadro do equilíbrio, da equivalência e da racionalidade da vida social. Para Trotsky haveria equilíbrio, racionalidade e "bom gosto" 'na remoção das montanhas e desvio dos rios - bastava que o homem superasse a ganância absurda do capital e substituísse-a pelo livre desejo e associação dos homens. Para Hilferding, haveria de ser o próprio capitalismo o móvel da evolução equilibrada. Como pode haver uma tendência selvagem na existência histórica do Capital, se ele é o sistema que levará o homem ao comunismo? Vivendo a duplicidade reformista da II<sup>a</sup> Internacional, Hilferding teima em se render à iminência da barbárie.

Para que o capitalismo continuasse a se reger de forma racional e segundo a lei do equilíbrio a teoria teria que ser rearranjada. O valor dos produtos cartelizados terá de corresponder ao seu valor como alíquota de tempo social de trabalho. Mesmo que não se ancore na representatividade da relação' de troca, o valor agora se impõe como fração, pela necessidade de distribuir a produção. O "preço de cartel" deverá ser, ao final, como tendência histórica, correspondente ao preço de 'produção, reproduzindo a forma do equilíbrio dinâmico da acumulação tal como descrita por Marx.

A forma como se dá essa tendência é a própria movimentação do capital financeiro, a concorrência entre os cartéis e o limite da demanda social. No desenvolvimento do capital fi



nanceiro as não-equivalências entre os diversos ramos do capital tendem agora a se dissolver numa massa incessante e "cartelizada" equivalente, que se movimenta de forma a equilibrar as taxas de lucro. O capital financeiro e o cartel são, ao final, a própria realização do conceito de capital em geral - forma pela qual, aliás, Marx pensa o equilíbrio capitalista.

*"Así se extingue en el capital financiero el caracter específico del capital. El capital aparece como poder unitario que domina soberano el proceso vital de la sociedad, como poder que nace directamente de la propiedad en los medios de producción."* (18)

Como capital geral, a síntese cartel/capital financeiro já não é mais fundadora de não-equivalências irredutíveis. Como capital geral, ele elimina a problemática da concorrência antagonista, em favor da necessidade racional de distribuição da produção. Para Hilferding, o destino histórico do capitalismo se submete à exigência de racionalidade. A racionalidade é mais forte do que a barbárie. O capital monopolista é a realização moderna da equivalência do Capital.

*"De ahí que el precio no sea el resultado de una relación objetiva, contraída por los hombres, sino un modo simplemente aritmético de la distribución de cosas por personas a las personas. El dinero no juega entonces ningún papel. Puede desaparecer por completo, pues se trata de distribución de cosas e no de valores. Con la anarquía de la producción desaparece la apariencia objetiva, desaparece la objetividad valorativa de la mercancía, esto es, el dinero. El cartel distribuye el producto."* (19)

A Economia Política estará prestes a se tornar uma "engenharia social". Com o fetichismo suprimido pela existência do papel moeda, o cartel termina por se constituir na forma social objetiva que permite superar a necessidade da regulação indireta do mercado. Rompe-se sua anarquia. O cartel não realiza a barbárie; pelo contrário, afasta o seu fantasma. Eliminado o fetichismo da mercadoria, o mercado se torna transparente. E distribui racionalmente a produção.

3 - A ilusão de Hilferding e a fuga de Rubin.

O sonho de Hilferding teve resposta histórica menos

de uma década depois: a I<sup>a</sup> Guerra Mundial, quando os cartéis, que deveriam "repartir o produto", se lançaram à mais sangrenta guerra pela redivisão dos mercados mundiais. A "racionalidade" do cartel matou, então, 20 milhões de pessoas.

Mas será que essa ilusão derivava apenas de um erro de avaliação transitório, conjuntural? Muitos dos reformistas da Segunda Internacional pensaram assim a Primeira Guerra. Na verdade isso acontece porque na estrutura teórica e ideológica desses estudiosos de Marx, a concentração do capital, em vez de ser pensada como aquilo que ela é - forma de existência do processo de luta por rompimento da equivalência entre os capitais - aparece como uma espécie de artifício, uma nova "astúcia", agora a do Capital, que equilibra a busca histórica do desequilíbrio. Tal como Kant pensara a concorrência antagonista, Hilferding (e tantos outros) encaram a sociedade capitalista como um fenômeno transiente (usando o conceito de Possas) que realiza por linhas tortas o seu direito destino histórico: racionalizar a vida humana e preparar o terreno para a sociedade comunista.

Hilferding não apenas deixa escapar entre os dedos a natureza e a história do cartel; ele não atenta para a própria substância da lei do valor sob a forma do Capital: a lei do maior-valor. Somente ignorando essa face do capital privado, o processo de monopolização poderia ser encarado como a realização histórica da racionalidade e da auto-regulação social da produção.

Contudo, essa incapacidade de captar o sentido histórico e filosófico do capitalismo e dar-lhe relevância teórica não é privilégio dos teóricos da II<sup>a</sup> Internacional. Também entre os revolucionários da III<sup>a</sup> Internacional esse sentido filosófico da questão do Valor permaneceu relegado, quando não sequer apreendido. Isaac Rubin, teórico marxista que escreveu o que ainda hoje é um dos mais importantes textos sobre a teoria do Valor, vivendo na URSS nos anos da construção inicial do socialismo, deixa também intocada essa questão fundamental.

O Ensaio sobre a Teoria Marxista do Valor, escrito nos primeiros anos da década de '20, tenta retomar o debate num plano rigoroso, tentando realizar uma recuperação concei -

tual ortodoxa, na perspectiva de vencer a "crise da representação" pela demonstração de que o movimento abstrato do capital' ainda sustenta condições pertinentes para o conceito de valor' em Marx. O passo cuidadoso, a argumentação metódica, tornaram' o Ensaio uma das leituras mais claras sobre a teoria do Valor. O rigor e fidelidade ao texto de Marx torna esse texto básico' para o estudo atual do próprio O Capital.

Em primeiro lugar, Rubín se dedica a uma recuperação da questão do fetichismo da mercadoria que, com o Capital Financeiro, havia sido negado como fenômeno relevante. Rubín demonstra que o fetichismo não se altera nem desaparece com a evolução histórica da moeda, e que é inevitável numa sociedade' em que o trabalho social se acha privatizado em unidades de ' produção independentes, ligadas apenas pelo vínculo do valor . A alienação do trabalho que o fetichismo provoca constitui a feição sociológica do estudo marxista. A coisificação das relações sociais, pelo que os homens se relacionam através de objetos; a personificação das coisas, pelo que os homens passam a viver num mundo regido por coisas. Não são mais os deuses, ou o Deus, ou qualquer outro mito que rege a vida dos homens. Agora, o lucro, o Finance Hall, o juro, a renda ou a falência, são as mercadorias e relações sociais que alcançaram o estatuto de agentes sociais.

No entanto, para Rubín, como já vimos, o fetichismo' não desempenha papel para além dos aspectos qualitativos da teoria do Valor. Tanto é assim que seu Ensaio é dividido em duas partes. A primeira estuda o fetichismo. A segunda se dedica a trabalhar a questão da magnitude do valor, o problema quantitativo da teoria. Não existe nenhuma referência à integração de ambas. Isso ocorre porque Rubín prefere se ater aos passos dados por Marx, sem avançar mais. Assim, a lei do Valor continua a ser ' expressão do mecanismo racional do capital: "la ley del valor' es la ley del equilibrio de la economía mercantil"(20).

A partir dessa definição, Rubín passa simplesmente a afirmar quais as condições para que essa lei impere e regule o processo econômico. Na verdade ele não se pergunta se de fato' isso é o que "realmente" acontece. Apenas trabalha como deve ser para que a lei do valor possa se constituir como lei do equilíbrio.

Seu trabalho é importante porque pode exatamente mostrar, através do estudo do equilíbrio, a forma como se move e o que significa a tendência ao desequilíbrio se essa for sua tendência efetiva. A compreensão clara do movimento abstrato do valor dá ao livro de Rubin a condição de cumprir essa perspectiva. Assim, demonstra com clareza que a diferença preço/valor significa apenas transferência de trabalho social, trabalho abstrato, rompendo o equilíbrio da distribuição equivalente do trabalho abstrato. Mas, ao mesmo tempo, impressiona como Rubin recua ante a discussão objetiva do sistema capitalista moderno e de suas implicações teóricas. Depois de chegar a dizer que é da própria diferença preço/valor que emerge a possibilidade de equivalência e equilíbrio - pelo que se chega à conclusão óbvia que é dessa diferença também que emerge o desequilíbrio - Rubin aborda a forma representativa do valor e define as suas condições de existência. Estas condições, reconhece ele, são a "igualdade dos produtores". A equivalência do valor requer sempre a igualdade dos produtores. E não pode apenas ser igualdade formal, jurídica, a igualdade burguesa. Há de ser igualdade material, concreta.

Trata-se da mesma condição que vimos emergir desde Smith e Kant: a igualdade dos produtores é a forma para se assentar sobre o mecanismo concorrencial a forma equivalente do Valor.

A partir desse pressuposto - pois ele não é debatido a nível da realidade econômica - Rubin passa a reconstruir cuidadosamente a teoria de Marx, o jogo dos conceitos, sua dialética racional. Afasta os obstáculos erguidos contra as definições de Marx; elimina os aspectos fisiológicos do conceito de trabalho abstrato. Reconstrói a explicação para a relação entre trabalho qualificado e trabalho simples, sem o ranço fisiologista - que é a única forma de garantir a coerência da teoria do Valor. Levanta a importância da questão da necessidade social, revelando como ela irá determinar os níveis sociais de produção, sem alterar a forma equivalente do valor. Por fim, aborda a relação entre valor e preço de produção, revelando que a diferença entre preço e valor significa a transferência social de mais-valia - colocação que é fundamental para o desen-

volvimento da teoria do Valor sob a forma da não-equivalência.

Porém, para além da elegante esfera abstrata, o texto de Rubin não "desce" à realidade turbulenta de seu tempo. Ora, como adaptar a teoria do valor à desigualdade óbvia dos produtores dada pela monopolização? O que Hilferding tomara como objeto de análise como realidade transformada do capitalismo contemporâneo, Rubin simplesmente ignora. Na verdade, a questão do monopólio sequer aparece em seu texto, tanto em seu aspecto teórico como histórico. A lei do Valor continua como tendência "transiente" ao equilíbrio, mesmo que sua base material tenha se alterado - o que evidentemente é um absurdo de uma perspectiva marxista.

O Ensaio sobre a Teoria Marxista do Valor é hoje uma das obras imprescindíveis para a compreensão da teoria de Marx. Dá-lhe coerência, estrutura a trama dos conceitos de forma impecável. Abre-lhe espaços alternativos, como o estudo do fetichismo como face sociológica da teoria do Valor. Mas, ontem, quando nasceu, ignorou o resultado histórico de seu tempo e a turbulência em que esse resultado se constituía. A qualidade 'abstrata' acha-se prejudicada pela alienação histórica. A teoria do Valor seguia o caminho de sua esterilização crítica.

Na verdade, definindo a lei do Valor como "lei do equilíbrio da sociedade capitalista", Rubin relega a pergunta 'mais importante desde a emergência concreta do monopolismo: a lei da sociedade capitalista é a lei do equilíbrio?'

Essa foi a fuga de Rubin.

4 - A "acumulação socialista primitiva": forma de não-equivalência.

Eugenio Preobrajensky, quando escreve A Nova Econômi-ca e a publica em 1924 em Moscou, tem perspectiva distinta da de Rubin. Seu trabalho tinha a deliberada intenção de intervir no problema econômico e político objetivo que vivia a construção socialista na União Soviética. A Nova Econômi-ca pretende 'definir a lei de existência social na transição socialista em relação à lei do Valor.

Toda a dificuldade material dessa transição radicava

no quadro econômico e político da época. A Revolução de Outubro colocara no poder, sobre uma das maiores nações do planeta, um partido político vinculado radicalmente à proposta marxista. O Partido Bolchevique não terá mais por tarefa apenas o estudo da teoria marxista e de sua difusão política. Agora, cabe governar. Não mais se trata de pensar a sociedade capitalista, encontrar sua lei e realizar sua crítica, mas dirigir a construção socialista, saber sua lei, suas necessidades e formas específicas. Trata-se de enfrentar o seu problema.

A questão geral radicava sobre o seguinte problema. A revolução socialista tinha se realizado numa sociedade economicamente atrasada, com traços feudais ainda veementes. A indústria era precária, atrasada, diminuta. E, mais grave ainda, a revolução levava os bolcheviques ao comando de uma nação profundamente destruída pela guerra, externa e civil. Duplamente destruída, a Rússia vê emergir o poder bolchevique, que, além de comandar uma nação dividida e um povo miserável, deve realizar seu magnífico projeto histórico: construir uma sociedade 'comunista, isto é, produzir riqueza com igualdade.

No entanto, nenhum desses dois objetivos pode ser atingido sequer a médio prazo. A estrutura industrial que restara de pé servia às necessidades imperiosas da guerra. No campo a luta pela propriedade da terra arruinara parte da produção agrícola. Os camponeses que alcançaram a posse da terra estavam ainda despreparados para a produção moderna.

Mas, mesmo que estivessem preparados, mesmo que detivessem instrumentos e conhecimentos suficientes, o problema radicava em que não teriam estímulos mercantis que os movesse. A cidade, a indústria, e portanto os bolcheviques e o Exército 'Vermelho não tinham mercadorias para lhes dar em troca. Não tinham valor de uso ou de troca para oferecer aos camponeses em contrapartida aos seus produtos. Todo o produto que saía das cidades eram armas, munições, reposições para as estradas de ferro, vestimentas para os combatentes. A cidade não dispunha 'de valor para trocar com o campo.

Nestas circunstâncias, a necessidade de distribuição equilibrada da produção se via especialmente problemática, sob a forma do valor. O "comunismo de guerra" solucionou este problema como um problema de guerra: suprimiu o mercado na relação

com o campo. Os camponeses foram obrigados a entregar todo seu excedente para os comissários do novo governo. Como o governo não tinha nada para dar em troca, tratava-se evidentemente de confisco. Lenin chegou a reconhecer que, por vezes, parte do seu mínimo necessário foi requisitado. O campo fora novamente chamado a desempenhar sua missão histórica: oferecer à cidade a possibilidade de desempenhar seu papel civilizador.

Finda a guerra civil, porém, tal método de 'baptação' da produção agrícola não poderia resistir. Na verdade, a quebra da lei do valor - em sua necessidade ontológica - com recurso ao fuzil resultara desastrosa. A produção agrícola excedente praticamente desaparecera. Sob a brutalidade de uma não-equivalência radical, os camponeses recusaram-se a produzir mais do que o estritamente necessário às suas famílias. Desde o simples ocultamento da produção até a recusa em modernizarem os métodos de cultivo, os camponeses se negavam ao sacrifício absoluto. A extorsão da produção agrícola levava fome à extensão do território soviético. Era preciso ter algo em troca para dar ao camponês. E, se não houvesse equivalente para dar em troca, era preciso simular equivalência. Este era exatamente o núcleo do problema após a guerra civil.

A dificuldade básica persistia de pé. Para os marxistas é impossível a realização do socialismo sem uma industrialização desenvolvida; a acumulação de meios de produção que o capitalismo não realizara deveria então ser obtida pelo socialismo. Contudo, a formação de um parque industrial exigia que praticamente a totalidade da produção disponível das fábricas fosse canalizada para a produção de mais maquinarias. E, para fazerem-no, as fábricas requeriam receber matérias-primas, alimentos para seus operários, lã e algodão para vesti-los. Ora, essa produção vem do campo - e, por outro lado, a indústria tem de dedicar a maior parte de seu trabalho a si mesma, não podendo oferecer muito em troca dessa produção agrícola. Numa palavra, persistia a necessidade de manter trocas não-equivalentes com o campo.

Publicada em 1924, A Nova Economica tenta responder' cientificamente a tais problemas. A partir do princípio metodo lógico de Marx de que as formas históricas de existência social sempre guardam uma analogia ontológica, Preobrajensky procura' analisar as necessidades concretas da economia soviética, e sua relação com a lei do Valor. A "acumulação socialista primi tiva" é a forma como ele nomeia essa forma particular de exis tência, transportando uma analogia com a acumulação primitiva' do capital, processo que estudamos superficialmente no capítu- lo passado.

Tendo por pano de fundo necessidades determinadas de distribuição, a peculiaridade de seu momento histórico era que na Rússia revolucionária tal distribuição tem de ser feita "con- tra" a lei do Valor, no sentido de negar sua forma equivalente. Preobrajensky em nenhum momento escamoteia que a indústria so- viética deveria receber do campo mais trabalho do que poderia' dar-lhe em troca. Apenas depois de acumular-se a si mesma, po- deria a indústria socialista distribuir equivalentemente com toda a sociedade o fruto de sua produção. No primeiro momento a indústria estatal deveria receber trabalho de toda a socie- e sequer escassamente poderia dar em troca. Essa a lei da acu- mulação socialista primitiva.

Coerente com a NEP (Nova Política Econômica) assumi- da pelo Partido Bolchevique, Preobrajensky sabe que agora essa transferência de trabalho social tem de se realizar sob a for- ma do valor, uma vez que a NEP retoma a forma mercantil das a- tividades econômicas. Para ele, a economia de fato deve passar pelo mercado, mas o mercado deve estar orientado para o atendi- mento das necessidades prioritárias do setor estatizado. O que é crucial aqui é que o autor soviético reconhece que essa for- ma mercantil que prioriza o setor estatal passa por negar a lei do Valor. A transferência de trabalho social para os seto- res priorizados, como não pode ser feita pela extorsão pura do "comunismo de guerra", deve se realizar através de sucessivas' trocas não-equivalentes. Recebendo um valor menor em troca de seu produto, o campo não pode comandar no mercado igual volume de trabalho abstrato (volume igual ao que forneceu). Esse tra- balho excedente que fica em mãos do setor estatal pode ser acu



mulado nas próprias estruturas, desenvolvendo acentuadamente a sua capacidade interna.

A forma de implementação dessa específica "lei do Valor", Preobrajensky também indica com suficiente clareza. Sobrevalorização dos produtos do setor estatal destinados ao consumo camponês; manipulação do crédito através do setor bancário - que tinha sido estatizado totalmente; articulação de políticas tarifárias coordenadas segundo o objetivo definido; controle do comércio externo para os mesmos fins. Todas essas políticas poderiam reduzir o volume de produção que o setor estatal teria que entregar ao setor camponês da economia, um volume de produção menor em relação ao recebido dele. Ora, conclui ele, o que possibilita objetivamente a articulação dessas transferências de trabalho social?

*"Uma tal política é possível porque a economia estatal do proletariado nasce historicamente a partir do capitalismo monopolista." (21)*

Numa palavra, a extensão do monopolismo pode sempre ser a reprodução da não-equivalência.

O desdobramento histórico do debate no qual o livro de Preobrajensky se insere é muito interessante, e pode ser encontrado na excelente apresentação feita por Leôncio Martins Rodrigues à sua edição brasileira. Mas o teor geral do debate pode ser apreendido de um comentário que um crítico de sua teoria hipoteticamente fez a ele mesmo, segundo afirma (p.43). Esse crítico objeta-lhe: "por que falar de uma lei da acumulação socialista? O governo soviético, dentro de certos limites, acumulará quando decidir acumular". Em outras palavras, para que se revelar uma lei que coloca a descoberto a forma não-equivalente da transição socialista, para que realizar sua elucidação científica, se basta fazer assim, simplesmente?

Bukhárin, que tinha mais respeito pelos compromissos científicos do marxismo, preferiu criticar a ciência de Preobrajensky. Principiou por acusar-lhe de tratar o proletariado industrial como 'explorador do camponês'. E, diante da repugnância que essa realidade lhe causava, procurará encontrar uma forma de manter a forma equivalente das trocas na economia socialista - e para tal recorrerá ao desenvolvimento crescente do livre mercado!

Stálin, mais realista e pragmático que ambos, procederá exatamente como caminhara a sugestão geral de Preobrajensky sem reconhecê-lo - o que até permite pensar-se que aquele crítico bem poderia ser o próprio Stálin. E, depois de exigir-lhe sucessivas retratações, onde reconhecesse seus absurdos "erros teóricos", provavelmente terminou por matar-lhe. Daí pôs fim à discussão sobre a lei do Valor na economia socialista.

x

A tese de Preobrajensky é absolutamente correta do ponto de vista científico por um motivo: porque compreendeu a natureza essencial da questão do Valor sem ceder ao fetiche do mercado - o fetiche da equivalência. Mas o mais interessante é que as principais formas de implementação da acumulação socialista primitiva, quais sejam, a manipulação do crédito e da estrutura tarifária, a sobrevalorização nos setores monopolizados são exatamente as formas utilizadas pela acumulação capitalista moderna, a acumulação monopolista, mesmo nos países mais desenvolvidos.

É curioso que Preobrajensky chega a afirmar o seguinte:

*"A lei fundamental da acumulação socialista primitiva aparece como motor principal de toda a economia estatal soviética. Mas é provável que esta lei possua uma significação universal, com exceção talvez para os países que chegarão em último lugar à forma econômica socialista." (22)*

Apesar de pensar a acumulação socialista primitiva "universal", ele não chega a dizer que essa lei também é universal ao sistema capitalista. Sua analogia tem validade apenas para com a acumulação primitiva do capital. Para ele, a lei do capital não é também a lei da não-equivalência. E, contudo, talvez tenha sido ele aquele que escreveu as páginas mais claras sobre o significado da monopolização sobre a lei do Valor na sociedade capitalista.

*"Com o desenvolvimento das tendências monopolistas do capitalismo termina o período ideal da livre concorrência burguesa. (...) A limitação da liberdade conduz igualmente à limitação da ação da lei do valor, ao fato*

de esta lei encontrar uma série de obstáculos para sua manifestação, sendo em parte substituída por aquela forma de organização da produção e distribuição que o capitalismo pode chegar sem deixar de ser capitalismo. (...) os preços afastam-se sistematicamente do valor. (...) Consequentemente, é importante observar que a necessidade econômica se impõe então, em grande parte, de um modo diferente do que ocorreria sob a lei do valor; consequentemente, a economia política inicia um novo capítulo quando analisa essas formas, na medida em que começa a transformação da própria noção de "lei" com que se lida no regime de concorrência." (23) (grifo nosso)

Essa duas páginas constituem um avanço notável frente à análise que Rubín ou Hilferding faziam naquele mesmo tempo. A última colocação é uma sugestão que tentamos seguir radicalmente. Porém, sem dúvida, Preobrajensky não caminha na análise do significado teórico que a "transformação da própria noção de lei" comportaria. Ele não chega a dizer o que já poderia ser dito naquele momento, ou seja, que a realização da "lei do valor" no sistema capitalista se constitui histórica e essencialmente em negação da equivalência, que a monopolização não é senão expressão dessa tendência interna da sociedade mercantil. O grande Preobrajensky chega no limiar de dizer que a lei do Capital se tornou e é lei de não-equivalência, que não apenas o socialismo primitivo o é, e que certamente o monopolismo assumiria compromissos crescentemente deturpados da forma equivalente. Mas não o diz - o que, pelo menos, nos deu a chance de escrever um livro.

##### 5 - Da "crise da representação" ao fantasma de Bailey.

O debate sobre a teoria do Valor retraiu-se significativamente a partir dos anos trinta. Sua natureza problemática, principalmente quando os marxistas já tomam contato com o poder e a necessidade de governar coadunava pouco com uma perspectiva crítica, a necessidade de cobrir de véus se sobrepunha à de desvelar. O problema do Valor, como temos visto, remete de chofer à natureza política e "real" do sistema econômico. De fato, no clima cientificista da primeira metade do século tor-

nara-se crucial à economia marxista afirmar o caráter "correto e exato" das análises de Marx. A teoria do Valor se tomara uma espécie de guardiã epistemológica da filosofia política marxista.

De tal forma se armou em defesa a economia marxista, que o debate renasceu entre aqueles que estudavam Ricardo. Contudo, a retomada neo-ricardiana pendeu fortemente para o terreno da lei do Valor como lei ou teoria dos preços relativos. A uma teoria do Valor competia dar cabo das relações de preços que se estabelecerão entre os produtos, dadas as condições técnicas de produção. A face política do Valor permaneceu ignorada, desde Preobrajensky.

Nos últimos anos, porém, uma linha diferente de críticas emergiram no cenário da filosofia européia, derivadas da filosofia política, com os trabalhos de Castoriadis, Claude Lefort, Gilles Deleuze ou Felix Guattari. Essa perspectiva crítica consistiu substancialmente numa retomada da "crise da representação". No Brasil esse debate teve eco na publicação de dois trabalhos: a tese do Prof. João Carlos Brum Torres, Valor e Forma do Valor (24), e no texto de Castoriadis, De Marx a Aristóteles (...), que já citamos algumas vezes.

Como se trata de uma linha de críticas peculiarmente importantes no contexto do turbilhão de críticas que o marxismo recebe em todo o mundo, constituindo uma nova problemática, daremo-lhes alguma atenção.

x

O Prof. Torres procura indicar, com meridiana clareza, a localização exata da "equivocidade" marxista. Para ele, o núcleo do problema radica sobre o próprio conceito de valor. Torres aponta que, no primeiro capítulo de O Capital, a forma como Marx argumenta padece de uma antinomia radical e insuperável. Essa contradição aparece no momento da passagem da análise da estrutura real do processo de troca à recuperação conceitual desse processo. O problema apontado é o mesmo: quando Marx formula o conceito de valor na forma representativa de uma mercadoria sobre a outra, tem de prescindir do processo

concreto de trocas. Assim, quando vai do valor (conceito) às trocas reais, sua teoria se rompe, se torna "contraditória". E, quando retorna das trocas concretas ao conceito de valor, seu pensamento é ilegítimo. Assim, para o Prof. Torres, Marx teria forjado instrumentos inadequados à compreensão das trocas, por que seu conceito não corresponde positivamente à forma geral das trocas.

O argumento da inviabilidade do conceito é o seguinte. A fundação do conceito de valor na forma de uma relação equacionada requer a condição do equilíbrio. Mas essa condição não se verifica no processo real, pois as trocas não são efetivamente equilibradas (e Torres encontra algumas citações em que Marx reconhece esse fato). Esse o núcleo dos argumentos contra a teoria marxista do Valor. Permitamos ao próprio Prof. Torres que sintetize os quatro passos fundamentais de seu raciocínio:

- 1) *deve-se supor o equilíbrio para poder pensar a adequação do fenômeno - a troca - a seu conceito;*
- 2) *é esse equilíbrio suposto, isto é, produzido pela especulação, que se supõe seja a forma normal, adequada do fenômeno;*
- 3) *no entanto, as trocas reais nunca são equilibradas;*
- 4) *logo, o fenômeno nunca tem sua forma normal e consequentemente, nunca é adequado a seu conceito."* (25) (grifos de Torres)

Esses quatro passos apresentados pelo próprio autor de Valor e Forma do Valor contêm dois equívocos básicos, que comprometem toda a capacidade de compreensão da extensão e da dimensão da teoria de Marx. Mas antes que apontemos tais equívocos, desviemos ligeiramente a discussão para apresentar a crítica realizada por Castoriadis aos conceitos da teoria do Valor, apresentada na primeira parte de seu texto "De Marx a Aristóteles".

x

A formulação apresentada na tese Valor e Forma do Valor é análoga à que aparece na primeira parte do texto de Castoriadis, no momento em que tenta realizar a crítica dos conceitos que aparelham a teoria de Marx.

Antes, uma importante observação. Nossa análise do texto de Castoriadis percebeu que sua crítica à teoria do Valor se desdobra e tem dois objetos distintos. Em primeiro lugar, Castoriadis realiza a crítica dos conceitos da teoria do Valor, à semelhança do Prof. Torres. A seguir procede à análise dos fundamentos da ontologia que ancora o pensamento filosófico de Marx, e o aparecimento de contradições no interior de suas exigências filosóficas. Nós separamos ambas as críticas, numa manobra perigosa e talvez ilegítima. Mas, tanto quanto pudemos entender, a crítica aos conceitos conforma uma problemática distinta da crítica ontológica, quando uma prescinde da outra. Enquanto a crítica aos conceitos carece de originalidade (não é senão uma versão modernizada da mesma crítica realizada por Bohm-Bawerk), a crítica à ontologia marxista nos pareceu fecunda, pertinente, merecedora de um estudo mais aprofundado. Neste quarto capítulo trabalhamos apenas a questão dos conceitos. Encerraremos a tese (quinto capítulo) levantando a questão ontológica (26).

Analisando o conceito de tempo de trabalho socialmente necessário, que corresponde ao próprio conceito de valor, Castoriadis refuta exatamente a sua capacidade de corresponder à efetividade dos fenômenos econômicos "reais". Depois de analisar a formulação do conceito, diz ele:

*"Em suma, quando uma parte das condições de validade da "lei do valor" é dada sob a forma da concorrência, etc., estamos no seio da produção capitalista desenvolvida, que implica ipso facto trocas não de acordo' com "valores", mas de acordo com "preços de produção". E quando a troca ainda não está subsumida sob as leis do capital e da igualação da taxa de lucros - isto é, sob a produção simples - não é possível definir um "tempo de trabalho socialmente necessário" médio, porque a mediação essencial para a dominação efetiva de um tempo médio, a "concorrência" de tipo capitalista, não está presente. Quando, portanto, é válida a "lei do valor-trabalho"? Num sentido, nunca, sob nenhuma gama de condições sociais e históricas que existam de fato ou que sejam construíveis de uma maneira coerente. Noutra sentido, sempre, no passado, presente e futuro. Porque ela é uma consequência da posição dessa Substância, Trabalho, que ali está do começo ao fim da história humana e é cristalizada em todos os produtos."*  
(27) (grifos de Castoriadis)

Enquanto essa última afirmação visa criticar a ontologia marxista, a primeira sugere uma crítica semelhante à de Torres bem como à de Bohm-Bawerk. O núcleo da crítica teórica' recorre à já envelhecida afirmação de que no sistema capitalista as mercadorias seriam vendidas por seus preços de produção' e não por seus valores. Por outro lado, argumenta Castoriadis, apenas sob "as mais delirantes hipóteses" da concorrência neoclássica pode-se encontrar uma situação em que o conceito de valor (tempo socialmente necessário) corresponderá plenamente' ao objeto que pretende explicar. Como essas hipóteses não são plausíveis, o conceito não obtém correspondência positiva com o processo real.

O que tanto Castoriadis como Torres exigem é que uma teoria que se proponha a dar conta dos fenômenos da sociedade' capitalista deve apresentar conceitos que correspondam plenamente à realidade dos fenômenos. O conceito tem de ser "igual" à sua expressão "real". Castoriadis, alerta Ruy Fausto, "se detém na antinomia. (...)Se em lugar de questionar a "antinômica" de Marx, baseando-se na lógica tradicional, que ele (Castoriadis) utiliza ingenuamente como leis da razão imediatamente evidentes, ele tivesse duvidado um momento da validade dessa lógica e tivesse suposto que um pensamento que aparecia então como dialético pode ser rigoroso não ainda que contraditório, mas porque contraditório, Castoriadis teria atingido o objetivo e "acabado" a sua crítica."(28)

É curioso que no mesmo Carrefours du Labyrinthe Castoriadis se dedique a criticar a "lógica identitária" do pensamento ocidental. Contra Marx ele torna a exigí-la, como tantos já o fizeram. Mas o mais importante aqui é observar que tanto' a concepção que ele (e Torres) apresenta do mecanismo real da sociedade capitalista, quanto da ciência que deve lê-lo, é incompatível com a pretensão de construir um conceito que sempre e em todas as condições "corresponda", identifique o movimento "real". Se as condições de equilíbrio não existem, no que concordam eles, nenhum conceito poderá ser construído nas bases' da identidadee conceito/fenômeno. Por essa razão, enquanto Castoriadis continua sua crítica à teoria do Valor debatendo a definição exata do tempo socialmente necessário quando há empre-

sas mais e menos produtivas - o que os marxistas se satisfazem (quando não se dobram às exigências da lógica identitária) resolvendo com uma ponderada média ponderada - deixa intocado o problema de se recolocar em novos pés a teoria da sociedade capitalista, já que a de Marx já não serve. O valor, na sua efetividade continua sem resposta - a não ser que eles dêem crédito à teoria neo-clássica, o que é difícil. Essa questão talvez só possa ser respondida a nível da "intenção" de Castoriadis, de seus objetivos ideológicos de contraposição a Marx. Trata-se de uma contradição grave demais para um pensador de seu porte.

Depois de criticar totalmente a possibilidade da teoria do Valor instrumentar uma leitura da lei capitalista, Castoriadis deixa essa questão vazia, mas não chega a afirmar que nenhuma lei o rege. Mais ingênuo talvez, o Prof. Torres segue' reto na concepção que deriva da crítica em que ambos embarcam; coerente, até ao final, haverá de afirmar pela ausência da lei, numa tautologia absolutamente primária:

*"Referida ao processo de reprodução econômica da sociedade, esta idéia (sua tese) se especifica, implicando em que o problema econômico' elementar - isto é, o processo de compatibilização e integração dos múltiplos processos de trabalho - passe a ser considerado como um movimento permanente e sem outras determinações que as resultantes de seu próprio evolover." (29) (grifo nosso)*

Castoriadis estanca na exigência positivista. Torres, da exigência positivista passa à negação da ciência e conclui' pela indeterminação social. A sociedade capitalista não tem lei, não tem rumo, nem necessidades e formas definidas. Sua lei é sua própria lei - é tudo o que tem a dizer o Prof. Torres sobre a lei do Capital.

x

Este equívoco tem raízes em dois erros, cometidos na aquela pequena série de quatro itens com que resume o núcleo de sua tese. O primeiro se encontra na primeira afirmativa. Nessa proposição Torres propõe que para se pensar o fenômeno adequado ao seu conceito é necessário supor o equilíbrio. Até aí correto; o problema surge não pelo que enuncia, mas pelo que'



não diz, mas que está embutido em seu pensamento e constitui o núcleo de sua exigência positivista: para ele, a presença do desequilíbrio impede que o fenômeno seja pensado através do conceito. Esta é também a origem das críticas de Castoriadis(30).

A origem desse equívoco radica em dois planos. Em primeiro lugar, ao tomar a equação de troca - com que Marx apenas se aproxima do conceito - como o fundamento e forma imprescindível desse conceito. Torres assim descarta totalmente a possibilidade de se compreender a natureza das trocas não-equivalentes a partir do conceito de valor na forma do equivalente. Ele ignora ou nega a sugestão de Marx (que apresentaremos no capítulo seguinte) de que é preciso pensar-se primeiro o equilíbrio para se poder chegar à compreensão do desequilíbrio. Num segundo plano, é a própria concepção de ciência que embasa a afirmação de Torres. Para ele ciência deverá ser o pensamento que explicita e define no conceito, e não através do conceito. Assim, a emergência de fenômenos que negam a forma básica do conceito, a emergência de formas diferentes do conceito implicam na eliminação da estrutura científica armada em torno da igualdade do conceito.

O segundo erro (no qual não incorre Castoriadis) aparece na terceira tese, sua afirmação fundamental: "as trocas nunca são equilibradas". Ora, essa tese é tão especulativa quanto à que afirma sempre o equilíbrio. Certamente o Professor nunca se deparou com séries históricas de preços, que frequentemente traduzem grande regularidade. Essa tese, por outro lado, é a que joga-o nos braços da indeterminação racial da economia capitalista.

Pode-se dizer, diante disso, que o trabalho de Torres tem um precursor no âmbito da economia clássica. Trata-se de Bailey, que afirmara a insuperabilidade científica da relatividade do valor, e que é exatamente o adversário oculto que Marx procurara eliminar no primeiro capítulo de O Capital.

De fato, Marx malogra diante de sua tentativa de eliminar o relativismo do valor justamente porque na sociedade capitalista equilíbrio e desequilíbrio se integram dialeticamente. A tendência para o equilíbrio surge do movimento capitalista. Nesse movimento nega-se o equilíbrio, rompe-se a estrutura

equivalente da reprodução ampliada do capital. No jogo do capital o valor poderá tender para uma forma equilibrada de não-equivalência - o que torna a teoria do Valor profundamente problemática. Mas a efetividade-valor das trocas não é condição 'imprescindível para que a teoria possa ser utilizada no estudo da sociedade capitalista, desde que o conceito possa "movimentar-se" ao fenômeno. Isto é, desde que o preço possa ser pensado na diferença do valor. Mas, para isso é preciso absorver o pensamento "antinômico", é preciso tentar compreender essa relação dialeticamente.

É verdade que o rompimento da forma equivalente do valor torna o estudo da sociedade capitalista profundamente 'problemático, necessitando recorrer sistematicamente a um detalhado estudo empírico da concorrência - porque na sociedade capitalista a concorrência define a forma concreta do valor. Esse e outros obstáculos (como a presença do movimento político do capital) torna uma teoria rigorosa - tal como a desejam os positivistas - problemática, talvez impossível. Mas nenhuma 'teoria até agora foi capaz de remediá-lo, e a razão é simples. É a própria sociedade capitalista que é problemática. Uma teoria que pretendesse dar conta plenamente de todas as trocas 'mercantis que se processam nessa sociedade seria mais talvez 'que um enigma; seria uma monstruosa construção lógica, mas verdadeiramente um engodo, por mais honesta que se pretenda.

Trágico destino de uma tese que se propõe trabalhar 'a partir de uma "filosofia da diferença" (31). A ciência contemporânea sistematicamente se depara com a "realidade" que não 'corresponde ao conceito que a busca compreender. Frequentemente a realidade escapa do conceito. Por essa razão é que os conceitos não devem se confundir com a "realidade"; são tentativas de aproximação "por meio do pensamento" sobre o "real".

O Capital não é a teoria do Valor, nem a teoria do capitalismo nas suas formas mais concretas de existência. O Capital é a forma como Marx estrutura sua forma normal, racional, que é uma possibilidade que tem necessidades ontológicas. Apenas não se pode confundir tendência com efetividade, negação 'de efetividade com negação de tendência e, portanto, impossibilidade de um conceito tendencial. O capital tem leis, e é absurdo negá-lo.

6 - Da lei do Valor à lei do Capital: um projeto.

A lei do Capital sob a forma de não-equivalência; este o trabalho que deveria prosseguir a colocação de nossos problemas. No Brasil, alguns trabalhos assentaram alguns primeiros elementos nessa direção, mesmo que não tenham de forma alguma formulado a questão da não-equivalência. A tese de doutorado do Professor Belluzzo (32) procura com elegante rigor assentar a estrutura dos conceitos para a análise do capital como processo de valorização - o que é o primeiro passo para a compreensão da não-equivalência como forma do valor. Eginardo Pires (33) acrescentou elementos importantes ao debate em curso, alguns dos quais utilizamos referencialmente.

Mas o trabalho que efetivamente se aproxima da perspectiva que adotamos ao considerar o valor na sua forma de não equivalência é um capítulo da tese de Livre-docência da Professora Maria da Conceição Tavares, intitulado "O movimento geral do Capital - um contraponto à visão da auto-regulação da produção capitalista". Esse texto, que reúne passagens brilhantes, procura encarar de frente o que a Professora chama de "explosão do Sol", isto é, o rompimento das condições concretas da equivalência generalizada na movimentação do capital.

Seu primeiro passo é tentar definir a natureza do capital: "uma contradição em processo", palavras que Marx deixou escritas nos Grundrisse. Uma contradição que se move sobre a natureza contraditória da forma do valor. Assim, para ela, os "erros" que Marx teria cometido (vimos algumas dessas críticas) não foram enganos ou equívocos de seu texto, mas "questões obscuras", problemas difíceis de se dar resposta completa:

*"E como tal devem ser encaradas, como sinais de ruptura, não apenas do texto, mas da categoria - capital - que o autor (Marx) está querendo totalizar e não se deixa facilmente dominar, mesmo pelo seu método de análise." (34)*

Problemático é o problema do capital, mais do que o texto de Marx. Assim, as análises recentes do texto de O Capital têm cometido alguns equívocos que Maria da Conceição passa a identificar.

Em primeiro lugar, diz ela, não se pode pensar o lu-

cro, ou a mais-valia, como um resíduo que o processo de produção deixa nas mãos do capitalista. O lucro capitalista deriva' de um processo de movimentação geral do capital, sua valorização. Da mesma maneira não se poderá pensar o lucro como mais-valia produzida na "órbita da produção" e realizada na "órbita da circulação". Esse esquema teórico chegaria ao absurdo de pensar que a "mais-valia" primeiro é gerada, depois "convertida" em "lucro".

*"A separação entre a órbita da produção - onde se "gera a mais-valia" - e a órbita da circulação de mercadorias - o "mercado", onde se realiza a mais-valia e a órbita da circulação do capital-dinheiro - onde o capital se converte em sua forma mais "aparente" - são separações muito perigosas, que só podem ser feitas com intuitos analíticos claros." (35)*

O processo capitalista produz mais-valia num fluxo' contínuo de trocas, de mercadorias e capital-dinheiro, de tal forma que o lucro só aparece de forma concreta no interior desse processo. Ligado à valorização em dinheiro e dependente de sua natureza como valor de uso e como capital, o lucro expressa a posição particular do capital no movimento geral da reprodução ampliada do capital.

Essa dificuldade, que impede a perfeita equivalência entre mais-valia e lucro, sugere a impossibilidade de se pensar o movimento real do sistema capitalista na forma exata do texto de Marx. Trata-se de uma interposição lógica. Mas, por 'outro lado, Maria da Conceição concorda em que são as próprias condições concretas do desenvolvimento da produção capitalista mundial que rompem as condições da forma equivalente do Valor.

*"A lei de valorização do capital produz inexoravelmente a destruição interna dos próprios mecanismos de conexão entre a valorização do capital na produção e seu movimento global de valorização. Os preços de 'produção tendem a se afastar do valor-trabalho." (36)*

Mais adiante a ênfase cresce:

*"Os preços relativos não se movem segundo nenhuma lei natural; os rendimentos decrescentes da terra ou dos recursos naturais não funcionam; tão pouco se movem pela "lei do valor" (entendida como lei de preços relativos); movem-se pela lei de "valorização" do capital em seu movimento*

*geral de concorrência no mercado internacional." (37)*

O preço das mercadorias que são negociadas mundialmente tende a ser unificado pelo poder concorrencial do capital internacionalizado. O movimento do capital agora limita a equivalência nas taxas de lucro aos "blocos de capital", ao mesmo tempo que "aguça o caráter desigual das condições sociais de produção, e, por implicação, torna desiguais as condições de rentabilidade média do capital produtivo nas distintas regiões". Essa organização que deriva desde as próprias condições técnicas de produção, isto é, dos valores de uso que mobiliza cada capital particular, torna a taxa de lucro e mesmo as taxas de salário atravessadas pela política, não tendendo à igualação, senão em espaços históricos tão largos que servem pouco à análise do movimento concreto do capital.

A "perda da medida", que é a dificuldade que atravessa a reflexão marxista no início do século XX segundo Nelson Peixoto, retorna agora a partir de outras causas:

*"A apropriação do trabalho alheio sobre o qual se funda a riqueza atual aparece como uma base miserável comparada com este fundamento recém-desenvolvido criado pela grande indústria mesma. Tão pronto como o trabalho em sua forma imediata cessar de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, tem de deixar de ser, a sua medida." (38)*

Essa citação de Marx (Grundrisse) serve plenamente às considerações da Professora. O capital, que armou-se de dois pilares para caminhar, o trabalho vivo e o dinheiro, acaba por negar sua forma fundamental, o trabalho, e a apoiar-se sobre o dinheiro, e lutar para que se valorize a si mesmo, "só para verificar que este também se desvaloriza", até quebrar. Cada vez mais o valor (em dinheiro) que entra no processo produtivo diminui. O capital financeiro fictício se torna ativo - embora ao mesmo tempo passivo, porque não produz. Na crise, produtivo ou financeiro, quebram, até que um novo fluxo de inovações tecnológicas ou novas necessidades de investimento (como por exemplo a guerra) gerem novas formas de expansão.

O Estado passa a intervir de forma crescente nos mais variados mecanismos de intermediação econômica. Os preços se jogam nas mesas dos ministérios. Os grandes sindicatos, os lobbys, destroem as condições de equivalência capitalista. A im-

possibilidade de auto-regulação pela concorrência capitalista' remete à necessidade política da regulação. O Estado ocupa seu espaço.

*"O capital é cada vez mais "regulável" pelas relações de poder - que é exatamente o que lhe confere tanto uma dimensão de incerteza e instabilidade, quanto de regenerescência (ainda que traumática)." (39)*

O capital passa a "requerer a valorização arbitrária de si mesmo". O dinheiro emerge na natureza plena - fetiche - de sua propriedade de ocultar a natureza interna das relações' sociais, podendo existir como um valor que se valoriza a si mesmo, sem trabalho.

"Um sistema em expansão esquizofrênica" (40). A taxa de juros se torna uma espécie de "Deus-ex-machina", obrigada a regular essa "máquina desregulada". As condições de equivalência do sistema capitalista não podem ser dadas pelo movimento' da taxa de juros. As condições desse exercício pela taxa de juros só podem existir enquanto prevalecem as condições objetivas da regulação: a plena concorrência intercapitalista. Suprimida, o capital lança-se em sua voracidade, num assalto pelo ' mundo das coisas e pelo mundo dos papéis. O capital agora se agarra a qualquer possibilidade de valorização.

x

Herbert Marcuse escreveu que a "história da humanidade é a esfera da possibilidade sobre a esfera da necessidade" (41). Assim é a lei do Valor. O sistema capitalista é um complexo sistema montado sobre as possibilidades de valorização ' do capital. Mas essa valorização tem limites necessários, limites ontológicos. O capital tem sua esfera de necessidade. O fetiche do dinheiro, que lhe permite valorizar a si mesmo, tem seu limite na existência de valores de uso. A produtividade tem limite nas condições técnicas de produção, mas também nas condições ecológicas. A esfera da possibilidade do valor de troca' se ergue sobre a necessidade do valor de uso.

O Estado, por sua vez, não pode tornar o sistema imune à sua irracionalidade. Ele pode transferir mais-valia, mas

não pode criá-la - o que até nossos ministros sabem dizer. A moeda não pode suprimir totalmente as condições materiais da valorização capitalista. Diante de anteparos materiais, a manipulação da moeda torna o sistema leucêmico.

*"Os economistas viram o caráter progressivamente mais grave das crises capitalistas, viram ocorrer a separação das "órbitas" da produção, da circulação de mercadorias e do dinheiro, em formas cada vez mais destrutivas. Viram o "valor de uso" do trabalho se degradar e se tornar inútil para o capital. (...) Os economistas viram em suas vidas 'explodir o "Sol" e ainda não entenderam a sua natureza. Ao invés de levar a sério os "buracos" e "erros" de um dos poucos pensadores 'sociais modernos, que foi Marx, querem reduzir a sua dialética a uma "metafísica", ou no seu oposto, a uma "física newtoniana." (42)*

A lei do Valor é a lei da negação da equivalência. Pelo menos o é historicamente e essa é a única referência admissível para uma teoria materialista. A lei do Valor é a lei da luta, não a do equilíbrio. As guerras, o imperialismo, o poder sindical não são senão expressão dessa "lei".

O texto da Prof. Maria da Conceição foi o único em toda a literatura a que tivemos acesso, direto e indireto, que coloca com ênfase a face política do Valor no capitalismo contemporâneo. Deixemos, pois, a palavra final com o seu talento:

*"O real (do capitalismo contemporâneo) não é racional, é apenas inteligível, negando a sua "razão" teórica e histórica. O irracional emerge e faz valer outro poder. O poder do Estado. Não o Estado-Razão de Hegel, mas o seu contrário: a Razão de Estado." (43)*

A importância da teoria construída por Marx é que ela continua a ser a que fornece os melhores instrumentos para tornar "inteligível" esse sistema social.

Notas

- 1) Croce, Benedetto. Materialismo Histórico e Economia Marxista. Portugal, Instituto Progresso Editorial.
- 2) Sraffa, Piero. Produção de Mercadorias por meio de Mercadorias. In: Coleção Pensadores; SP, Abril Cultural, 1ª edição 1976.
- 3) Napoleoni, Claudio. Lições sobre o Capítulo Sexto (inédito) de Marx. SP, Livraria Editora de Ciências Humanas, 1981 , p. 163.
- 4) Garegnani, Pierangelo. Heterogeneous Capital, The Production Function and the Theory of Distribution. In: Critique of Economic Theory. Inglaterra, Penguin Books, 1972.
- 5) Possas, Mario. "Valor, Preço e Concorrência". In: Revista de Economia Política, volume 2, nº 4, 1982, p. 74.
- 6) Coletti, Lucio. "Valor y Dialética en Marx." In: Debate sobre la Teoria Marxista del Valor. Cuadernos PYP, nº 82, 1979.
- 7) Possas, Mario; op. cit..
- 8) Napoleoni, Claudio; op. cit., p. 154.
- 9) Possas, Mario; op. cit., p. 109.
- 10) Id., ibid., p. 109-110.
- 11) Tavares, Maria da Conceição. Ciclo e Crise: o movimento recente da industrialização brasileira. Tese de Livre-Docência apresentada à UFRJ. (mimeografada), p. 61.
- 12) Vianello, Fernando. El Eslabón Roto. In: Debate sobre la Teoria Marxista del Valor; op. cit., p. 71.



- 13) Macherey, Pierre. A propósito do processo de exposição de O Capital. In: Ler o Capital, Zahar, RJ, vol. 1, 1979.
- 14) Peixoto, Nelson Brissac. A Sedução da Barbárie. SP, Brasiliense, 1982.
- 15) Hilferding, Rudolf. El Capital Financiero. Madrid, Editorial Tecnos, 1973, 2ª edição, p. 257.
- 16) Id., ibid., p. 263.
- 17) Peixoto, Nelson; op. cit., p. 87.
- 18) Hilferding; op. cit., p. 265.
- 19) Id., ibid., p. 264.
- 20) Rubin, Isaac. Ensayo sobre la Teoria Marxista del Valor; op. cit., p. 119.
- 21) Preobrajensky, Eugenio. A Nova Economica. RJ, Paz e Terra, 1979, p. 125.
- 22) Id., ibid., p. 140.
- 23) Id., ibid., p. 172-173.
- 24) Torres, João Carlos Brum. Valor e Forma do Valor. SP, Editora Símbolo, 1979.
- 25) Id., ibid., p. 54.
- 26) No momento em que a redação desse trabalho já se encontrava praticamente encerrada, saiu a edição do trabalho de Ruy Fausto, Marx - Lógica e Política (SP, Brasiliense, 1983) . Fausto dedica todo um capítulo ao exame da crítica de Castoriadis aos conceitos da teoria do Valor. O trabalho de ' Fausto é cuidadoso, rigoroso, abrindo um espaço de discus

são teórica significativo. Sua crítica ao pensamento de Castoriadis, no que toca aos conceitos e à crítica desse filósofo é bastante semelhante à que havíamos feito, pelo que decidimos não alterar o curso de nossa análise. Assim, apenas incorporamos elementos de seu texto, de forma a não quebrar o equilíbrio deste capítulo.

Por outro lado, Fausto, até o que lemos dele, não assimila a dimensão ontológica da crítica de Castoriadis.

- 27) Castoriadis, Cornelius. Valor, Justiça e Igualdade: De Marx a Aristóteles, de Aristóteles a nós. In: Revolução e Autonomia; Belo Horizonte, COPEC Editora, 1981, pp. 159-160.
- 28) Fausto, Ruy; op. cit., p. 121.
- 29) Torres, J.C.B.; op. cit., p. 34.
- 30) Se Torres e Castoriadis estiverem certos em sua exigência nosso próprio trabalho constitui uma metafísica absurda, posto que se dispõe a pensar a sociedade capitalista como negação da teoria do Valor através dos conceitos da teoria. Poderíamos recorrer a Ruy Fausto que afirma, em nossa opinião, de maneira magistral: "(Marx) reconhece que o seu discurso tem algo de metafísico. Mas a metafísica do seu discurso é a reprodução da metafísica do real." (op.cit., p. 101). Nesse caso, alerta Fausto, os marxista não precisam assumir uma posição defensiva diante da acusação positivista. Para compreender a sociedade capitalista, a "metafísica" que apontam Torres e Castoriadis é muito mais necessária do que a "positividade" dos preços relativos.
- 31) Torres; op. cit., p. 45.
- 32) Belluzzo, Luíz Gonzaga de Mello. Valor e Capitalismo. SP, Brasiliense, 1980.
- 33) Pires, Eginardo. Valor e Acumulação. RJ, Zahar, 1979.

- 34) Tavares, M. Conceição; op. cit., p. 41.
- 35) Id., ibid., p. 45.
- 36) Id., idid., p. 52.
- 37) Id., ibid., p. 56.
- 38) Marx, Karl. Grundrisse. Buenos Aires, Siglo XXI, 1972, vol. 2, p. 228.
- 39) Tavares, M.C.; op. cit., p. 62.
- 40) Id., ibid., p. 67.
- 41) Marcuse, Herbert. A Ideologia da Sociedade Industrial. RJ, Zahar, 1978, p. 15.
- 42) Tavares, M.C.; op. cit., p. 61.
- 43) Id., ibid., p. 67.

A civilização do Valor

1 - A forma do equivalente: metodologia ou ontologia?

Qual o significado da forma equivalente do Valor no conjunto da reflexão de Marx? Qual o estatuto que se deve conferir à forma equivalente na estrutura geral do pensamento marxista? É a forma do equivalente apenas uma tese científica, ou tem ela uma dimensão filosófica?

Estas são as questões mais relevantes para uma reflexão filosófica, extrapolando a questão puramente científica. Estas preocupações nos retiram do estrito campo da Economia Política e nos remetem à região ampla da filosofia que Marx quer fazer passar.

Evidentemente, como em todas as principais questões' que discutimos, não poderemos oferecer uma tese precisa. Apenas nos dedicaremos a colher alguns elementos importantes para a colocação do debate, mesmo porque nos inclinamos mais a pensar que a resposta precisa simplesmente não existe - mas, também porque, nessa região, nos falta muito a bagagem necessária para percorrer suas intrigantes paragens. Temos apenas a pretensão de captar alguns elementos que estabelecem o contorno' geral desse estudo. Talvez seja um direito da reflexão que pretende apenas colocar uma problemática, e não dar-lhe solução. Usaremos essa liberdade francamente agora - e encerraremos o trabalho.

Há na obra de Marx indicações de que a análise da mercadoria sob a forma do equivalente desempenha um papel puramente metodológico e há indicações de que na sua concepção filosófica tem uma dimensão ontológica. O papel metodológico que a forma do equivalente desempenha foi apontado no capítulo anterior: para se compreender a natureza das trocas é preciso primeiro encontrar um conceito que permita operar a reflexão analítica. O conceito que pode fazer isso é o conceito de valor. Para se compreender o valor de uma coisa é preciso recorrer à comparação quantitativa de uma mútua relação. É preciso fazer com que o valor relativo represente a forma de dois valores absolutos. Mas essa reflexão requer uma situação normal, em que, num primeiro momento, se pense o fenômeno de forma correspondente ao conceito. Depois da compreensão do fenômeno "adequado", pode-se pensar o fenômeno "diferente" da forma normal, sendo a reflexão dirigida, orientada pelo conceito formulado. Assim, a forma não-equivalente da relação de valor (mesmo que seja economicamente a forma dominante) só pode ser compreendida se for forjada a referência da equivalência. Sem essa referência, a operação teórica simplesmente não pode ser pensada.

A dimensão ontológica do Valor aparece quando Marx coloca sua reflexão em perspectiva histórica, atingindo a região de outras formas sociais particulares, outros modos de produção. Nesses momentos, a questão do Valor passa a ter uma fundamentação substancial, que decorre da própria natureza do ser social. Esse problema é visualizado, quando o pensamento se dirige à existência do valor de troca em outras épocas históricas, sob formas de relações sociais distintas da atual. Nesse momento, além de ser a forma de procedimento do pensamento científico para compreender as trocas mercantis, a forma do equivalente é forma necessária do fenômeno, expressão de sua necessidade interna - sua necessidade ontológica, como a temos chamado.

Estas perspectivas aparecem alternadamente em O Capital. Apontaremos ambas, em dois momentos distintos, uma no Livro I, outra no Livro III. Mas o documento que Marx legou reunindo em uma única página ambas as perspectivas foi a conhecida Carta a Kugelmann de 11 de julho de 1868, que veio a se

tornar um dos trechos mais citados no debate do Valor, e que a té mesmo veio a constituir uma nova problemática, quando Marco Lippi, baseando-se nela desenvolveu um texto - no contexto do que temos chamado "debate italiano" - recolocando a questão do Valor (1).

Essa carta foi escrita cerca de um ano após a publicação de O Capital, em seu primeiro livro (os outros foram publicados apenas após a morte de Marx). Nela, ele responde a seu amigo Kugelmann, companheiro da política social-democrata alemã, comentando uma observação do "homem de Zentralblatt", que lhe questionava a fundação do conceito de valor. De passagem, é importante observar que é exatamente esse problema na linha de argumentação adotada no Capítulo I que foi posteriormente apontada como um "raciocínio puramente abstrato", e que ainda hoje faz Castoriadis acusar-lhe metafísico. A reação de Marx a esta observação foi irritada, talvez justamente percebendo que ali se encontrava uma questão delicada, posto que o raciocínio usado contém "a prova e a demonstração da relação real de valor". No comentário que Marx responde ao "homem de Zentralblatt" aparecem identificadas, num bloco único, a dimensão metodológica e ontológica do valor de troca. Leiamos:

*"A absurda necessidade de provar o conceito de valor decorre da completa ignorância tanto do tema tratado quanto do método científico. Qualquer criança sabe que um país que parou de trabalhar, não digo nem um ano, mas umas poucas semanas, morrerá. Qualquer criança sabe, também que a massa de produtos que corresponde às diferentes necessidades exige massas de trabalho total da sociedade diferentes e quantitativamente determinadas. É evidente por si mesmo que essa necessidade de distribuir o trabalho social em proporções definidas não pode ser afastada pela forma particular da produção social, mas apenas pode mudar a forma que ela assume. O que pode mudar, com a mudança das condições históricas, é a forma pela qual essas leis atuam." (2) (grifos de Marx)*

Como talvez as coisas não sejam tão claras assim, pelo menos para os adultos, verifiquemos o teor dessa primeira colocação de Marx. O que ele quer deixar plenamente claro (e por essa razão a chamada à lucidez das crianças) é que existe uma necessidade social de distribuir entre as diversas partes

do "corpo social" a produção que é social. Essa necessidade, por extrapolar as formas particulares que as sociedades apresentam na história, por ser comum à natureza de todas as formas de relacionamento social do trabalho, chamamos ontológica. Ela é definida no conjunto da natureza da sociedade humana, seja qual for sua particularidade histórica, seja qual for sua estrutura específica. Muito bem, diz Marx, a questão da ciência é decifrar a forma pela qual essa necessidade é atendida:

*"E a forma pela qual opera essa divisão proporcional do trabalho, em um estado da sociedade em que a interconexão do trabalho social é manifestada na troca privada dos produtos individuais do trabalho é precisamente o valor de troca desses produtos." (3) (grifos de Marx)*

De passagem, cabe observar que a questão do "proporcional" ainda fica em aberto, no sentido de que há variadas formas de proporções na divisão desse produto do trabalho, bem como da divisão do próprio trabalho. Essa abertura da questão da forma de distribuir Marx não indica, por um motivo que compreenderemos apenas no desenvolvimento desse estudo. O que até agora Marx afirmou foi apenas que na forma privada o trabalho social (para o mercado) se distribui na forma do valor de troca. O valor é expressão particular dessa necessidade social. Mas, logo a seguir, ele define sua concepção de trabalho científico, onde o argumento ontológico cede lugar à postura metodológica:

*"A ciência consiste precisamente em trabalhar no como a lei do valor opera. De modo que se se quisesse desde o começo explicar todos os fenômenos que aparentemente contradizem essa lei, seria preciso ter a ciência antes da ciência." (4) (grifos de Marx)*

Aqui, o ontos coincide com a lógica. A ciência carece de identificar seu conceito logo após identificar seu objeto. Sendo assim, é preciso pensar a lógica, antes de ver a negação da lógica. Mas é necessário reconhecer que, para Marx, o ser existe com a lógica. Por isso é que os fenômenos apenas "aparentemente" contradizem essa lei - a lei da sociedade, que distribui de forma "perfeitamente" proporcional a produção. Esta é a forma do valor de troca, na sua forma de equivalência. Tudo o mais será demonstrar como essa lei opera. O recurso me-

metodológico é plenamente coerente com a necessidade ontológica.

x

Em O Capital encontramos formulações exatamente correspondentes à argumentação da Carta a Kugelmann. Veremos no capítulo primeiro uma passagem em que o seu conteúdo expressa claramente uma perspectiva ontológica na fundação da forma do Valor. No terceiro livro, quando discute a questão dos movimentos derivados das ações da "oferta e procura", Marx acentua o aspecto metodológico. Vejamos em primeiro lugar essa passagem do volume 4, antes de retornarmos ao primeiro capítulo.

*"Mas, se a quantidade de trabalho social empregado para produzir determinado artigo corresponde à amplitude de necessidade social a satisfazer, de modo que a massa produzida coincida com a escala normal de reprodução, sem se alterar a procura, será a mercadoria vendida pelo valor de mercado. A troca ou venda das mercadorias pelo valor é o racional, a lei natural do equilíbrio delas; devemos partir daí para explicar os desvios e não o contrário, a partir dos desvios para explicar a própria lei." (5)*

Embora a idéia de "desvio" para expressar a negação da forma racional do valor com todo o seu significado de "anormalidade" (Marx usa também a expressão "flutuação" para se referir às diferenças preço/valor) não dê muito espaço para se duvidar do que Marx realmente pensa sobre a realidade essencial do valor, esse parágrafo significa que a explicação e a compreensão da forma "negativa" da relação de troca, sua forma não-racional (diferente de irracional, pelo menos a princípio) passa pela definição da forma racional, o que é óbvio para a lógica científica. De fato, não foi outro o procedimento adotado por nós para chegar à afirmação de que a forma do valor se constitui efetivamente como forma de não-equivalência, e qual o seu significado.

No entanto, logo a seguir, Marx radicaliza a questão metodológica conduzindo-a ao absurdo, para então retornar à fundação substancial da lei de distribuição proporcional, a lei do valor de troca.



Em primeiro lugar explica porque a interpretação da economia nos esquemas da oferta e da procura não conseguem penetrar as suas leis internas:

*"Quando procura e oferta se igualam reciprocamente, cessam de explicar qualquer coisa (...) e mais do que nunca deixam na obscuridade esta questão: por que o valor de mercado se exprime nesta e não noutra soma de dinheiro? Evidentemente, as leis internas efetivas da produção capitalista não podem ser explicadas pela interação da procura e da oferta."* (6)

Essa questão é exatamente a que Bailey jamais poderia responder, e por essa mesma incompreensão o Prof. Torres chega hoje a afirmar que a relação de troca nunca é equilibrada, ou que então a sociedade não tem "outras determinações que as resultantes de seu próprio evolover". Mas, estabelecida a razão da inutilidade dos esquemas de demanda e oferta, Marx reconhece a dificuldade lógica da lei do Valor numa interessante afirmação:

*"É que só se patenteiam a realização dessas leis em toda a sua pureza, quando a oferta e a procura cessam de agir, isto é, coincidem. Todavia essa coincidência nunca é real, e o que não passa de casualidade é nulo do ponto de vista científico."* (7)

É curioso como Torres, Castoriadis, e até mesmo Bohm-Bawerk - que considera Marx um "pensador de primeira grandeza" - acreditam que Marx fosse tão ingênuo a ponto de lhes indicar claramente a "grande antinomia", a contradição lógica fundamental de toda sua obra (assim como Marx também aponta que era necessário proceder à transformação dos valores do capital e da força de trabalho em preços de produção). Bohm-Bawerk, que certamente não é um desses "de primeira grandeza", satisfaz-se simplesmente ao perceber que havia um pedregulho no calcanhar de Marx. Castoriadis, que certamente é bem "maior", comete a mesma ingenuidade, para usar a palavra de Ruy Fausto. Nenhum deles deu atenção à forma como Marx procura enfrentar a questão, num raciocínio que assume a contradição e tenta absorvê-la:

*"E por que a economia política supõe que elas coincidem? A fim de observar os fenômenos na figura correspondente"*

ao conceito, concordante com as leis que o regem, e que transcende a aparência oriunda do movimento da oferta e procura. E mais, para descobrir e, por assim dizer, fixar a tendência efetiva desse movimento." (8) (grifo de Marx)

O conceito expressa a "efetividade da tendência" do movimento capitalista. Mas, para que a tendência tenha efetividade é preciso que as divergências se equilibrem: "Sendo antagônicas as divergências e revezando-se sem cessar, anulam-se por terem sentidos opostos, pela própria contradição delas."

Pois bem, mesmo que apreendamos assim a teoria do Valor construída por Marx, convém perguntar: a certeza da tendência equivalente do Valor, que se torna forma essencial, para além das contradições "aparentes", deriva apenas dessa fé absoluta no fenômeno concorrencial capitalista, tal como acreditaram os clássicos burgueses? A resposta deve ser não; para Marx, antes, é o fenômeno concorrencial que se apresenta como expressão de uma necessidade. A concorrência, bem como o valor, é expressão dessa necessidade substancial ontológica.

Essa perspectiva aparece na sutileza de uma digressão no primeiro capítulo de O Capital, que Castoriadis recuperou, levantando observações novas e interessantes.

## 2 - Aristóteles e o "segredo" do valor de troca.

Neste parágrafo do Capítulo 1, Marx vê Aristóteles chegar ao "umbral" do conceito de valor. Esse conceito só pode tornar-se apreensível quando se formula cientificamente a questão, o problema do valor. Isso o fez Aristóteles. Mas, depois de se perguntar no Ética a Nicômaco claramente porque casas e camas se comparam em valor numa proporção determinada (que é a questão do valor), ele frustra a compreensão do conceito, deixando a solução do problema que ele mesmo levantara escapar entre os dedos, ao afirmar que essa proporção constitui um simples "expediente" social. Ora, pensa Marx, o valor de troca não é um mero "expediente", mesmo que atenda de fato a necessidades "práticas". O valor é uma substancialidade. Mas, ao mesmo tempo que Marx critica a incapacidade de Aristóteles, ele o com

preende. E o explica:

"Aristóteles, porém, não podia descobrir, partindo da forma do valor, que todos os trabalhos são expressos, na forma dos valores das mercadorias, como um só e mesmo trabalho humano, como trabalho de igual qualidade. É que a sociedade grega repousava sobre a escravatura, tendo, por fundamento, a desigualdade dos homens e de suas forças de trabalho."

Mas, continua Marx:

"Ao adquirir a idéia de igualdade humana a consistência de uma convicção popular, é que se pode decifrar o segredo da expressão do valor, a igualdade e a equivalência de todos os trabalhos, porque são e enquanto são trabalho humano em geral. E mais, essa descoberta só é possível numa sociedade em que a forma mercadoria é a forma geral do produto do trabalho, e, em consequência, a relação dos homens entre si como possuidores de mercadorias é a relação social dominante. O gênio de Aristóteles resplandece justamente na sua descoberta da relação de igualdade existente na expressão do valor das mercadorias. Somente as limitações históricas da sociedade em que viveu impediram-no de descobrir em que consistia, "verdadeiramente", essa relação de igualdade." (9)

Os grifos, que são nossos, procuram colocar em evidência os principais momentos sobre os quais incidem a atenção de Castoriadis. O objetivo é tentar localizar nesse parágrafo (que já havia despertado interesse por outros motivos) uma duplicidade na forma como Marx interpreta a incapacidade de Aristóteles em "descobrir/decifrar" o "segredo" do valor. Castoriadis adverte que existem duas linhas de força na interpretação do "não-ver" de Aristóteles.

Na primeira linha de resposta, pode-se perceber com clareza que Marx pensa que a razão do não-ver de Aristóteles, o não deciframento do conceito de valor, era o fundamento concreto da sociedade grega, escravocrata. A escravidão é fundada na desigualdade objetiva dos homens e de suas forças de trabalho. A igualdade das coisas produzidas pelo trabalho não pode representar uma igualdade dos homens, pois a igualdade dos homens não existe. A sociedade grega "tem por fundamento a desigualdade dos homens e de suas forças de trabalho." Nestas circunstâncias o conceito de valor simplesmente não poderia ser formulado - se esse conceito depender da igualdade objetiva "

dos homens. A existência do valor apenas faria sentido numa sociedade que tenha realizado a igualação dos homens (igualação mercantil, diga-se de passagem) sendo isto possível somente "numa sociedade em que a forma mercadoria é a forma geral do produto do trabalho". Ora, sendo assim, Aristóteles não viu aquilo que não havia para ver, pois a igualdade do valor não existia simplesmente. Ele estava então certo em não resolver a forma do valor no conceito de valor.

Contudo, não pode haver dúvida de que Marx reprova o não-ver de Aristóteles, mesmo que o compreenda e "perdoe". Fica evidente no texto de Marx que para ele a questão do valor estava "lá", presente à relação de troca de 5 camas por 1 casa, e que Aristóteles não "descobriu". Essa "descoberta" não se pode realizar por "limitações históricas". Essas limitações, como impedem ao grande "gênio" grego de ver o que já estava lá, tratam-se de limitações que atuam na ordem do ideológico: Aristóteles não viu o que havia para ver. Apenas quando a "idéia de igualdade humana" se tornasse dominante a nível do ideológico, isto é, quando adquirisse a "consistência de uma convicção popular", o "segredo do valor" poderia ser "decifrado". Ora, o que pode ser "decifrado" é o que existe - assim como a lei da gravidade sempre existiu mas só recentemente foi descoberta. Na troca das mercadorias essa "lei", a igualdade sempre existiu, e por isso é que Marx não deixa de se decepcionar com Aristóteles.

x

Essa duplicidade na concepção filosófica do conceito de valor suscita uma discussão interessante, pois pode-se perceber que ele percorre de certa maneira toda a extensão da obra de Marx e nunca é "solucionada". Para Castoriadis, essa ambiguidade aparece tão intimamente ligada, de forma que possa parecer num único parágrafo, por seu fundamento na estrutura ontológica da filosofia de Marx. Frequentemente Marx deixa entrever que "a realidade do valor", isto é, a igualdade dos trabalhos humanos na forma das mercadorias extrapola a sociedade capitalista; que as sociedades anteriores ao capitalismo se

viam através do véu da política, da religião ou da magia, quando o seu substrato essencial, a realidade econômica, permanecia ignorado. Essa tendência aparece geralmente quando Marx permite aparecer o substrato filosófico de sua teoria, em momentos em que procura fundamentar na região essencial da "humanidade" a explicação da forma desenvolvida que as relações sociais assumem hoje. A realidade do valor estaria fundamentada numa substancialidade do trabalho, e é essa substancialidade que acaba por conduzir-lhe a uma concepção fisiológica do trabalho abstrato ("igual dispêndio humano produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos, etc."), que tanto trabalho tem dado aos marxistas para justificá-la ou afastá-la.

Nos momentos em que Marx procura encontrar o substrato universal, ontológico, de sua teoria a tendência é emergir esta concepção - e por essa razão ela é dominante no primeiro capítulo de O Capital, onde até a forma equivalente do valor é desligada das formas concretas de sua realização e justificada de forma praticamente axiomática - e o é axiomática porque é ontológica.

A segunda tendência na formulação do conceito de valor, onde Marx reconhece que a igualdade dos produtores é uma produção social específica da forma mercantil capitalista, isto é, historicamente particular, aparece quando Marx pretende reforçar a concreticidade, a correspondência histórica atual de seus conceitos. A igualdade dos trabalhadores, e o trabalho abstrato é uma realização específica do sistema capitalista de produção, em sua forma mais desenvolvida. Assim, o conceito de trabalho abstrato - e portanto o conceito de valor - e sua correspondente objetividade "real" se torna uma criação da produção capitalista, efetivada pela grande indústria, a maquinofatura e os processos de automação. O texto mais conhecido onde essa perspectiva aparece é a Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política.

*"A indiferença em relação ao trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade na qual os indivíduos podem passar com facilidade de um trabalho a outro e na qual o gênero determinado de atividade é fortuito, e, portanto, é-lhes indiferente. Neste caso, o trabalho se converteu não só como categoria, mas na efetividade em um meio de produzir riqueza*

za em geral, deixando, como determinação, de se confundir com o indivíduo em sua particularidade."

E, conclui, precisando as circunstâncias de sua efetividade histórica:

*"Este estado de coisas se encontra mais desenvolvido na forma de existência mais moderna da sociedade burguesa - nos Estados Unidos. Aí, pois, a abstração da categoria "trabalho", "trabalho em geral", ponto de partida da Economia moderna, torna-se pela primeira vez praticamente verdadeira!"*  
(10)

Mas, logo a seguir, justifica também que suas extrapolações são fundamentadas ontologicamente, no contexto de seu método genético:

*"Este exemplo mostra de uma maneira muito clara (Marx se refere a uma comparação feita linhas antes entre o trabalho nos Estados Unidos e o trabalho na Rússia) como até as categorias mais abstratas - precisamente por causa de sua natureza abstrata -, apesar de sua validade para todas as épocas, são contudo, na determinidade desta abstração, igualmente produtos de condições históricas, e não possuem validade senão para estas condições e dentro dos limites destas." (11)*

O ser social tem uma linha de desenvolvimento. Sobre essa essência ele se desenvolve, e o pensamento cria as categorias com que se pode ler o ser. As categorias, assim, são de — terminações históricas, analogicamente ligadas às outras formas particulares, mas com validade limitada a essa circunstância histórica. Mas, como o desenvolvimento comporta uma assimilação das formas particulares em direção à sua estrutura desenvolvida, determinadas formas (como o valor) aparecem historicamente "dentro dos limites destas", podendo extrapolá-lo, ganhando uma dimensão que ultrapassa os particulares modos de produção.

Essa passagem permite que se supere grande parte das dificuldades lógicas que se interpunham quanto ao problema do "trabalho fisiológico" - o que foi feito por Rubin (12), quanto permite a Ruy Fausto encontrar uma solução para a antinomia apontada por Castoriadis: "Marx se instala na contradição". O valor é uma forma que só se desenvolve sob o capital. Antes de

se tornar forma desenvolvida, na "pré-história" do capital, e la existe enquanto determinação, mas não existe enquanto sujeito, nem como objeto. O valor na sociedade grega (como em muitas outras) existe, mas não está "posto"; ele é "pressuposto". "Os limites da consciência de Aristóteles são os limites do seu objeto" (13). O valor só adquire expressão, como sujeito e como objeto, sob a sociedade capitalista.

Embora a defesa de Ruy Fausto - bem como a defesa de Rubin quanto ao problema do fisiologismo do conceito de valor - sejam bastante plausíveis e, de certa forma, recobram a coerência sem prejuízo da fecundidade do pensamento de Marx, nossa problemática nos remete em outra direção. Se percebemos que para Marx a forma do equivalente tem uma fundamentação sobretudo ontológica, constituindo-se como forma necessária do valor, e, no entanto, que as condições econômicas para a existência do valor são rigorosamente precisas, de forma que a forma do equivalente fica de pé apenas por um fio de cabelo, torna-se mais interessante não tanto garantir a coerência da teoria em sua dimensão lógica, mas sim perguntar do significado filosófico da forma do Valor, e quais os desdobramentos dessa forma equivalente na sua concepção de sociedade. Nessa perspectiva, seguimos o caminho apontado por Castoriadis - que é distinto da questão lógica do conceito de valor. Este caminho é o da reflexão ontológica.

A questão aqui não pode ser a de "se perguntar se uma resposta contraditória é necessariamente uma má resposta" (Fausto) - o que lamentavelmente fica embaralhado no texto de Castoriadis, quando apresenta ao mesmo tempo e num corpo único a questão lógica da "transformação" com a questão ontológica da igualdade substancial do valor. Sem nos preocuparmos com a possibilidade de se trabalhar a teoria do Valor admitindo-se as contradições do raciocínio que parte do valor para chegar aos preços, o que nos parece definitivo, dediquemo-nos a pensar um pouco mais de perto essa "oscilação" filosófica do texto de Marx.

### 3 - A tríplice exigência ontológica.

Havíamos percebido que o texto de Marx transmite claramente a impressão de que a forma do valor era uma determinação real a outras formas de sociedade pré-capitalistas, e que o trabalho da Economia Política foi decifrar esse segredo que limitações históricas haviam deixado obscuro. A forma equivalente do valor é expressão de uma necessidade ontológica que se transforma em leis particulares. Valor é uma expressão historicamente particular dessa necessidade.

Por outro lado, Marx diz também que essa relação só se realiza no contexto histórico da produção burguesa, e que, nessa sociedade as relações sociais produzem a igualdade dos produtores, igualdade essa que surge na forma equivalente do valor.

Essa ambiguidade básica delinearía a estrutura da ontologia marxista. Mas a questão pode se tornar ainda mais difícil e interessante, se apontarmos uma terceira forma de Marx trabalhar a necessidade social da forma do Valor no único momento em que se dedica a escrever, mesmo que ligeiramente, sobre a questão da sociedade comunista. No texto Crítica ao Programa de Gotha, logo ao seu início, Marx critica a concepção do direito igual - que dá o mesmo a cada um (a igualdade aritmética) - argumentando que ele ainda traz uma "limitação burguesa". Essa igualdade não é perfeita - e é burguesa - porque não considera a diferença entre os homens, assim como a lei burguesa apenas hipocritamente torna iguais os homens, e assim como a relação de troca entre capital e trabalho é equivalente. Sem respeitar as diferenças individuais, a igualdade aritmética é uma igualdade apenas formal. A verdadeira igualdade é aquela que celebra o adágio de Saint-Simon: de cada um, segundo sua capacidade; a cada um, segundo sua necessidade. Se capacidades e necessidades variam, o direito realmente igual deve ser desigual.

Nessa perspectiva, fica claro que a igualdade do valor, a igualdade produzida pelas relações do mercado burguês não são verdadeiramente igualdade dos homens. A igualdade do valor é apenas uma forma particular de igualdade, que deve ser



transformada para o advento da sociedade comunista.

x

A sociedade capitalista e sua respectiva forma histórica agora recebe uma terceira interpretação filosófica. Na verdade, há três diferentes formas de apreensão do lugar ontológico da forma do equivalente na obra de Marx:

a) o capitalismo é uma sociedade que, pela primeira vez na história, transforma homens heterogêneos e seus trabalhos heterogêneos em homogeneidade, igualdade de trabalho abstrato;

b) o capitalismo é uma sociedade que permite aparecer, "traz à tona", o que sempre houve, isto é, a igualdade substancial dos homens e de seus trabalhos;

c) o capitalismo é uma sociedade que dá aparência de igual ao que é heterogêneo - os homens e seus trabalhos - através da produção de mercadorias.

A que se deve isso? Castoriadis procura responder: devido à própria estrutura ontológica de Marx.

*"Marx sabe muito bem, e ele foi o primeiro a dizer, 'que a aparente homogeneização de produtos e trabalho emerge somente com o capitalismo. É o capitalismo que traz isto à tona. Mas como, em sua estrutura ontológica, pode Marx pensar que o capitalismo poderia trazer algo à existência que já não estivesse lá, ao menos como uma potencialidade? O capitalismo pode somente trazer ao nível de aparência, revelar a humanidade a si mesma, uma humanidade que até então pensou a si mesma em termos de mágica, política, leis, teologia e filosofia, e que aprende com o capitalismo sua verdadeira realidade, que é econômica, aprende que a realidade de sua vida sempre foi produção, a qual é cristalização em valores de uso do trabalho Substância/Essência. Mas, se não fosse adiante, a verdade revelada pelo capitalismo se tornaria simplesmente verdade, a qual implicaria politicamente a inanidade de toda revolução e filosoficamente um novo e sinistro "fim da história", já consumado. Portanto, esta verdade é e não é verdade: o capitalismo dá a aparência do Mesmo ao que não é (redução, fetichismo) - e o está -*

*gio superior do comunismo finalmente poderá trazer à consideração a verdade e toda a verdade da incomparabilidade e irredutível alteridade dos indivíduos." (15) (grifos de Castoriadis)*

Toda a coerência e novidade da teoria construída por Marx e Engels radicam na afirmação da necessidade de encontrar o particular de cada sociedade histórica, suas leis específicas de seu particular modo de produção e sua história mesma. Essa perspectiva é que permite ao marxismo reivindicar o privilégio de ter superado o a-historicismo da economia burguesa.

Contudo, a História não pode ser uma mera acumulação de transformações. A História, como a humanidade, tem substância, e essa substância é o fio condutor que permite encontrar a lei de sua unidade no seio das transformações históricas. Essa dimensão ontológica da teoria é que permite a Marx o projeto de construir a Ciência da História, na qual desempenha papel fundamental a teoria dos modos de produção, com o que se pode apreender a lei das transformações históricas. Nesta perspectiva os sucessivos modos de produção podem ser pensados como explicitação de um desenvolvimento substancial, expressão das contradições das formas históricas sob a determinação última do econômico.

É no contexto dessa "estrutura ontológica" que a forma do valor já existia no tempo de Aristóteles como equivalência.

As outras sociedades pensavam a si mesmas como rito, como política, como Lei, ou como Justiça, Virtude, ou democracia. O capitalismo destrói o véu desse fetiche: a economia é a rede de necessidades que move todas as sociedades. Esse movimento não é e não pode ser mera alteração, alteridade. Todo movimento é expressão de uma unidade dialética, que conforma a engrenagem substancial da História. A compreensão dessa rede de necessidades significa a apreensão das Leis da História - e Marx está seguro de havê-las descoberto.

4 - A ontologia marxista: o desenvolvimento do ser social .

Pesquisando a questão da ontologia marxista poder-se-á encontrar sempre o rastro dessa dificuldade eminentemente filosófica. Num trabalho de Gyorgy Lukács, o Ontologia do Ser Social, nos seus capítulos terceiro e quarto (que foram os únicos publicados no Brasil), encontramos claramente a emergência dessas questões. Nesse texto, escrito ao fim da vida do filósofo marxista, se procede a um levantamento da ontologia hegeliana, e sua relação com a filosofia marxista, que, evidentemente para Lukács, é uma ontologia.

Lukács adverte imediatamente para a principal dificuldade no tratamento da ontologia marxista. Por um lado, os enunciados mais gerais dos trabalhos de Marx (da juventude como da maturidade) são "afirmações ontológicas". O próprio uso do método dialético impõe uma definição do ser social, seja como unidade da Razão/Espírito, seja como unidade da História. O título de sua obra maior expressa uma definição ontológica. Por outro lado, admite o filósofo húngaro, não existe nos seus escritos nenhum tratamento autônomo relativo à Ontologia. Essa falta Lukács tentará preencher.

A base da filosofia marxista da sociedade se enquadra na tentativa de rechaçar a separação entre natureza e sociedade, de sociedade que existem e se desenvolvem para além de sua região "natural". A forma do racionalismo grego de apreender as dificuldades da existência em sociedade e a natureza de sua especificidade histórica através da oposição physis/nomos, atravessa a reflexão filosófica ocidental, sendo a própria a base da concepção idealista da reflexão sobre a história e a sociedade. Essa oposição natureza/existência social é o cerne do idealismo hegeliano, e permanece ainda insuperada com Ludwig Feuerbach, que havia escrito contra o idealismo hegeliano. Essa concepção de Feuerbach, que tenta inverter a radicalidade idealista, e que desempenhou um papel de grande importância na chamada "inversão materialista", é assim resumida por Engels:

*"A natureza existe independentemente de toda e qualquer filosofia; é a base sobre a qual cresceram e evoluíram os homens, que são também, em si próprios, produtos naturais; fo-*

*ra da natureza e dos homens nada existe, e os seres superiores forjados pela nossa imaginação religiosa não são mais que os reflexos fantásticos de nosso próprio ser." (17)*

Essa alteração de perspectiva ontológica foi crucial para a superação do idealismo. Contudo, alerta Engels, Feuerbach não consegue definir as relações concretas que definem essa existência em natureza do homem, resvalando para um naturalismo ingênuo, uma filosofia das emoções e do "amor". Marx, pelo contrário, vai mais radicalmente em busca dessa determinação materialista da vida humana, encontrando o trabalho. Depois dessa descoberta, sai em busca da ciência que permitirá apreender a indissolúvel relação de natureza e sociedade.

O conceito que permite a Marx fechar em unidade dialética essa dupla determinação ontológica é a chave de seu trabalho filosófico e é o que o leva de encontro à Economia Política: trabalho. O movimento que descreve o deslocamento do trabalho à natureza e seu "retorno" é apreendido com o conceito de práxis. Trabalho e práxis constituem a forma de apreender a ação dos homens sobre a natureza e a criação da História. Trabalho e práxis convertem a natureza em sociedade.

Mas, à medida que o trabalho manipula a natureza, a objetividade da existência se constitui crescentemente como social e se afasta da determinação natural. Dessa forma Lukács coloca a pedra fundamental da ontologia marxista:

*"As formas de objetividade do ser social se desenvolvem à medida que surge e se explicita a práxis social, a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais." (18)*

Esse desenvolvimento, do natural ao social, principia com o que Lukács chama o "por teleológico do trabalho". A capacidade do homem de estabelecer um projeto na sua ação, sendo o que o distingue do animal que "produz". As abelhas trabalham construindo uma comunidade na qual a produção é realização de uma atividade. No entanto, as abelhas realizam esses atos como expressão de sua natureza. A atividade é reflexo e não sujeito. O trabalho humano, de outra forma, faz com que os homens se debrucem sobre seu objeto com a idéia de transformá-lo.

Por isso é diferente o trabalho do arquiteto do "trabalho" das abelhas. O grande problema que o pensamento social tem para encontrar a lei da sociedade, a lei geral da sociedade, é que na postulação teleológica de um resultado esperado por cada homem que atua, enquanto elabora a natureza esperada de seu trabalho, recebe-se sempre a ação teleológica de todos os homens, encontrando-se cada um deles e todos eles no seio de uma nova postulação, que extrapola sua ação particular e ganha um novo sentido, um sentido social, expressão de uma totalidade. Nesse sentido, o resultado da práxis social conforma uma natureza que se autonomiza da idéia que moveu a cada um dos homens e sua práxis individual.

Também Engels observa esse mesmo problema, na base do materialismo histórico:

*"As colisões entre as inúmeras vontades e atos individuais criam, no campo da história, um estado de coisas muito análogo ao que impera na natureza inconsciente. As finalidades dos atos são fruto da vontade, mas os resultados que, na realidade, deles derivam não o são e, mesmo quando parecem aplicar-se momentaneamente ao fim proposto, acabam por produzir consequências muito diferentes das propostas." (19)*

Assim, a dialética entre a representação que os homens fazem de si próprios e de seus atos e o curso histórico do ser social como desdobramento do resultado da interação das particularidades sobre o terreno das necessidades naturais se tornam um dos problemas mais difíceis do materialismo histórico. Em que região se define o curso da História, se não pode ser da ação individual e se esse curso extrapola a intenção da ação geral dos homens?

Aqui se assenta a necessidade da crítica ao "Saber do Entendimento" que Hegel acusa à filosofia do século XVIII, e que Marx faz à Economia clássica, que entende a economia a partir de uma região puramente interativa, a região das "trocas" comerciais.

Na Economia Política essa necessidade se consubstancia na formulação de uma lei do valor, que existe para além dos atos econômicos individuais e das contradições aparentes. Essa lei, situada numa região substancial da humanidade, permi

te a Marx encontrar a natureza interna das diversas sociedades, decifrando seus segredos para além das representações que os homens fazem de sua própria sociedade.

Aristóteles, que assumia a dificuldade e a insuperabilidade da antinomia physis/nomos, pensará de forma diferente e talvez derive disso sua concepção não-substancial, pragmática do valor de troca. As leis da sociedade se encontram na política e na necessidade dela. Assim, as trocas sociais (entre as quais a das mercadorias ocupam seu lugar) não têm uma determinação interna, substancial. Ela não se regulam na ordem da physis, mas na ordem do nomos, a ordem das necessidades institucionais da sociedade. Semelhante posição adota São Tomás, aliás na esteira da tradição aristotélica. O valor deve obedecer a uma instituição social da Vontade Divina.

Marx, que diferentemente deles não aceita esta oposição physis/nomos, terá de encontrar a "lei" do valor numa região diferente. Não mais na região da instituição socio-histórica, mas na região de sua determinação essencial, sua Substância. Contudo, para a surpresa daqueles que gostariam de afirmar imediatamente o mecanicismo radical da teoria de Marx e descartá-la, constrói um método radicalmente histórico para provar sua tese. Essa dificuldade é surpreendente, e pode ser fecunda para a compreensão do pensamento de Marx.

Contudo, a superação physis/nomos é difícil. E no caso do valor de troca, a dificuldade se apresenta desde que se questione a forma "científica", "racional" de sua existência. O "valor" continua sempre profundamente dependente das circunstâncias sociais, em conflito permanente com qualquer definição substancial. Essa contradição emerge em momentos sutis, e emerge mesmo no grande pensador, como alerta Castoriadis, que não se dispõe a reduzir sumariamente a sociedade a qualquer determinação universal. Em Marx ela emerge no momento em que ele não se decide se a forma do Valor é uma realização particular do sistema capitalista, ou se ela permaneceu desde sempre por detrás da existência social.

No texto de Lukács essa dificuldade aparece exatamente no momento de encontrar um fundamento ontológico para a "centralidade" da categoria de valor. Embora diga, como todo bom marxista, que esse lugar teórico e filosófico do conceito de valor não é um axioma, mas um "fato ontológico" (20), Lukács não tem muito a oferecer sobre o lugar ontológico do valor. Resumindo essa passagem de seu texto, tudo que se pode extrair é que:

a) na categoria de valor aparece a base elementar do ser social, o trabalho;

b) a formulação do valor enquanto trabalho apresenta a Substância do ser social, sua unidade;

c) o fundamento materialista do valor é a "realidade" do tempo de trabalho socialmente necessário. O fundamento ontológico da transformação do valor em valor socialmente necessário se deve ao fato de que "o caráter médio do trabalho surge" de modo espontâneo, objetivo, desde os graus mais primitivos da socialidade; e que esse caráter não é uma mera representação ideal da constituição ontológica do seu objeto";

d) que o "conjunto de contradições do valor, contradições imanentes, intrínsecas ao próprio objeto, provoca uma ulterior e mais madura explicitação das categorias econômicas decisivas". (21)

É claro que o caráter axiomático não fica afastado após essas poucas informações. Mas, apesar da exiguidade das informações contidas nestas teses, que de forma alguma conseguem precisar o lugar ontológico efetivo da questão do valor, Lukács parte direto para aquilo que mais lhe interessa. Para além da particularidade do valor, encontrar a essencialidade do ser social, com o que se pode saltar da forma particular do capitalismo (a forma do Valor) para a compreensão do caminho que a sociedade humana percorre em sua História, da sua origem ao seu fim (telos), seu destino. Acompanhando essa passagem básica do texto de Lukács, veremos surgir de forma diferente a mesma duplicidade na fundamentação ontológica que observamos em Marx.

O principal problema da definição de uma essência do ser social - sob uma perspectiva marxista - está colocado so-

bre a formulação habitualmente conhecida como "prioridade do ser sobre o pensar". Essa colocação permite ao marxismo se definir como materialista, enfrentando a perspectiva hegeliana expressa na ideia de que "tudo que é racional é real e tudo que é real é racional". Na perspectiva marxista o real se "descola" da lógica. Lukács observa que a exata distinção do idealismo hegeliano é que nele o ser é assimilado à lógica. A inversão materialista é perceber que o ser não é senão lido com a lógica, mas que o processo do real não é exatamente o processo da lógica: dedicar-se à lógica das coisas e não à "coisa da Lógica", como disse Marx. A "inversão" constitui o ato radical de buscar a racionalidade ontológica. (22)

Mas, como a intenção é buscar a compreensão da racionalidade ontológica, é necessário que os processos da razão sejam sistematicamente submetidos ao crivo do ser; isso torna imperiosa a "vigilante crítica ontológica":

*"Cabe à filosofia "tão somente" operar um controle e uma crítica contínuos, a partir de um ponto de vista ontológico, bem como aqui e ali - fazer generalizações no sentido de uma ampliação e um aprofundamento."* (23)

Essa prática cuidadosa é a que separará o marxismo fecundo do vulgar, onde a tendência à generalização sobrepuja a reflexão sobre a particularidade (24). Foi o grande mérito da obra de pesquisa histórica e econômica de Marx, e, infelizmente, não é o que faz o texto de Lukács. Sua busca do locus ontológico do valor passa diretamente à busca da definição da essência do ser social em geral, num salto que mais parece uma queda (ideológica) vertiginosa. Obstruído, ou tornado problemático o trabalho de precisar a relação do valor com a essência ontológica, Lukács não faz senão transportar a relação do valor para a região dessa substância trans-histórica.

Como a teleologia dos atos singulares leva a uma relação social que ultrapassa sua natureza particular, a essência do social se manifesta para além desse terreno interativo. Por essa razão a essência geralmente assume para os homens, alerta Lukács, "a forma fenomênica de um destino transcendente". O agir social, a existência, frequentemente (ou sempre) resta incompreendido para aqueles que o produzem. Por isso, muitas



vezes, "os homens fazem mas não sabem que fazem" - como gostava de falar Marx.

Mas, se o "destino" dos homens surge para além de sua imediatividade, como podem eles perceber a razão desse te-los? Como pode o pensamento particularizado compreender a "verdadeira" natureza do social, essência e destino ontológico?

Lukács não se impressiona com essa questão. André Gorz (26) procura responder porque, pensando em Marx. Quem domina esse "segredo", quem desvenda essa natureza que está em algum lugar além do imediatamente palpável é o filósofo. O segredo foi um dia dominado por Hegel, e depois por Marx. Agora, será definido com precisão por Lukács.

O filósofo marxista não chega a se questionar se há efetivamente uma forma de se compreender a "verdadeira" essência, esse "destino transcendente" à ação dos homens. Haverá destino numa existência que nasce e se transforma com a "contradição"? Haverá destino? Haverá essência interior?

Lukács não se inquieta. Caminha reto para descobrir essa essência, a substância do social. Através de um "poder universal" da "gênese ontológica", o ser social se desenvolve; sobre a base da natureza o ser social se explicita, fazendo recuar a base natural, sem nunca eliminá-los.

A palavra chave que realiza essa síntese é a idéia de desenvolvimento. A essência do ser social é assimilada como esse próprio desenvolvimento:

*"(Marx), quando destaca a contradição (também ela objetivamente existente) expressa no fato de que esse crescimento cultural do gênero humano só se pode realizar em detrimento de inteiras classes de homens (ver citação adiante), continua sempre no terreno de uma ontologia do ser social; descobre nesse âmbito um processo ontológico, ainda que contraditório, no qual resulta claro que a essência do desenvolvimento ontológico reside no progresso econômico (que envolve, em última instância, o destino do gênero humano) e que as contradições são formas fenomênicas - ontologicamente necessárias e objetivas - desse progresso." (28) (grifos nossos)*

Essa passagem do texto de Lukács é clara e precisa . Por si, não deixaria qualquer dúvida quanto à concepção "marxista" da ontologia social. A forma quase grosseira do colocar a essência como "progresso econômico" pode hoje impressionar e não haveria dúvida de que causa polêmica.

A tese de Lukács entra frontalmente em oposição com uma de nossas conclusões mais importantes. Nós havíamos dito ' no capítulo terceiro que o "progresso econômico" deriva de uma forma de agenciamento social particular à forma do Valor ou à forma da instituição política das trocas econômicas. Principalmente, observávamos que esse agenciamento é particular à forma histórica do Valor, submetido às suas leis particulares. Essa afirmação é evidentemente contraditória com a de Lukács. Em ' nossa perspectiva, esse agenciamento conhecido como "progresso" simplesmente pode deixar de existir como força social dominante sempre que as formas particulares de troca não o estimulem. Para nós, o "progresso" é forma particular à estrutura social , não é essência. Para Lukács ele é substância universal, poder' de gênese universal, sobre a qual se estruturam as formas sociais específicas.

Vejamos, pois, mais de perto esse parágrafo de Lukács. Ele contém duas observações fundamentais. A primeira de que para ele Marx "descobre" no desenvolvimento que se processa em prejuízo de classes inteiras uma amplitude ontológica, a própria essência da humanidade. A segunda, que as contradições ' que emergem da existência histórica dessa essência (como por ' exemplo aquilo que parece estar no inconsciente de Lukács, o massacre de classes inteiras de homens) são apenas formas fenomênicas, "necessárias e objetivas" desse progresso da essência que não é senão o progresso do progresso. As contradições aparecem e se transformam por sobre o conteúdo essencial do desenvolvimento - as contradições são as formas particulares de existência.

A primeira tese Lukács extrai de uma passagem do Teorias da Mais-Valia (29), onde Marx defende Ricardo da acusação de cinismo que lhe faziam os apologetas da economia vulgar. Este é o texto de Marx:

"Ricardo considera o modo de produção capitalista como o mais vantajoso para a produção em geral, como o mais vantajoso para a criação de riqueza. Ele quer a produção como fim da produção - e com razão. Sustentar, como fizeram seus sentimentais opositores, que a produção como tal não é o objetivo, é esquecer que ter a produção como razão de si mesma não significa outra coisa do que pretender o desenvolvimento das forças produtivas humanas, isto é, o desenvolvimento da riqueza da natureza humana como um fim em si. Opor o bem-estar do indivíduo a este fim, como faz Sismondi, é sustentar que o desenvolvimento da espécie precisa ser detido a fim de que o bem-estar do indivíduo seja salvaguardado, de modo a que, nenhuma guerra, no curso de cujos eventos morram alguns indivíduos, seja empreendida. À parte a esterilidade dessas reflexões edificantes, revelam elas o fracasso em entender o fato de que o desenvolvimento das capacidades da espécie humana, embora em primeira instância se faça às custas da maioria dos indivíduos e mesmo classes, no fim supera esta contradição e coincide com o desenvolvimento do indivíduo; o mais alto desenvolvimento da individualidade, assim, só é alcançado graças a um processo histórico durante o qual os indivíduos são sacrificados de acordo com o interesse da espécie - e assim às custas dos interesses individuais, os interesses da espécie coincidindo somente com os de alguns indivíduos, os quais têm sua força constituída precisamente por esta coincidência."

Quem não se lembraria aqui do texto de Kant onde lemos sua filosofia da História, dizendo que a Natureza, que sabe o que é bom para o homem não lhe dá aquilo que ele mais deseja? O conforto, a segurança, a concórdia são-lhe interdita - dos até que desenvolvendo sua capacidade privada impila-o à realização do gênero humano enquanto espécie. (30)

Aqui, de fato, Marx parece dar razão à tese lukacsiana. Essa perspectiva não é incompatível com o teor geral de muitas formulações de Marx, pela razão de que nessas formulações o que aparece é justamente a perspectiva de uma substancialidade ontológica que transcende à existência histórica particular e ao ver-dos-homens de seu tempo. Sistemáticamente Marx apresenta o desenvolvimento das forças produtivas como uma re -

gião interior às relações de produção, que faz com que estas ' relações sociais existam e deixem de existir (no momento em que elas entravam o desenvolvimento das forças produtivas). Esta é a concepção que aparece no Prefácio à Contribuição (31). O desenvolvimento econômico, assim como a forma equivalente do valor, é algo que Aristóteles, bem como quaisquer outros não viram, mas que existia como determinação ontológica, aflorando ' plenamente no atual sistema, o capitalismo, que está para ser a realização das condições necessárias ao comunismo.

Não pretendemos dizer que Lukács se enganou, ou que deturpou a Marx. Pelo contrário, sua tese é pertinente. Mas ' sim, que pode-se encontrar perspectivas distintas também em ' Marx - ou pelo menos uma outra perspectiva, onde não se encontra uma visão tão otimista das contradições do progresso. Na última página do primeiro volume de O Capital, escreve ele:

*"Na agricultura moderna, como na indústria urbana, o aumento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho ' obtêm-se com a devastação e a ruína da força de trabalho. E to do progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador mas também o solo; e to do aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento mais rápido das fontes duradouras dessa fertilidade. Quanto mais se apóia na indústria moderna o desenvolvimento de um país, como é o caso dos Estados Unidos, mais rápido é esse processo de destruição. A produção capitalista, portanto, só ' desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador." (32) (grifo nosso)*

Nesse texto, que bem poderia ser epígrafe de um manifesto ecológico, deixa claro que a objetividade da força produtiva capitalista se torna destruição. Mas, efetivamente, seria impossível tentar solucionar com quem está a razão frente a Marx, se Lukács ou nós, aqueles com quem ele debate (ver adiante do que se trata esse debate). Marx mesmo jamais se decidirá sobre essa oscilação filosófica.

No entanto, nós poderíamos pilhar Lukács numa contradição absolutamente desconcertante, nesse momento em que afirma que o progresso é essência do ser social e não uma forma ' historicamente particular.

Na passagem que lemos, Lukács diz que "as contradições são formas fenomênicas - ontologicamente necessárias e objetivas desse progresso." (33) Essa formulação, que encerra a definição do ser social, contém uma defesa e visa um debate. A defesa da atual forma das contradições provocadas pelo "progresso" (contradições estas que são sentidas particularmente pelo proletariado "daqui ou de acolá") e o debate contra aqueles que colocaram "em moda ironizar a idéia do progresso, e a utilizar as contradições que todo desenvolvimento necessariamente provoca, com a finalidade de desacreditar o progresso no plano científico" (34).

De fato, bem parece um ministro discursando. Mas o que importa aqui é que as "contradições" são apenas "formas" pelas quais a essência se desenvolve. As contradições não aparecem de uma necessidade interna da essência/progresso. O progresso é essência "geral", e suas contradições atuais são formas passageiras, historicamente circunstanciais, particulares a um momento de sua essência universal. As contradições do progresso são apenas um momento histórico de sua "gênese universal".

x

A aparência hegeliana dessa passagem não é aparência. A estrutura da reflexão de Lukács aqui é inteiramente hegeliana.

Vejamos dois textos que o confirmam.

Marilena Chauí adverte no seu O Que é Ideologia que um dos movimentos básicos da separação da dialética materialista do idealismo hegeliano é a alteração que o conceito de contradição sofre. Enquanto para Hegel a contradição é a forma pela qual se manifesta a essência, o Espírito, para Marx a contradição tem o estatuto de motor. Portanto, a contradição passa o estatuto de conteúdo, substância mesmo. A subversão do idealismo é impossível enquanto não se supera a forma de pensamento em que a contradição é tomada como forma pela qual a essência se realiza historicamente. Essa subversão a faz Marx.

*"Marx demonstra que a contradição não é a do Espírito"*

to consigo mesmo, entre sua face subjetiva e sua face objetiva, entre sua exteriorização em obras e sua interiorização em idéias: a contradição se estabelece entre homens reais em condições históricas e sociais e se chama luta de classes." (35)

Em Marx a contradição tem estatuto de motor e não de forma. Se a contradição é que move, se ela tem o poder de produzir o social numa forma específica e se tem o poder de arrancá-lo dela (aliás como Marx o tentou, entre tantos, na Comuna), as contradições jamais podem se reduzir a forma. Assim, as contradições do progresso não podem ser forma, e apenas fazendo 'isso se pode tomar o progresso como essência que se produz em contradições que não são mais que aparecimento.

Aqui, Lukács cedeu à atração idealista, tentação que tanto atormentou o velho húngaro, como se sabe. Mas existe um outro texto que nos informou dessa particularidade da chamada 'inversão materialista'. Ora, foi o próprio Lukács, trinta páginas atrás dessa sua definição da essência ontológica!

"Nessa concepção (de Marx), puramente ontológica, a contraditoriedade se apresenta como motor permanente da relação dinâmica entre complexos, entre processos que surgem de tais relações. Portanto, a contraditoriedade não é apenas, como em Hegel, a forma de passagem de um estágio a outro, mas também a força motriz do próprio processo normal." (36)

x

É impressionante que Lukács se contradiga tão enfaticamente numa distância de trinta páginas? Será tanto, se Marx consegue ser ambíguo num único parágrafo e em toda sua obra?

Não se trata apenas de um problema de qualidade do trabalho de Lukács, e nem se deveria imputar ao inacabamento do texto a existência desse equívoco. Porque é o próprio discurso marxista que comporta e se estrutura sobre essa "equivocidade". É da própria estrutura ontológica do marxismo, que está sempre a se debater sob o peso da tríplice exigência de sua ontologia:

a) a história é contradição, luta e transformação. A história é o movimento do ser que se define pela sua própria e

xistência, e não por nenhuma "lógica".

b) deve haver, porém, uma lei dessa existência, pois o real não pode ser irracional, mesmo que tudo que seja racional nem sempre seja real. Se a história percorreu um certo trajeto e não outro, isto não se deve a uma casualidade. Desemboçando numa sociedade que universaliza o planeta sob a sua forma, essa construção deve expressar a existência de uma lei racional. Real e racional: universal.

c) no entanto, esse desenvolvimento não está completo com o capitalismo, o qual ainda se move sob contradição: a exploração do trabalhador. É, pois, necessário que a lei desse desenvolvimento leve-o ao comunismo, onde a exploração seja suprimida revelando a igualdade do homem, a verdadeira igualdade do homem.

##### 5 - A Revolução marxista: superação da equivalência bi-polar.

Essa terceira necessidade do marxismo nos remete à última questão que desejamos trabalhar no que toca ao espaço filosófico que a forma do equivalente desempenha na filosofia marxista. A pergunta final: qual o lugar da forma do equivalente em sua filosofia de revolução?

Trata-se certamente de uma questão a que se deveria dar um tratamento extenso. Uma vez mais não o faremos, porque nossa possibilidade não é exaurir, mas apenas sugerir.

Claude Lefort, no ensaio Marx: de uma visão da história a outra, escrito em 1965 (37), aponta um aspecto dessa duplicidade do pensamento de Marx na construção de sua teoria da revolução. Lefort indica que nos trabalhos de Marx aparecem duas posições diferentes - e opostas, acerca da interpretação do desenvolvimento histórico. Por um lado, diz ele, pode-se ler em diversos de seus textos que o desenvolvimento do ser social conduz a relações crescentemente complexas e problemáticas; por outro lado, nos momentos em que deseja afirmar a necessidade histórica da Revolução Proletária, ele apóia-se sobre a idéia de que o capitalismo produz uma desmistificação das relações da sociedade, torna-as explícitas e, sobretudo, simplificadas. Essa simplificação dos antagonismos sociais é fundamen-

tal para consolidar a certeza de que a sociedade atual se tornou madura para a transformação revolucionária final, o comunismo. Desde que seus segredos como sociedade antagônica e exploradora foram revelados e simplificados na contradição da exploração, está o capitalismo pronto para ser superado pela decisão livre e coletiva dos homens.

Na primeira tendência Lefort indica textos em que Marx se dedica à análise histórica, atividade na qual é simplesmente genial - diga-se de passagem. O Formações Econômicas Pré-capitalistas e o 18 de Brumário (38) são textos em que as relações sociais aparecem imersas numa extensa rede de relações : mitos, preceitos, hierarquias, religiões, fantasias, etc.. As sociedades pré-capitalistas têm a característica de estabelecerem explicações fantásticas para suas formas de existência , pela própria dificuldade de desvendar sua determinação essencial. Mas, no 18 de Brumário, onde estuda a Revolução Francesa de 1848 e sua culminância na ascensão de Bonaparte III, a sociedade francesa (uma das sociedades capitalistas mais modernas) se desenvolve sobre uma variada rede de relações obscuras, onde os subterfúgios escondem todas as intenções, onde os interesses econômicos assumem a forma de um princípio divino ou de um direito natural - uma sociedade onde até mesmo os mortos "dançam" sobre a existência dos vivos. Bonaparte III é a "redenção" da escória da história. Marx mostra magistralmente a verdadeira natureza que emerge da compreensão de região tão sutil, e escreve um de seus mais belos textos.

Mas, quando fala da necessidade científica da Revolução na superação da sociedade capitalista, Marx vê essa mesma sociedade de forma diferente. O capitalismo aparece como uma "simplificação" e explicitação das contradições. Essa perspectiva aparece claramente no texto que se tornou a base da concepção marxista de Revolução: o Manifesto do Partido Comunista, redigido em 1848 com a contribuição de Engels.

x

A tese fundamental do Manifesto, e que se tornou uma espécie de epíteto do marxismo, é que a História tem sido até hoje a história da luta de classes. O fio condutor da Ciência'



da História é a percepção de que desde a emergência de classes sociais distintas, dominadoras e dominadas, as sucessivas formações sociais apresentaram sempre, em oposição dialética, os pares de antagonismo social. A História é a história da luta ' dessas classes, uma guerra que se resolve historicamente em outras guerras, sem jamais ter superado a contradição do par dialético e de suas lutas.

Ora, assim colocado, o Manifesto poderia apenas de - mostrar uma nova versão da dialética do Senhor e do Escravo , eterna e irremediavelmente irresolvida. O Manifesto demonstraria simplesmente a inevitabilidade da sociedade de classes, a insuperabilidade da exploração e a iniquidade da luta revolucionária.

Toda maestria de Marx consiste em transportar essa ' situação à demonstração de uma outra que permite, pela primeira vez, a superação da exploração, com bases materialistas. A forma como Marx trabalha, diz Lefort, é extrair a seguinte conclusão: o capitalismo apresenta as mesmas formas fundamentais da luta do passado, mas sob uma singular diferença:

*"A sociedade burguesa moderna (...) não aboliu os antagonismos de classes. Não fez senão substituir novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta às que existiam no passado. Entretanto, a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classes. A sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos opostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado." (39) (grifo nosso)*

O que torna o capitalismo uma forma histórica distinta é, em primeiro lugar, a superação da "escala graduada de condições sociais", que conturbavam o quadro da exploração em épocas passadas, tornando as contradições sociais pouco evidentes, porque pouco polarizadas. A sociedade burguesa "reduz" essa escala graduada à polaridade: burgueses e proletários se encontram agora frente a frente, no interior do galpão de fábrica, eliminando as formas míticas de domínio social.

*"Em lugar da exploração velada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, c*

*nica, direta e brutal.*" (40)

As armas para vencer essa exploração desfetichizada' a própria produção capitalista é que oferece: despojados das armas de guerra - dadas aos soldados - os operários receberam' os meios na disciplina "militar" da fábrica, e dessa disciplina a possibilidade de controle dos meios de produção. As armas do proletariado são sua própria condição de existência. A grande indústria os organiza militarmente. A crise os joga à miséria. A amplitude os torna universais.

E, para completar as condições necessárias para o advento da sociedade igualitária, o fabuloso desenvolvimento das forças produtivas, que permitem a eliminação da miséria, sem o que a luta entre os homens pela sobrevivência jamais poderia ' ser eliminada (41).

x

A concepção da polarização simplificada dos antagonismos sociais é básica para toda a teoria política marxista. Essa é sem dúvida alguma a idéia que constitui o núcleo da estratégia política marxista-leninista. A longo prazo, a sociedade capitalista coloca em embate as duas grandes classes fundamentais, o proletariado como imensa maioria e a burguesia com seus exércitos (que nada podem fazer sem as fábricas). A formação dessas duas classes as constitui distintas e homogêneas. Isso torna a estratégia revolucionária precisa e, apenas na consideração tática, os partidos marxistas radicais trabalham com a idéia de uma sociedade complexa, onde os movimentos políticos revolucionários devem amalgamar uma vasta variedade de interesses e grupos sociais particulares.

Poder-se-ia argumentar que essa polarização, ou simplificação dos antagonismos desempenha no Manifesto apenas um papel didático, necessário e mesmo imprescindível a qualquer manifesto político. Contudo, a simplificação dos antagonismos' atravessam muito mais profundamente o marxismo do que apenas uma postura didática. Ao longo dos vinte anos que separam a redação do Manifesto da publicação de O Capital essa perspectiva se consolida teoricamente: ela ganha estatuto científico preci

samente com a teoria do Valor. A forma teórica dessa simplificação é apenas a forma do equivalente.

A equivalência generalizada nas trocas torna coerente a afirmação de que o sistema capitalista gera duas grandes' classes sociais, ligadas pela exploração de uma sobre outra. A equivalência coloca de um lado a classe trabalhadora, "homogeneizada" como força de trabalho e equivalenciada no valor da força de trabalho. De outro lado (e por cima), a classe capitalista, vendendo seus produtos por seu valor (ou preço de produção, se quiser) dividindo equivalentemente, de acordo com a proporção de seu capital investido, a mais-valia que se extrai dos trabalhadores. Duas classes distintas, opostas, recebendo' valores equivalentes. Entre elas, o motor de um antagonismo radical: a não-equivalência da mais-valia.

Se o capitalismo efetivar realmente essa polarização, a supressão da sociedade de classes passa a depender tão somente da eliminação da relação de exploração básica. Basta que a classe proletária, igualada no valor da força de trabalho exproprie o monopólio que confere à burguesia o poder de manter' a exploração, e construa finalmente uma sociedade amplamente igualitária.

De fato, se o capitalismo tivesse efetivado a equivalência generalizada, a Revolução seria bem mais simples de ser realizada. É muito mais fácil eliminar a hierarquia se ela for bi-polar do que se ela se estender numa "escala graduada" de posições. A forma da não-equivalência, que o capital efetivamente produz é, ao final, uma defesa do sistema contra a contradição fundamental, mesmo que crie outras dificuldades dentro da classe dominante. Como a sociedade capitalista não estruturou uma forma universal de equivalências em valor, a polarização permaneceu emaranhada num variado grau de estratos sociais - e a Revolução tornou-se difícil.

Seria essa a razão das dificuldades da filosofia política marxista? Pelo menos uma delas é, podemos ter certeza. Antonio Gramsci foi o primeiro a percebê-la, e esse é seu grande mérito. Na filosofia política o marxismo chegou primeiro à forma da não-equivalência. Hoje, é evidente a dificuldade dos partidos marxistas em trabalhar com a vasta variedade de for-

mas políticas autônomas, entremeadas à permanência daninha do corporativismo (que a forma do valor não elimina, apenas transforma), turvando a limpidez do antagonismo de classes.

Nestas circunstâncias, quando o marxismo insiste no discurso da contradição bi-polar, torna-se pouco claro, quando não arcaico, envelhecido, pelo menos no contexto dos discursos que a sociedade atual produz.

Mas não é nosso objetivo penetrar nesse campo, que 'chega a ser amargo para quem valoriza o marxismo. Chega a hora de encerrar esse ensaio.

6 - "Para o ser do nomos não há locus ontológico".

Talvez possamos reconhecer nossa dívida para com Castoriadis colocando como título do ítem que encerra essa reflexão sobre a Teoria do Valor esta sua frase.

Castoriadis procura apontar que é essa a dificuldade fundamental da filosofia marxista, uma "fenda" que atravessa 'todo o pensamento dessa corrente teórica. Essa dificuldade deriva de suas próprias pretensões filosóficas.

A necessidade de construir uma Ciência da História 'nasce e é possível por sua concepção ontológica, que permite 'pensar na existência histórica como expressão de uma interioridade substancial que pode ser "lida" cientificamente, e que deve ter o destino também cientificamente provado de levar ao comunismo.

Mas, enquanto a Ciência tem de enquadrar as determinações e leis de seu objeto, a História foge permanentemente 'às determinações e leis desse objeto, e da estrutura metodológica criada para compreendê-la. Isso acontece porque, na História (e no materialismo histórico) a contradição é motor, e sendo motor, é criação de formas históricas novas e novas determinações. A racionalidade criadora da História é contraditória 'com a sua definição em lei - simplesmente porque a História é luta de classes e é práxis.

Ora, pergunta-se Castoriadis: o que é essa ambivalência do marxismo, esta sua oscilação entre a construção de uma filosofia geral da História e sua definição científica co-

mo analítica do sistema capitalista de produção? Não será essa ambivalência - da definição de uma lei geral sobre a lei particular - senão a mesma crise por que passava o pensamento filosófico grego, a distinção que o marxismo tentou superar: a oposição physis/nomos? A radical cisão entre lei natural e lei social a questão de se saber se existe uma physis da sociedade, uma lei natural interna, essencial, à aparência das formas específicas do social, enquanto por outro lado se patenteia a afirmação radicalmente "social" do nomos - as leis, o justo, a equivalência; estas são dificuldades fundamentais para Aristóteles, como o foram para quase todos os gregos. E foi exatamente sobre essa cisão, que permite pensar a existência social como pura convenção, instituição/criação dos próprios homens, que nasceu o discurso sofista, usando as palavras para ludibriar as definições instituídas - e instituir qualquer uma delas.

Foi por sobre essa cisão que nasceu a moderna Ciência Social: dilematicamente dividida entre uma fundamentação natural, positiva da sociedade humana e sua explosão histórica monumental.

Sobre essa dificuldade Platão tenta projetar uma nova cidade, onde a "verdadeira" essência pudesse se realizar, fora do jugo da cicuta, enquanto Aristóteles se lança num diálogo com a Justiça, sem nunca se decidir sobre o que "verdadeiramente" ela é, ao passo que fogo sempre queima o mesmo, aqui como na Pérsia.

Marx, que acreditou ter descoberto a "verdadeira essência" ficou sem saber se ela já existia na Grécia, ou se nasceu com o capital. Encontrou o ser do Valor, mas tem de vê-lo negá-lo pela própria lei de seu ser.

No momento em que Marx pretende encontrar uma racionalidade científica no desenvolvimento histórico ao mesmo tempo que afirma a primazia do ser histórico sobre tudo, inclusive sobre o ser que a pensa, o dilema grego da dialética natureza e sociedade não pode mais ser resolvido.

Conclui Castoriadis: o limite do pensamento de Marx, bem como o de Aristóteles é a questão da instuição do social.

*"É a impossibilidade para um pensamento herdado (da*

ontologia platônica) de levar em conta o social-histórico como um modo de ser irredutível ao que é "conhecido" em outros lugares. A impossibilidade não aparece com obscuros autores - que efetivamente "reduzem" o social-histórico a outra coisa (à "natureza", à "estrutura", ao "desejo", etc.). Ela aparece com o grande pensador - e precisamente sob a forma da antinomia, da divisão interna do pensamento. Assim, ela traça o limite do pensador, como o de Hegel e de Marx, e da mesma forma do pensamento herdado como teoria." (42)

À medida que se pretende dar uma explicação teórica para as instituições históricas, elas devem ser captadas na estrutura de uma lei do que ela "deve ser". No que toca à questão do valor, nós pudemos perceber que o pensamento de Marx se move na direção de fundar ontologicamente uma relação puramente social, uma lei da esfera do nomos - o Valor.

A partir daí o marxismo se torna algo como um escravo da necessidade ontológica dessa relação social, e a toma como expressão essencial da realidade de todos os atos econômicos e do que resulta socialmente deles. A forma do equivalente se torna uma região sagrada da teoria do Valor.

Mas não há esse locus ontológico que fundamente o ser do nomos. O valor muda de formas, e tem múltiplas formas possíveis. Não há determinação científica na instituição do social - e só resta aos homens tomar isso seriamente na Política.

A sociedade não tem uma natureza interna que dirige a sua existência - ou pelo menos ela ainda não foi "decifrada" ou "descoberta". O valor não é essência dos preços, pois os preços não têm essência. O valor não é o que está por "de trás" dos preços, pois os preços são o que são. O valor apenas permite compreender o que são os preços. "Por detrás" dos preços está a necessidade de reprodução social do Capital, é a lei de valorização do capital, onde o tempo de trabalho socialmente necessário desempenha um papel apenas importante. Outras "necessidades" são também determinantes, em graus diferentes e conforme a situação econômica e histórica concreta.

À filosofia de nosso tempo talvez convenha assumir uma afirmação que encontramos num livro de Jean-Pierre Dupuy:

"A essência, se aqui há essência, é realização da e-

*existência; não é prévia à existência." (44)*

Quanto ao Valor, sua existência tem sido até hoje a realização da busca radical da não-equivalência, da exploração e da desigualdade. Na História do Valor aparece o quadro do curso civilizador da barbárie e a constituição bárbara da Civilização. Em nosso tempo não se deve deixar enganar quanto a isso, ou mais uma vez será tarde demais.

A forma do Valor se universaliza como fetiche de equivalência e se sustenta. O homem permanece incapaz de organizar outra forma de relações sociais que escapem da luta pelo domínio dos homens sobre os homens. Enquanto isso as relações derivadas da selvageria progressista do Valor se reproduzem e se perpetuam. Hoje, como quando tudo apenas começava, ainda brigam Espanha e Hollanda pelos direitos do mar. Essa é a lei do Valor. (45)

Enquanto entre nós, os homens sobre os quais essas potências messiânicas se movem, persistimos insistindo em dizer que essa não é a nossa lei. Como tantos que lemos para fazer esse trabalho é preciso afirmar que tal lei pode mudar. Em muitos de nós, nossos corações e razão, continua a fazer fé que "o mar só será de quem o souber amar".

x

Mas, sob que lei isso se fará?

Notas

- 1) Lippi, Marco. Il Valore come costo sociale reale. Milão, Etas Libre, 1976.
- 2) Marx. Carta a Kugelmann, de 11.07.1868. In: 18 de Brumário e Cartas a Kugelmann, op. cit., p. 226-227.
- 3) Id., ibid., p. 227.
- 4) Id., ibid., p. 227.
- 5) Marx. O Capital; op. cit., Livro III, vol. 4, p. 214.
- 6) Id., ibid., p. 214.
- 7) Id., ibid., p. 214.
- 8) Id., ibid., p. 214.
- 9) O Capital, I, vol. 1, p. 68.
- 10) Marx. Introdução à Crítica da Economia Política. In: Coleção Pensadores, 1979, 2ª edição, p. 119.
- 11) Id., ibid., p. 120.
- 12) Rubin, Isaac. Ensayo sobre la Teoría Marxista del Valor; op. cit., p. 119. Esta é a passagem: "Sin embargo, este trabajo fisiológicamente homogéneo no es el objeto, sino más bien 'la presuposición de la investigación económica. La homogeneidad fisiológica del trabajo humano es una presuposición indispensable para la transferencia de persona de una forma de trabajo a otra, e por ende, para la posibilidad de redistribución del trabajo social."
- 13) Fausto, Ruy. Marx - Lógica & Política; op. cit., p. 114.



- 14) Marx. Crítica ao Programa de Gotha. In: Marx e Engels - Textos; op. cit., p. 232.
- 15) Castoriadis. De Marx a Aristóteles de Aristóteles a nós. In: Revolução e Autonomia; op. cit., p. 167-168.
- 16) Lukács, Gyorgy. Ontologia do Ser Social. Livraria Editora de Ciências Humanas, SP, 1979.
- 17) Engels, Friedrich. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. Lisboa, Editorial Presença.
- 18) Lukács, Gyorgy. Ontologia do Ser Social. cap. 4, p. 17.
- 19) Engels. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã, op. cit., p. 79.
- 20) Lukács. Ontologia do Ser Social; op. cit., p. 47.
- 21) Lukács. Id. ibid., p. 47-54.
- 22) No capítulo 3 da Ontologia do Ser Social (A falsa e a verdadeira ontologia de Hegel) Lukács procura demonstrar que o "erro" de Hegel foi assimilar a existência histórica à lógica.
- 23) Lukács. Ontologia do Ser Social; cap. 4, p. 50.
- 24) Ver o destaque que esse problema recebe no texto de J. Chasin, Lukács: reflexão e vivência da particularidade, cuja referência infelizmente não temos para oferecer. Recebemos o texto em cópia xerox sem identificação da fonte.
- 25) Lukács. Ontologia do Ser Social; op. cit., p. 51.
- 26) Gorz, André. Adeus ao Proletariado. Forense Universitário, 1983, I.
- 27) Lukács; op. cit., p. 52-53.

- 28) Id., *ibid.*, p. 55-56.
- 29) Essa passagem do Teorias da Mais-Valia ainda não foi traduzida no Brasil. Lukács cita uma parte dela. Encontramos sua transcrição mais completa no trabalho do Prof. Torres, Valor e Forma do Valor, *op. cit.*.
- 30) Kant. Filosofia de la Historia; *op. cit.*, p. 44-45.
- 31) Marx. Contribuição à Crítica da Economia Política, *op. cit.*.
- 32) Marx. O Capital; *op. cit.*, Livro I, vol. 1, p. 578-579.
- 33) Lukács. Ontologia do Ser Social; *op. cit.*, p. 56.
- 34) Id., *ibid.*, p. 53.
- 35) Chauí, Marilena. O Que é Ideologia. Coleção Primeiros Passos, SP, Brasiliense, 7ª edição, 1981, p. 46-47.
- 36) Lukács. Ontologia do Ser Social; *op. cit.*, p. 21-22.
- 37) Lefort, Claude. Marx: de uma visão da história a outra. In: As Formas da História. SP, Brasiliense, 1979.
- 38) Marx. Formações Econômicas Pré-Capitalistas. RJ, Paz e Terra, 1977, 2ª edição.  
———. 18 de Brumário. In: Coleção Pensadores, *op. cit.*.
- 39) Marx e Engels. Manifesto do Partido Comunista. In: Marx e Engels - Textos. SP, Edições Sociais, vol. 3, p. 22.
- 40) Id., *ibid.*, p. 22.
- 41) "...esse desenvolvimento das forças produtivas é uma condição prática preliminar (do comunismo) absolutamente indispensável, pois, sem ela, é a penúria que se tornaria geral, e com a necessidade, é também a luta pela subsistência que

recomeçaria, e voltaríamos fatalmente à mesma velha carência." Marx, Ideologia Alemã, RJ, Zahar, 1965, p. 31.

- 42) Castoriadis. De Marx a Aristóteles(...). In: Revolução e Autonomia; op. cit., p. 216.
- 43) Id., ibid., p. 213.
- 44) Dupuy, Jean-Pierre. Introdução à Crítica da Ecologia Política. RJ, Civilização Brasileira, 1980, p. 112. Essa afirmação encerra o livro de Jean-Pierre.
- 45) No dia em que encerramos a datilografia desta tese, tive — nos acesso a um livro que nos pareceu algo como uma confirmação empírica de nosso trabalho. A Economia Subterrânea, de Dan Bawly (SP, Mc Graw Hill, 1983), apesar de seu evidente conservadorismo, descreve com detalhes o submundo do Capital, as transações "clandestinas" internacionalmente usadas pelo capital multinacional. Dan Bawly é um contador.

Referências Bibliográficas

- 1 - AQUINO, Tomás. Summa Theologica. Taurim, Itália, Libreria Marietti, 1932.
- 2 - ARISTOTE. L'Étique a Nicomaque. Paris, Publications Universitaires de Louvain, 1959.
- 3 - BAWLY, Dan. A Economia Subterrânea. São Paulo, Mac Graw Hill, 1983.
- 4 - BELLUZZO, L.G.Mello. Valor e Capitalismo. SP, Brasiliense, 1980.
- 5 - BENNETTI, Carlo. Valor e Repartição. Coimbra, Centelha Editora, 1978.
- 6 - CAMPOS, Lauro. A Crise da Ideologia Keynesiana. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1980.
- 7 - CASTORIADIS, Cornelius. "Valor, Justiça, Igualdade: de Marx a Aristóteles, de Aristóteles a nós." In: Revolução e Autonomia, Belo Horizonte, COPEC Editora, 1981.  
— . A Sociedade Burocrática. Porto, Edições Afrontamento.
- 8 - CHAUI, Marilena. O Que É Ideologia. Coleção Primeiros Passos, SP, Brasiliense, 1979, 7ª edição.
- 9 - CLEAVER, Harry. Leitura Política de O Capital. RJ, Zahar, 1981.
- 10 - COLLETTI, Lucio. "Valor y Dialéctica en Marx". In: Debate sobre la Teoria Marxista del Valor. México, Cuadernos de Pasado y Presente, nº 82, 1979.
- 11 - CROCE, Benedetto. Materialismo Histórico e Economia Marxista. Portugal, Instituto Progresso Editorial.

- 12 - DOBB, Maurice. A Evolução do Capitalismo. RJ, Zahar, 1975.  
———. Economia Política e Capitalismo. RJ, Graal, 1978.  
———. Teorias del Valor y de la Distribución desde Adam Smith. Argentina, Siglo XXI, 1975.
- 13 - DUMMONT, Louis. Homo Aequalis - Genèse et Épanouissement de l'ideologie économique. Paris, Gallimard, 1977.
- 14 - ENGELS, Friedrich. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. Lisboa, Editorial Presença.  
———. Anti-Duhring. RJ, Paz e Terra, 1979, 2ª edição.
- 15 - FAUSTO, Ruy. Marx - Lógica & Política. SP, Brasiliense, 1983.
- 16 - FOUCAULT, Michel. As Palavras e as Coisas. SP, Martins  
———. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis, Ed. Vozes, 1977.  
———. História da Loucura na Idade Clássica. Editora Perspectiva, SP, 1979.
- 17 - GALBRAITH, John Kenneth. A Era da Incerteza. SP, Pioneira Editora. 1980, 3ª edição.
- 18 - GAREGNANI, Pierangelo. "La Realidad de la Explotación". In: Cuadernos de PyP, nº 82, 1979.  
———. "Heterogeneous Capital, the Production Function and the theory of Distribution". In: Critique of Economic Theory. Inglaterra, Penguin Books, 1972.
- 19 - GERAS, Norman. "Essência e Aparência: aspectos da análise da mercadoria em Marx". In: Sociologia: para ler os clássicos. RJ, LTC, 1977.
- 20 - GORZ, André. Écologie et Politique. Paris, Éditions du Seuil, 1978.  
———. Adeus ao Proletariado. RJ, Forense Universitário, 1982.

- 21 - HEGEL, G.W.F. Principes de la Philosophie du Droit. Paris, Gallimard, 10ª edição.
- 22 - HERRERO, Xavier. "Teoria da História em Kant". In: Revista Síntese, nº 22, RJ, 1982.
- 23 - HILFERDING, Rudolf. El Capital Financiero. Madrid, Editorial Tecnos, 1973, 2ª edição.
- 24 - KANT, Immanuel. "Idea de una Historia Universal desde el punto de vista Cosmopolita". In: Filosofia de la Historia. Buenos Aires, Editorial Nova.
- 25 - KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. RJ, Paz e Terra, 1976.
- 26 - KUNTZ, Rolf. Capitalismo e Natureza. SP, Brasiliense, 1982.
- 27 - LEFORT, Claude. As Formas da História. SP, Brasiliense, 1979.
- 28 - LIPPI, Marco. Il Valore come costo sociale reale. Etas Libbre, 1976. Milão.
- 29 - LUKÁCS, Gyorgy. Ontologia do Ser Social. SP, Livraria Editora de Ciências Humanas, 1979.
- 30 - MACHEREY, Pierre. "A Propósito do processo de exposição de O Capital". In: Ler O Capital. RJ, Zahar, 1979, vol. 1.
- 31 - MANDEL, Ernest. Tratado de Economia Marxista. México, Ediciones Era, 1972, 3ª edição.  
———. A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx. RJ, Zahar, 1968.
- 32 - MARX, Karl. A Ideologia Alemã. RJ, Zahar, 1965.  
———. "Crítica ao Programa de Gotha" e "Manifesto do Partido Comunista". In: Marx e Engels - Textos. SP, Edições Sociais, 1977, vols. 1 e 3, respectivamente.

- MARX. Elementos Fundamentais para la Crítica de la Econo-  
Política (Grundrisse). México, Siglo XXI, 1978, 4ª edição.
- . "Salário, Preço e Lucro". In: Coleção Pensadores. SP, Abril Cultural, 1978, 2ª edição.
- . O Capital. RJ, Civilização Brasileira.
- . Teorias da Mais-Valia. RJ, Civilização Brasileira, 1980.
- 33 - MARCUSE, Herbert. A Ideologia da Sociedade Industrial. RJ, Zahar, 1978.
- 34 - MEEK, Ronald. Economia e Ideologia. RJ, Zahar, 1971.
- 35 - MOSZKOWSKA, Natalie. El Sistema de Marx. Cuadernos PyP, nº 77, 1979.
- 36 - NAPOLEONI, Claudio. Smith, Ricardo, Marx. RJ, Graal, 1978.
- . O Valor na Ciência Econômica. Lisboa, Editorial Presença, 1977.
- . Lições sobre o Capítulo VI (inédito) de Marx. SP, Livraria Editora de Ciências Humanas, 1981.
- 37 - PAULA, João Antônio. "Estudos sobre Categorias de O Capital; A força de trabalho". (mimeografado)
- . "A Lei do Valor e a Teoria do Oligopólio". CEDEPLAR, mimeografado.
- 38 - PEIXOTO, Nelson Brissac. A Sedução da Barbárie. SP, Brasiliense, 1982.
- 39 - PIRES, Eginardo. Valor e Acumulação. RJ, Zahar, 1979.
- . "Valor e Ideologia", mimeografado.
- 40 - PLATÃO. A República. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª edição.
- 41 - POSSAS, Mario. "Valor, Preço e Concorrência". In: Revista de Economia Política, vol. 2, nº 4, 1982.

- 42 - PREOBRAJENSKY, Eugenio. A Nova Economica. RJ, Paz e Terra, 1979.
- 43 - QUESNAY, François. "Máximas Gerais do Governo Econômico de um Reino Agrícola". In: Napoleoni. Smith, Ricardo, Marx; op. cit..
- 44 - RICARDO, David. Princípios de Economia Política e Tributação. SP, Abril Cultural, 1982.  
———. "Ensaio sobre a influência do baixo preço do trigo sobre os lucros do capital". In: Smith, Ricardo, Marx; op. cit..
- 45 - ROSDOLSKY, Roman. Genesis y Estructura de El Capital de Marx. México, Siglo XXI, 1979, 2ª edição.  
———. "La significación de El Capital para la investigación marxista contemporánea". In: Leyendo El Capital. Madrid, Editorial Fundamentos, 1972.
- 46 - RUBIN, Isaac. Ensayo sobre la Teoria Marxista del Valor. Cuadernos de PyP, nº 53, México, 1979, 3ª edição.
- 47 - SCHUMPETER, Joseph. História da Análise Econômica. RJ, Fundo de Cultura, 1964.
- 48 - SMITH, Adam. Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações. SP, Abril Cultural, 1983.
- 49 - SRAFFA, Piero. "Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias". In: Coleção Pensadores, nº 47. SP, Abril Cultural, 1976, 1ª edição.
- 50 - STEEDMAN, Ian. Marx after Sraffa. Inglaterra, New Left Books, 1977.
- 51 - SWEEZY, Paul; BARAN, Paul. Capitalismo Monopolista. RJ, Zahar, 1974, 2ª edição.



- 52 - TAVARES, Maria da Conceição. Ciclo e Crise: o movimento recente da industrialização brasileira. (mimeografado)
- 53 - TORRES, J. Carlos Brum. Valor e Forma do Valor. SP, Editora Símbolo, 1979.
- 54 - VIANELLO, Fernando. "El Eslabón Roto". In: Cuaderno PyP, nº 82, México, 1979.
- 55 - ZWEIG, Ferdinand. El Pensamiento Económico e su perspectiva histórica. México, Fondo de Cultura Económica, 1961, 2ª edição.